

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

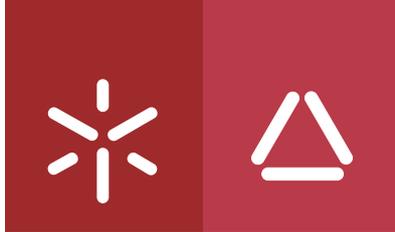
Elsa Liliana Antunes da Silva

**As festas da confraria de Santa Cruz de
Braga no século XVIII**

Elsa Liliana Antunes da Silva **As festas da confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII**

UMinho | 2013

Janeiro de 2013



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Elsa Liliana Antunes da Silva

**As festas da confraria de Santa Cruz de
Braga no século XVIII**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

Janeiro de 2013

DECLARAÇÃO

Nome: Elsa Liliana Antunes da Silva

Endereço Eletrónico: elsa-silva1989@hotmail.com

N.º do Bilhete de Identidade: 13538015

Título da dissertação de Mestrado: As festas da confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII

Orientadora: Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

Ano de conclusão: 2013

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, _/_/_

Assinatura: _____

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento é dirigido à Professora Doutora Marta Lobo, minha orientadora, e sem a qual a elaboração desta tese não teria sido possível. Agradeço o estímulo e os ensinamentos que me facultou, mostrando-se sempre disponível para me receber e esclarecer as minhas dúvidas ao longo de todo este processo.

Expresso também o meu agradecimento à Irmandade de Santa Cruz por me ter permitido o acesso ao arquivo e documentos da instituição sem qualquer restrição. Agradeço toda a disponibilidade demonstrada e a simpatia com que foi recebida, nomeadamente, por todos os funcionários da instituição com quem me cruzei.

Ao Senhor Engenheiro Carlos Vilaça, provedor da Confraria de Santa Cruz, agradeço a confiança que depositou em mim, mas também a sua cordialidade e constante incentivo. O interesse que sempre demonstrou pelo meu trabalho serviu como uma motivação acrescida, que me impulsionou a prosseguir.

Agradeço também aos meus pais, ao meu irmão, à restante família e ao Joaquim que nunca deixaram de me apoiar e estiveram sempre ao meu lado durante a realização do trabalho.

Resumo

O estudo das festividades promovidas pela confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII, mostrou-nos uma instituição forte e bem organizada que se empenhava para que esses momentos se tornassem dignos de memória.

A confraria promovia as festividades relacionadas com a sua invocação, nomeadamente, a “Santa Cruz”, o “Triunfo da Sagrada Cruz” e a “Exaltação da Santa Cruz”, assim como o Lausperene, Dia da Circuncisão (Primeiro de Janeiro) e as cerimónias quaresmais.

Estudamos cada um destas festividades e ainda elementos como as procissões e os sermões, analisando a sua composição e preparação, pois estes adquiriam uma grande visibilidade.

A instituição da confraria remonta ao século XVI, por devoção de Jerónimo de Portilho, mestre-escola que a fundou juntamente com os seus alunos.

A instituição experimentou um grande crescimento que lhe permitiu a construção de um templo próprio, que se constitui como um dos símbolos barrocos da cidade de Braga.

Fruto dessa crescimento e de elementos que afetam o desenvolvimento confraternal, na segunda metade do século XVIII, outras irmandades uniram-se à de Santa Cruz.

As decisões relativas à organização da confraria e dos seus momentos festivos eram responsabilidade dos elementos da Mesa, que deviam agir mediante o estabelecido nos estatutos da instituição, deliberando acerca do que consideravam ser adequado para a promoção desses momentos.

Em termos económicos, a confraria procede a gastos significativos com a promoção dos seus momentos festivos, procurando dotá-los de elementos que os engrandeçam e solenizem, bem ao gosto barroco.

Abstract

The study of the festivities promoted by the confraternity of Santa Cruz of Braga in the 18th century, showed a strong and well-organized institution that was bent so that these moments became worthy of memory.

The confraternity promoted the festivities related with its invocation, particularly, the “Santa Cruz”, “Exaltation of the Holy Cross”, “Triumph of the Holy Cross”, as Lausperene, Day of Circumcision and the Lenten ceremonies.

Studied each of these festivities and elements as the processions and sermons, analyzing your composition and preparation because it acquired a high profile.

The institution of the confraternity dates back to the 16th century, by devotion, Jerónimo Portilho, schoolmaster, that he founded along with his students.

The institution experimented a large growth which allowed the construction of a temple own which is one the symbols of the baroque city of Braga.

Result of this growth and elements affecting growth confraternal, the second half of 18th century, other brotherhoods joined of the Santa Cruz.

The decisions relatives the organization of the confraternity and its festive moments were the responsibility of the Table, they must act established by the statutes acting on the institution than considered to be appropriate to promote these moments.

In economic terms the confraternity undertakes significant spending with the promotion of their festive moments, seeking to equip them with elements that magnify and solemnize, well the baroque style.

ÍNDICE

Agradecimentos	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
LISTA DE FIGURASxi
LISTA DE GRÁFICOS.....	.xii
LISTA DE QUADROSxiii
ABREVIATURAS.....	.xiv
Introdução.....	1
Capítulo 1	9
1. A confraria de Santa Cruz de Braga.....	11
Capítulo 2	26
1. A confraria de Santa Cruz em festa	29
1.1. A “Santa Cruz”.....	34
1.2. O “Triunfo da Sagrada Cruz” e a “Exaltação da Sagrada Cruz “	36
1.3. As Celebrações Quaresmais	39
1.4. Outras festas.....	49
2. O tempo da festa.....	51
3. O espaço da festa.....	58
4. As Procissões.....	67
5. Os sermões	73
Capítulo 3	78
1. As despesas da festa	83
1.1 A música	84
1.2 Os sermões e a urna	88

1.3	Os Passos.....	90
1.4	A cera.....	93
1.5	Outras despesas.....	95
2.	O balanço das despesas quaresmais.....	99
	Conclusão	103
	Fontes.....	109
	FONTES MANUSCRITAS.....	111
	FONTES IMPRESSAS	112
	Bibliografia	113

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1

Figura 1 Rascunho das obras da igreja de Santa Cruz 18

Figura 2 Fachada da Igreja de Santa Cruz 19

Figura 3 Interior da Igreja de Santa Cruz 20

Capítulo 3

Figura 4 Imagem do Senhor com às “Cruz às Costas” 96

LISTA DE GRÁFICOS

Capítulo 3

Gráfico 1 Percentagem ocupada pelas despesas relativas à música em 1727	86
Gráfico 2 Dinheiro gastos nas reparações e guarnições da urna	88
Gráfico 3 Despesas efetuadas com os Passos da Semana Santa	90

LISTA DE QUADROS

Capítulo 2

Quadro 1 Elementos decorativos do templo de Santa Cruz entre 1712 e 1789 64

Quadro 2 Funções dos irmãos nas procissões segundo os estatutos de 1702- 1720 70

Quadro 3 Despesa com os sermões proferidos em Santa Cruz entre 1702 e 1787 76

Capítulo 3

Quadro 4 Despesas com a música nas celebrações quaresmais entre 1720 e 1793 84

Quadro 5 Resumo das despesas quaresmais efetuadas pela irmandade entre os anos de 1720 e 1799 99

ABREVIATURAS

ADB- Arquivo Distrital de Braga

AISC- Arquivo da Irmandade de Santa Cruz

Introdução

A origem da irmandade de Santa Cruz de Braga remonta ao século XVI em consequência da devoção do mestre escola Jerónimo de Portilho e dos meninos que frequentavam a sua escola. Tinha como local de veneração uma cruz de pedra que se encontrava colocada no Campo de S. Marcos.

A escolha desta instituição como referente para a realização da tese de mestrado, surgiu a partir da elaboração de um trabalho desenvolvido no âmbito da Unidade Curricular Temas de História Moderna I, integrante da componente curricular do Mestrado em História, no qual abordei a temática das festividades durante a Idade Moderna.

Nasceu a partir daí a vontade de procurar mais elementos para a perceção do fenómeno festivo no século XVIII, quando estes momentos atingiram uma pompa e magnificência ímpares e o luxo e a ostentação eram valorizados e postos ao serviço das distintas entidades para atraírem sobre si as atenções, de forma a tornarem-se momentos memoráveis, cuja notícia perdurava ao longo dos séculos.

Fruto da envolvimento do local onde se situa a nossa Universidade, e da pompa que as cerimónias da Semana Santa adquirem na cidade de Braga até aos dias de hoje, foi surgindo a curiosidade relativamente ao modo como as mesmas se desenvolviam no passado, nomeadamente no século XVIII, pois algumas das tradições quaresmais com origem barroca podem ainda ser vivenciadas, destacando-se as distintas procissões realizadas no período litúrgico da Quaresma.

Braga era uma cidade de marcado cariz religioso, com um elevado número de igrejas, capelas, conventos, confrarias, religiosos e religiosas. Alguns dos seus bispos pertenceram à Família Real enquanto outros integraram as famílias mais notáveis e destacadas de setecentos. Na cidade, o fervor religioso era elevado. De que forma é que esses fatores influenciavam as vivências da Quaresma? Qual era o impacto que essas celebrações causavam na organização quotidiana? Onde se desenvolviam? Com que antecedência eram tomadas decisões relativamente à sua preparação? Como se organizavam? Quem participava nessas manifestações? De que forma os confrades vivenciavam esses momentos? Quais as cerimónias que adquiriram maior relevância e destaque? Quanto dinheiro era gasto nessas celebrações? Qual a sua representatividade em termos percentuais no cômputo geral das despesas?

Essas são algumas das questões a que procuramos responder ao longo deste trabalho.

A irmandade de Santa Cruz surgiu desde a Época Moderna como uma referência nas festividades da Quaresma, mantendo até à atualidade um papel muito ativo e de destaque.

O conhecimento de que o seu acervo arquivístico poderia conter as fontes de que necessitávamos para a realização do trabalho pretendido revelou-se fundamental para a escolha desta instituição como tema de estudo.

De facto, o arquivo da irmandade revela-se de uma riqueza impar, contendo não só os documentos relacionados com a irmandade de Santa Cruz, que abrangem distintas séries documentais, como também os registos arquivísticos das confrarias que a ela se uniram ao longo dos séculos, destacando-se o razoável estado de conservação dos mesmos, o que possibilita a sua leitura e análise.

Acresce ainda o facto do arquivo se encontrar inventariado e da irmandade não ter colocado entraves à sua consulta, realidade que em muito facultou o nosso trabalho. O arquivo para além de constituir um fundo importante para o estudo da religiosidade popular, contém ainda informações preciosas para a História da cidade, razão só por si importante para ser conservado e disponibilizado aos investigadores.

Para a elaboração da presente tese servimo-nos dos livros considerados de maior importância, nomeadamente, os estatutos, os livros de memórias, os livros de atas e os livros de despesas.

Procedemos ainda à consulta de alguns dos Livros do Registo Geral, pertencentes ao Arquivo Distrital de Braga, que contêm informações relativas à confirmação dos estatutos da irmandade, à bênção de altares na sua igreja, registo de sentenças relativamente aos seus irmãos, provisões acerca de obras a efetuar no templo, entre outros.

A partir da sua análise recolhemos elementos relativos à origem da confraria, à organização e instituição das cerimónias estudadas, assim como importantes informações acerca do papel desempenhado pelos elementos pertencentes à irmandade, nomeadamente as funções de que eram incumbidos e as suas obrigações, assim como as penalizações em que ocorriam quando não respeitavam o estipulado nos estatutos e pela Mesa.

As séries documentais analisadas permitiram-nos ainda recolher informações relativas ao espaço e tempo das festividades, assim como às procissões e sermões efetuados nos momentos cerimoniais.

Escolhemos, por conseguinte, tratar as festas de uma das confrarias mais importantes da cidade, num período em que ganhavam maior pujança e grandiosidade, bem ao gosto do barroco.

Desta forma, estruturamos o corpo do nosso trabalho em três capítulos ao longo dos quais abordamos diferentes aspetos da organização festiva da irmandade, assim como da história da sua fundação e do momento litúrgico destacado.

No primeiro capítulo começamos por analisar, de forma breve, a história do surgimento das confrarias em Portugal, que remonta à época medieval, destacando os objetivos que conduziram ao seu nascimento e grande afirmação no seio da sociedade. Destacamos a sua ação em momentos de dificuldade como era o caso da morte, doença, prisão ou orfandade, entre outros, mas também enquanto agentes económicos e de enquadramento das populações por parte da Igreja Católica, que construía a partir delas formas de contato e influência na vida dos indivíduos. Realçamos ainda a sua importância como agentes promotores de festividades relacionadas com as suas invocações, devoções e padroeiros mas também com os grandes momentos litúrgicos como o Advento e a Quaresma e em torno das quais eram criados importantes momentos de sociabilidade.

Contextualizamos neste movimento a irmandade de Santa Cruz, cujo surgimento remonta ao século XVI, destacando os momentos mais significativos da sua história até ao período moderno, nomeadamente a sua fundação e a construção do seu templo. Neste último aspeto são mencionadas as razões que levaram à sua construção, pois os seus primeiros locais de veneração foram a Cruz que originou a devoção de Jerónimo Portilho e a igreja de São Marcos, pertencente ao Hospital de São Marcos. São ainda analisadas de forma sucinta as indicações presentes no Livro de Memórias relativamente à construção do templo, mencionando-se as suas principais características arquitetónicas apresentando-se o rascunho das obras da igreja, assim como o conflito que a construção do novo templo originou entre a irmandade de Santa Cruz e a Misericórdia bracarense. São também alvo de análise os seus estatutos e os motivos que levaram à incorporação de outras irmandades na de Santa Cruz, destacando-se os condicionantes que as confrarias enfrentaram devido à aplicação das leis pombalinas e da alteração das vivências religiosas.

Como fontes privilegiadas para a elaboração deste capítulo utilizamos os Livros dos Estatutos e o Livro de Memórias da Irmandade.

O segundo capítulo é dedicado às festividades da confraria. São descritos os seus principais momentos, constituídos pelas celebrações relacionadas com a sua invocação, nomeadamente, a “Santa Cruz”, o “Triunfo da Sagrada Cruz” e a “Exaltação da Sagrada Cruz”, assim como pelo Lausperene, Dia da Circuncisão (Primeiro de Janeiro) e pelas cerimónias quaresmais, dentro das

quais destacamos as procissões do Enterro e Passos do Senhor, *Via Crucis* e a visita aos Passos que a irmandade possuía nas ruas da cidade.

Inserimos a nossa análise no tempo e no espaço, sublinhando a importância destes dois vetores na organização festiva, destacando-se os cuidados tidos pela irmandade e os elementos constituintes dos dois aspetos mencionados.

Refere-se ainda, o papel desempenhado pelas procissões e pelos sermões, que se constituem como um dos elementos que maior visibilidade conferiam às entidades religiosas e confraternais, na medida em que eram momentos de abertura à sociedade, nos quais, todos os que desejassem podiam ver a irmandade no seu esplendor, contribuindo, dessa forma, para o engrandecimento e enriquecimento das suas cerimónias. As festas criavam um papel vinculativo muito importante não só relativamente aos irmãos que a ela pertenciam como também ao meio urbano no qual se inseriam.

Como fontes principais para este capítulo utilizamos os Livros dos Estatutos, assim como os livros de Termos da Irmandade, que se revelam uma fonte muito importante na medida em que registam as decisões tomadas pelos confrades em Mesa relativamente à organização dos momentos de festividade. Encontramos, assim, referência aos mais variados aspetos como a distribuição das tarefas a desempenhar pelos irmãos nas diferentes festividades, as penalizações aplicadas quando os estatutos e as deliberações da Mesa não eram cumpridos, as providências, como o concerto e a compra, tomadas relativamente às alfaias religiosas usadas nesses momentos, o cuidado dispensado ao espaço onde se desenvolviam, o tempo de antecedência com que essas decisões eram apresentadas, entre outros.

No terceiro e último capítulo, são analisados os aspetos económicos relacionados com a organização das festividades, nomeadamente, as respeitantes à Quaresma.

Neste contexto, estudamos as despesas efetuadas pela irmandade com estes elementos, destacando-se os gastos com a música, um dos elementos fundamentais das festividades, sermões, “urna do Senhor”, utilizada nas cerimónias de Sexta-feira Santa e um dos elementos mais importantes da Paixão, com os Passos, tanto os situados no interior do templo como os que a irmandade possuía nas ruas da cidade e que visitava por meio de um procissão solene, assim como com a cera. Esta era uma constante nas celebrações litúrgicas, na medida em que se encontrava intimamente relacionada com a simbologia da luz, e que alcançava ainda mais relevo no tempo quaresmal associado às Trevas.

Procede-se também à análise dos gastos da irmandade com as distintas alfaias religiosas, no seio das quais se destacam elementos como os pálios e os guiões. São ainda mencionados os cuidados com a imagem do Senhor com a “Cruz às Costas” e o seu custo, bem como a compra de confeitos para os “anjos” e outras figuras que integravam as procissões da irmandade.

O presente estudo é finalizado com a análise efetuada a partir da comparação entre os gastos realizados pela irmandade com as festas da Quaresma com o total anual das despesas, mencionando-se a percentagem ocupada pelas despesas quaresmais nesse contexto. Ou seja, pretendemos analisar a representação dos gastos da festa nas despesas anuais, de forma a percebermos a importância dada às festas pela instituição promotora, em contexto barroco e o lugar que ocupavam em termos de despesa da irmandade.

Capítulo 1

1. A confraria de Santa Cruz de Braga

O surgimento das primeiras confrarias em Portugal remonta à época medieval, contudo entre os séculos XVI e XVIII assistiu-se ao “surto de uma quantidade imensurável de confrarias e irmandades”¹.

O incremento dessas entidades confraternais, durante os séculos acima mencionados, ficou a dever-se principalmente “à iniciativa do clero, interessado em contrariar os argumentos protestantes, baseados na justificação pela fé, na recusa da indispensabilidade dos sacramentos e da veneração da Virgem”², mas também às populações que se movimentavam no sentido de erguer uma destas instituições.

Procedia-se, então, à criação de mecanismos que permitissem abranger um elevado número de pessoas, de forma a que estas se guiassem pelos preceitos defendidos pela igreja católica.

As confrarias serviam um objetivo específico de corporizar uma entidade religiosa que procurava proceder ao enquadramento das populações e, ao mesmo tempo, fortalecer o seu poder junto das mesmas.

Pretendia-se, dessa forma, reforçar a superioridade da igreja católica face à reforma protestante que questionava e ponha em causa os seus principais dogmas³.

Contudo, desde o seu surgimento, no século XII, que as confrarias tinham como principais objetivos e obrigações- estipuladas nos seus estatutos- a prestação de auxílio aos pobres através da distribuição de esmolas⁴ em dinheiro, alimentos⁵ ou mesmo roupa, ajuda na doença e na morte e a assistência espiritual aos seus irmãos.

O momento da morte revestia-se de uma grande importância na vida dos indivíduos, durante o Antigo Regime. Todos procuravam estar preparados, através dos meios possíveis, para esse

¹Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, p. 463.

²Penteado, Pedro, “Confrarias”, Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário...*, p. 463

³Acerca da contra-reforma em Portugal leia-se Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal: 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

⁴Na confraria de S. João do Souto de Braga eram distribuídas esmolas no dia de Nossa Senhora das Candeias e de S. João, conforme se pode constatar através da análise de Marques, José, “Os pergaminhos da confraria de São João do Souto da cidade de Braga (1186 - 1545)”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXVI, nº 81-82 (94-95), 1982, pp. 85-88.

⁵Acerca da entrega de alimentos aos pobres pelas irmandades analise-se Beirante, Maria Ângela, “Ritos Alimentares em algumas confrarias medievais portuguesas”, in *Atas do Colóquio Piedade Popular- Sociabilidades- Representações e Espiritualidade*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 559-589.

acontecimento. O investimento na morte era grande, porque se procurava alcançar a salvação da alma.

De facto “a segurança no Além era, quase sempre, o motivo primeiro que os levava a dirigir-se a uma confraria de devoção: tentativa de obtenção do maior número possível de intercessores terrenos ou celestes aquando da sua morte”⁶.

Neste contexto, destaca-se ainda a importância que o Purgatório, como local de transição, pelo qual as almas dos que se encontravam em pecado tinham de passar obrigatoriamente, assumiu durante a Idade Moderna⁷.

Este facto tornava ainda mais importante a existência de uma preparação cuidada para o momento da morte.

De salientar, que as irmandades tinham como obrigação o acompanhamento dos seus irmãos à sepultura e, em muitos casos, ficavam também obrigadas a rezar missas em memória dos mesmos, em algumas circunstâncias perpetuamente⁸.

As confrarias procediam ainda aos chamados enterramentos “por amor de Deus”⁹, no caso do morto ser uma pessoa que, embora não pertencesse à irmandade, se sabia ter vivido em pobreza e não possuir rendimentos suficientes para a família arcar com as despesas do rito fúnebre.

Por outro lado, o ingresso numa irmandade ou misericórdia garantia uma vida espiritual preenchida, pois os irmãos encontravam-se obrigados a participar em algumas das suas cerimónias de culto¹⁰.

Como forma de proceder a uma seleção dos seus membros, em muitas confrarias pagava-se de uma joia ou esmola de entrada ou anual, facto que limitava as adesões e a manutenção do lugar de confrade. As Misericórdias atuavam ainda com *numeros clausus*, afunilando ainda mais a integração para eventuais interessados.

⁶Abreu, Laurinda Faria dos Santos, “Confrarias e Irmandades de Setúbal: Redes de Sociabilidade e Poder”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, I Volume, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, p. 4.

⁷Acerca da importância do Purgatório durante o período em questão leia-se Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995, pp. 272-276.

⁸Relativamente a este assunto analise-se Penteado, Pedro, “Confrarias Portuguesas da Época Moderna”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª Serie, tomo VII, 1995, p. 27.

⁹Os enterramentos de pobres eram uma prática comum a muitas confrarias conforme se pode constatar através da análise de Beirante, Maria Ângela, *As confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, Ed. Da autora, 1990, pp. 27-28.

¹⁰Como forma de conhecer os momentos de sociabilidade criados em torno da morte no seio das confrarias leia-se Soares, Maria Ivone da Paz, *E a sombra se fez verbo. Quotidiano feminino setecentista por Braga*, Braga, Associação Comercial de Braga, 2009, p. 165.

Assim, através da pertença a uma irmandade garantia-se a prática de exercícios espirituais que lhes permitiriam alcançar as benesses divinas e, ao mesmo tempo, o reconhecimento terrestre, pois estas entidades constituíam-se também como um meio de integração na sociedade, de tal forma que em alguns casos “as irmandades difundiam-se ao sabor do gosto e necessidades da população”¹¹.

Com o surgimento das Misericórdias, as confrarias restringiram o seu papel assistencial, dedicando-se quase exclusivamente ao culto. A assistência que prestavam direcionava-se principalmente para os seus membros. Já as Misericórdias tinham um alargado programa de caridade que cobria as 14 obras de misericórdia, destinadas principalmente a pessoas que não eram seus membros.

Cabe, no entanto, salientar que as práticas de caridade efetuadas pelas Misericórdias nem sempre eram desinteressadas uma vez que estas procuravam alcançar benefícios como o reconhecimento e a influência no meio social que as rodeava, criando-se assim “a caridade espetáculo, efetuada em momentos do calendário litúrgico, o mundo-teatro do barroco”¹².

Principalmente na Europa do Sul, as confrarias da Idade Moderna, contrariamente ao verificado em Portugal, mantiveram um programa de ajuda aos pobres, auxiliando presos¹³, doentes, peregrinos, expostos e enterrando mortos.

Assim criavam-se à volta destas entidades redes de ajuda mútua entre elas e os seus membros, procurando-se criar condições para que estes recebessem apoio não só espiritual mas também monetário nos momentos de maior dificuldade¹⁴.

Por outro lado, as confrarias eram responsáveis pela promoção de momentos de festividade e de sociabilidade. Eram ocasiões que pautavam a vida dos seus membros, assim, como do meio no qual se inseriam, pois estas constituíam momentos que marcavam toda a sociedade.

Destacavam-se neste contexto as manifestações religiosas que extravasavam os templos e se desenvolviam em espaços como os adros das igrejas e ruas das cidades, vilas e aldeias.

¹¹Enes, Maria Fernanda, “As confrarias do Santíssimo e das Almas no âmbito da cultura barroca (um caso na diocese de Angra)”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, I Volume..., p. 278.

¹²Sá, Isabel dos Guimarães, Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 60.

¹³Em relação à assistência prestada aos presos pobres durante a Idade Moderna em Espanha analise-se Heras Santos, José Luís de las, “La asistencia a los presos pobres de las cárceles en la Edad Moderna”, in Araújo, Maria Marta Lobo de, Ferreira, Fátima Moura, Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 94-98.

¹⁴Para conhecimento desta temática leia-se Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário...*, p. 459.

Assim, as instituições abriam-se ao exterior e permitiam que pessoas alheias à sua composição participassem nas suas principais celebrações e pudessem adquirir um vislumbre dos seus membros e das suas alfaias. Esta capacidade agregadora estava diretamente relacionada com uma Igreja que se queria espalhada a um número cada vez maior de fiéis.

Dessa forma ganhavam especial importância as manifestações festivas promovidas com vista à celebração dos padroeiros e invocações, data que em muitas confrarias se procedia à eleição dos novos órgãos administrativos, ou seja, da Mesa, assim como as comemorações relacionadas com os principais ciclos e momentos litúrgicos, como eram os casos do Advento, da Semana Santa e Lausperene¹⁵, momentos que integravam procissões, sermões e missas solenes.

Eram momentos nos quais investiam todo o seu empenho procurando que se revestissem da maior solenidade possível, despendendo para tal elevadas quantias e investindo muito tempo na sua preparação.

As irmandades desempenhavam ainda um importante papel económico, pois eram responsáveis pelo empréstimo de dinheiro a juro e geriam foros, pensões e rendas.

Nos casos em que eram efetuados os empréstimos, os requerentes deveriam satisfazer as exigências colocadas pela confraria, que procurava assim salvaguardar o retorno do dinheiro com os devidos juros aos seus cofres, o que, apesar das cautelas tomadas, nem sempre acontecia.

A igreja bracarense não é indiferente a este movimento criado em torno destas instituições. As Constituições Sinodais publicadas em 1697 apelam à instituição de diversas confrarias¹⁶.

As Memórias Paroquiais de 1758 constituem-se como uma importante fonte para adquirirmos a perceção do número de irmandades existentes para o período em questão, constatando-se ser muito significativo¹⁷, apesar de muitas já se terem agregado a instituições mais fortes.

¹⁵Acerca deste assunto leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave. Um itinerário sobre religiosidade popular no Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave, 2006, p. 22.

¹⁶As Constituições Sinodais de Braga datadas de 1639 incentivam a criação e filiação dos crentes nas confrarias do arcebispado. Consulte-se *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Ilustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha Anno de 1639 e mandadas imprimir a primeira vez pelo Ilustríssimo Senhor D. João de Sousa arcebispo de Braga Primas das Espanhas em Janeiro de 1697*, Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes, 1697, pp. 307-308.

¹⁷Capela, José Viriato, *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Fundação para a Ciência e Tecnologia e Universidade do Minho, 2003, pp. 44-45.

Para o século XVIII encontram-se recenseadas na cidade 87 irmandades, sendo a maioria dedicada a Nossa Senhora, seguindo-se as dos Santos, as das Santas Virgens Mártires, as das Almas, Paixão, Santíssimo Sacramento e Trindade¹⁸.

A maioria das irmandades da cidade de Braga localizava-se na freguesia da Sé, seguindo-se a de São João do Souto e de São Vítor¹⁹.

A instituição da confraria de Santa Cruz, situada na freguesia de São João do Souto, remonta ao século XVI.

Segundo a memória inscrita no seu cartório, a sua origem, como já referimos, ancorou na devoção do mestre-escola, e mais tarde religioso da Companhia de Jesus, Jerónimo de Portilho, que juntamente com os meninos que frequentavam a sua escola instituiu, a irmandade²⁰.

Os meninos são designados nos livros e documentos da irmandade como Lucas Dias e Álvaro de Faria, os licenciados Pedro de Gram Botelho e João Dias Leite, os Reverendos Francisco Canelas, António Martins Tinoco, Salvador Francisco, Manuel de Gram, Francisco Fernandes e Francisco de Faria, ou seja, são mencionados tendo-se em conta os estudos que desenvolveram posteriormente²¹.

A fundação da confraria resulta da devoção sentida pelo referido Jerónimo Portilho por uma cruz que se encontrava situada no campo de São Marcos.

Era uma cruz que, à semelhança de outras existentes por toda a cidade, era objeto de adoração popular. São descritas como sendo decoradas com flores, papéis e ramos. A referida Cruz foi mandada erigir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) e que mais tarde seria retirada a mando do arcebispo D. Sebastião de Matos Noronha (1636-1641) e colocada “junto à ponte dos Plames a Santa Justa”²². Depois de retirada, a cruz que tinha sido o primeiro local de veneração do mestre Jerónimo Portilho, foi instituída a confraria em 1581 na igreja de São

¹⁸Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga no tempo de Pombal*, Braga, Universidade do Minho, 2002, p. 128, dissertação de Mestrado policopiada.

¹⁹Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga...*, pp. 129-133.

²⁰Segundo a lenda também a confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave tem a sua origem na ação do mestre-escola Francisco de Magalhães Machado, conforme se pode constatar através da leitura de Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave...*, pp. 27-37.

²¹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1702-1720*, n° 96, fl. 6v.

²²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1702-1720*, n° 96, fl. 7.

Marcos, onde passou a ter como local de veneração um dos altares colaterais do seu lado direito²³.

A igreja de São Marcos encontrava-se sob alçada do Hospital, mas as suas condições não eram as melhores. Encontrava-se muito degradada no começo do século XVII e necessitava de trabalhos de restauro de grande envergadura, mormente a nível estrutural, pois as paredes encontravam-se em risco de desabamento e o chão sofria um grande desgaste²⁴.

A sua dimensão era outro problema, porquanto não conseguia satisfazer as necessidades de espaço necessárias para albergar todos os crentes que a ela se dirigiam nos dias festivos de maior solenidade como o Natal, as cerimónias da Quaresma, os Santos Passos, entre outros.

Todas estas necessidades conjugadas com o crescimento notório e efetivo da irmandade de Santa Cruz, tanto a nível de irmãos como económico, levaram a que fosse sugerida por parte dos membros da confraria a reforma da igreja do Hospital de São Marcos, ou então, a construção de um novo templo que tivesse a magnificência e espaço suficientes para suprir as necessidades do culto.

A decisão não foi pacífica e obrigou à consulta de diversos pareceres e ao equacionamento de várias hipóteses pelos irmãos de Santa Cruz.

A primeira situação analisada foi a da remodelação da igreja de São Marcos, nomeadamente a sua reestruturação, pretendendo-se proceder a uma reabilitação dos aspetos mais significativos e de maior impacto, nomeadamente, o aumento da altura e a reforma da fachada e do interior devido aos danos já anteriormente mencionados.

No entanto, depois de várias consultas e deliberações com os irmãos da Misericórdia, cujo parecer não era favorável à construção ou reestruturação da igreja de São Marcos, os confrades de Santa Cruz decidiram proceder à construção de um templo próprio²⁵.

Para satisfazer esse objetivo era necessário, em primeira instância, um local com espaço suficiente para uma construção que satisfizesse o desejo de elevação da confraria, que

²³Acerca da fundação do Hospital de São Marcos e da construção da sua igreja leia-se Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, Tomo IV, Braga, Imprensa Catholica, 1890, pp. 187-195.

²⁴AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro 1º da erecção da Confraria de Santa Cruz, 1581-1790*, nº6, fl. 3.

²⁵Nem sempre a relação entre as misericórdias e irmandades locais se revelou fácil. Em Vila Viçosa a misericórdia e a confraria do Santíssimo Sacramento partilhavam a mesma igreja, gozando a última da proteção da Casa de Bragança. Em 1740 entraram em discórdia devido a uma questão de cedência de sepulturas que só foi resolvida com a intervenção da Coroa. Acerca deste assunto leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "As traves mestras da confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Misericórdia de Vila Viçosa: o compromisso de 1612", in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 41 (3-4), 2001, p. 148.

mostrasse o seu esplendor e, ao mesmo tempo, refletisse o seu crescimento e importância na cidade de Braga²⁶.

Depois de várias hipóteses equacionadas, em 1617, determinou-se que o novo templo seria construído no Campo de São Marcos, local próximo da igreja do Hospital, e muito simbólico para a confraria, pois tinha sido nesse sítio que se ergueu a cruz de pedra que deu origem à devoção do mestre Jerónimo Portilho.

Nesse ano, os irmãos de Santa Cruz, procederam à compra de algumas casas situadas na rua do Anjo, adjacente à rua de S. Marcos, com o objetivo de serem demolidas para criar espaço suficiente para a construção do templo com a imponência pretendida.

Em 1625 iniciam-se finalmente os trabalhos de construção do tão almejado templo.

O primeiro passo da construção foi a bênção por parte do arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça (1618-1626) do terreno onde este se iria localizar²⁷.

Estando finalizado o rito simbólico da bênção, iniciou-se a construção que em termos de pedraria só seria finalizada em 1653.

As fontes do arquivo da confraria descrevem de forma pormenorizada a estrutura da igreja, assim como os vários espaços que a deviam compor, nomeadamente a forma como a fachada devia ser decorada, a composição e a localização das imagens nas capelas e no corpo.

A construção de um templo tão grandioso demonstra a capacidade financeira da confraria de Santa Cruz. Depois de erigida, a instituição iniciou um processo de crescimento sustentado na receção de legados, que a tornaram forte e rival da Misericórdia no que diz respeito aos enterros. Foi a pujança económica que possibilitou a construção de tão grandioso templo e a levaram a manter um conflito na justiça relativamente à construção da sua igreja com a Misericórdia²⁸.

²⁶Relativamente às confrarias com maiores rendimentos, das quais a de Santa Cruz é parte integrante, na cidade de Braga consulte-se Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga...*, p. 135.

²⁷Leia-se Costa, Luís, *O Templo de Santa Cruz. Elementos para a sua história e da Irmandade de Santa Cruz da Cidade de Braga no seu 400º aniversário*, Braga, Irmandade de Santa Cruz, 1982, p. 8.

²⁸Sobre os conflitos entre a irmandade de Santa Cruz e a Misericórdia de Braga analise-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "Entre o conflito e a cooperação: as relações da Misericórdia de Braga com a confraria de Santa Cruz na Idade Moderna", in *Culto, Cultura, Caridade. Atas do II Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2012, pp. 77-93. Leia-se também Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, II Volume, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003, pp. 321-324.

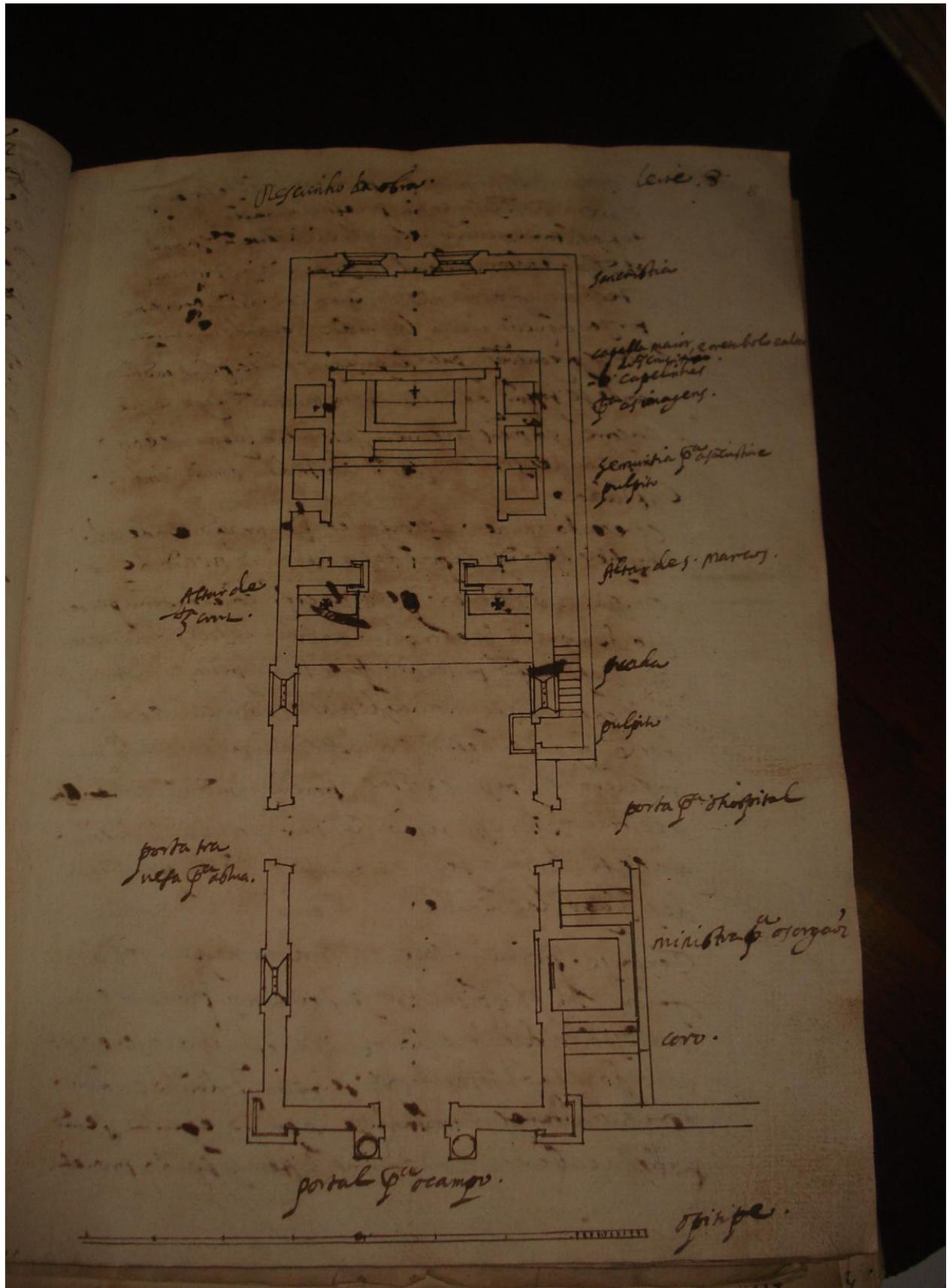


Figura 1: Rascunho das obras da igreja de Santa Cruz.



Figura 2: Fachada da Igreja de Santa Cruz.

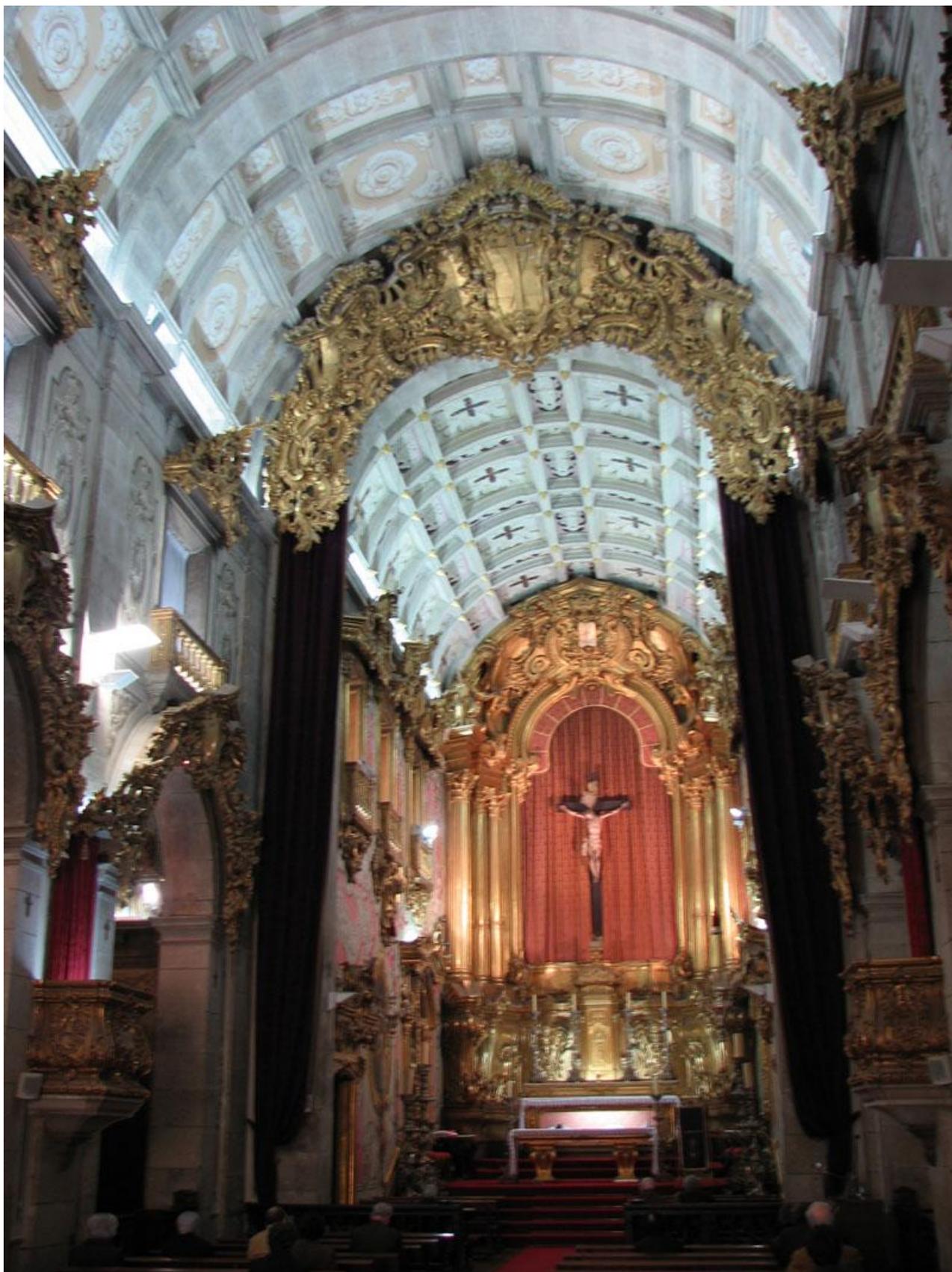


Figura 3: Interior da Igreja de Santa Cruz.

A construção da igreja estendeu-se ao longo de vários anos, consumindo muitos recursos à confraria.

A decoração da fachada deveria refletir a história da descoberta do Santo Lenho por parte de Santa Helena, mãe do imperador Carlos Magno, usando-se para isso a palmeira como símbolo da Cruz encontrada e as figuras do imperador e da sua mãe.

Encontra-se ainda presente a descrição da *Via Crucis* que se deveria situar na capela-mor, a qual era composta por doze painéis, colocados seis de cada lado da capela, os quais representavam o caminho de Cristo até ao Calvário, a sua morte e ressurreição²⁹.

Ao longo dos anos o templo de Santa Cruz foi sofrendo várias alterações a nível da sua estética, fruto de necessidades de manutenção, que obrigaram a obras de restauro, mas também dos diferentes gostos que se manifestaram ao longo dos séculos.

No entanto, permaneceu sempre como um dos templos de maior importância na cidade de Braga, devido não só às suas características arquitetónicas mas também ao papel que assume na vida da própria cidade, através das festividades aí celebradas, merecendo especial menção neste contexto as cerimónias religiosas da Semana Santa, das quais continua a ser até aos dias de hoje um dos principais agentes promotores.

A construção e as várias obras de restauro e manutenção do templo foram financiadas pelas esmolas dos irmãos da confraria, mas também por beneméritos que quiseram o seu nome associado a tão grandioso templo e instituição da cidade.

Com o tempo, a igreja de Santa Cruz tornar-se-ia um dos símbolos do barroco na cidade bracarense devido à sua talha.

Relativamente aos estatutos da irmandade temos a indicação presente na abertura do Livro da Compilação de Estatutos que “Faltão os estatutos primodiaes de 1581, 1592 e 1630 e este ultimo anda junto à Demanda da Jurisdição das contas, e está no Porto”³⁰.

Assim, os estatutos mais antigos que se preservam no arquivo da irmandade de Santa Cruz são os de 1664. Seguem-se os reformados de 1702-1720, 1762 e 1773, que nos serviram de apoio na estruturação do nosso trabalho, por corresponderem ao período de tempo estudado.

No arquivo da irmandade de Santa Cruz encontram-se ainda os estatutos de 1894, 1895 e 1941, para além dos da irmandade dos Santos Passos, Chagas e Santa Ana.

²⁹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro 1º da erecção da Confraria de Santa Cruz, 1581-1790*, nº 6, fls. 17-18.

³⁰AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro de Compilação de Estatutos, 1664, 1702-1720, 1762, 1773*, nº 96, fl. 2.

Nos estatutos por nós analisados encontram-se regulamentados todos os aspetos relacionados com a irmandade de Santa Cruz, desde as condições de entrada dos irmãos, nomeadamente a quota de entrada, as vestes e insígnias da confraria, as suas festividades, modo como os irmãos se deviam comportar nas mesmas e o papel que cada cargo específico desempenhava nas grandes celebrações.

A forma como deviam ser executadas as festas de maior importância e a quem tocava o suprir das necessidades das mesmas são também aspetos tratados.

Os estatutos revelam-se fundamentais não só para o conhecimento das regras da confraria, como também para o conhecimento da história da sua ereção, uma vez que no prólogo de cada um dos estatutos reformados existe a descrição pormenorizada da sua instituição e a referência aos nomes de todos aqueles que lhe pertenceram nos seus primórdios. Tratava-se de uma estratégia de preservação de memória que os confrades utilizavam para passar testemunho aos futuros irmãos.

Como já mencionamos, a confraria de Santa Cruz experimentou desde a sua fundação um grande crescimento em número de irmãos, como também na importância que adquiriu como instituição religiosa da cidade, tornando-se numa das mais notáveis e poderosas ao longo da Idade Moderna³¹.

Este crescimento levou a que, em momentos de maior dificuldade, outras irmandades tenham procurado associar-se a ela como aconteceu com a dos Santos Passos e Santa Ana.

Segundo os estatutos de 1773 “A Irmandade do Senhor dos Passos teve a sua origem pelos anos de 1597”³². Permaneceu até 1735 na igreja do convento de Nossa Senhora da Graça do Pópulo, dos religiosos de Santo Agostinho, onde foi fundada. Nesse ano, fruto de divergências dos irmãos da confraria com os religiosos titulares do dito convento, foi transferida para a capela de Santa Ana, onde a imagem do Senhor dos Passos foi colocada no altar-mor.

A união definitiva com a irmandade de Santa Ana aconteceu a 16 de Abril de 1737 sendo confirmada com a Bula Apostólica do Papa Clemente XII de 31 de Dezembro de 1739³³.

No entanto, em 1769 a capela de Santa Ana foi demolida, ordenando-se a transferência das suas irmandades para a capela de Nossa Senhora da Lapa³⁴.

³¹Acerca do crescimento da irmandade de Santa Cruz consulte-se Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, Tomo V..., p. 224.

³²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1773*, n° 96, fl. 421.

³³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1773*, n° 96, fl. 421v.

Por se considerar que a referida capela não tinha as “comodidades necessárias”³⁵ para as funções da irmandade, decidiu-se a sua união à irmandade de Santa Cruz, confirmada por um Breve de Clemente XIV.

A 11 de Maio de 1772 efetuou-se uma procissão solene que marcou a saída das irmandades da capela da Senhora da Lapa para a igreja de Santa Cruz³⁶.

Apesar de serem as mais significativas, as irmandades do Senhor dos Passos e Santa Ana não foram as únicas que se uniram à irmandade de Santa Cruz, fazendo-o também as irmandades das Chagas (1774), a irmandade de S. Gonçalo e Santo Nome de Jesus (1776) e a de S. Tiago Apóstolo (1794)³⁷.

Fruto do processo mencionado, a irmandade passou a designar-se por irmandade do Bom Jesus dos Passos, Santa Cruz e Santa Ana.

Cabe salientar, que a união de irmandades é um fenómeno que ganha maior vigor na segunda metade do século XVIII, quando também as extinções aumentaram³⁸.

Exemplo do último caso, é a abolição em 1756 das cinco confrarias que se encontravam estabelecidas em Braga na igreja de S. Paulo dos Jesuítas, de uma só vez, facto que está associado também à situação vivida por esta Ordem religiosa³⁹.

Essa realidade deve-se a uma conjugação de fatores que fragilizam as confrarias, tornando muito difícil a sua sobrevivência sem o apoio de entidades que detivessem um elevado número de irmãos, assim como uma situação financeira consolidada.

Como fatores determinantes para o esmorecer do movimento confraternal, na segunda metade do século XVIII, podem ser mencionadas questões políticas relacionadas com o governo do Marquês de Pombal (1750-1777), uma vez que “de um modo geral a administração

³⁵A capela de Santa Ana foi demolida com o objetivo de se proceder a obras de terraplanagem, alargamento e embelezamento do Campo de Santa Ana conforme se pode constatar através de Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, Tomo III..., p. 373.

³⁶AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1773*, nº 96, fl. 421v.

³⁷Os estatutos da irmandade do Senhor dos Passos, de Santa Cruz e de Santa Ana foram confirmados em 1773. ADB, *Livro nº 139 do Registo Geral*, fls. 20v-21v.

³⁸Acerca deste assunto consulte-se Costa, Luís, *O Templo de Santa Cruz. Elementos ...*, p. 39.

³⁹A fusão e extinção de confrarias na cidade de Braga no período em questão encontra-se desenvolvida em Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga...*, p. 146. Sobre este assunto leia-se ainda Capela, José Viriato, Ferreira, Ana Cunha, *Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, ICS, 2002, p. 167.

⁴⁰Vieira, Maria José de Azevedo Flores da Costa, *A Confraria do Menino Deus e a Paróquia de Maximinos (1700-1850): População, Sociedade e Assistência*, Braga, Universidade do Minho, 1994, p. 84.

pombalina exerceu uma mais forte vigilância sobre a vida, práticas e orientações religiosas das confrarias portuguesas, designadamente sobre as política e religiosamente mais marcantes”⁴⁰.

A vigilância exercida pela administração pombalina manifestou-se em aspetos como o controlo das receitas e gastos financeiros⁴¹, a limitação da entrada de membros do clero nestas instituições, limitações nos bens de alma deixados em testamento- e que se constituíam como uma das principais fontes de receita das confrarias- e a criação de impostos sobre os seus rendimentos e avaliação dos mesmos⁴².

Desta forma, as confrarias encontravam-se limitadas porquanto a existência de tais fiscalizações diminuía o seu poder de intervenção e a sua capacidade organizativa, tanto a nível da prestação de auxílio aos seus irmãos que se encontrassem em dificuldades como na promoção dos seus principais momentos de festividade.

De igual forma “no governo de D. Maria I (...) a função e o poder de algumas confrarias maiores forçará a anexação e a extinção de algumas confrarias em dificuldades económicas e de concurso de irmãos”⁴³.

Por outro lado, assiste-se ao surgimento de novas correntes ideológicas que diminuíram o papel que a Igreja ocupava na vida dos indivíduos.

Também o incumprimento, por parte das irmandades de algumas premissas que atraíam até si elevado número de fiéis, como era o caso das missas e capelas instituídas não respeitarem as vontades dos seus legatários, muitas vezes, por inexistência de membros do clero, em número suficiente, capazes de suprir essas necessidades, levou a que os legados tenham diminuído consideravelmente. A não celebração de sufrágios quebrava a confiança entre os irmãos e a confraria a que pertenciam.

De igual forma, a morte vai perdendo a importância que havia adquirido e que se constituía como um dos principais motivos para o ingresso numa irmandade.

Todos estes fatores conduzem a um agravamento muito significativo das condições financeiras das confrarias, levando a que as mais frágeis e economicamente debilitadas não tivessem meios para enfrentar a diminuição dos seus rendimentos, manifestada também através

⁴⁰Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga...*, p. 138.

⁴¹Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga...*, p. 138.

⁴²Acerca deste assunto consulte-se Vieira, Maria José de Azevedo Flores da Costa, *A Confraria do Menino Deus...*, p. 92.

⁴³Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga...*, p. 143.

da menor adesão de irmãos e conseqüentemente na quebra de receitas, o que torna a sua sobrevivência isolada muito difícil.

Assim, fruto da conjugação dos fatores de ordem política, económica e social mencionados, assistiu-se ao esmorecer do movimento confraternal que levou a que muitas irmandades se aliassem a outras economicamente mais estáveis, de forma a garantir a sua sobrevivência.

Desta forma, constatamos que ao longo dos tempos a irmandade de Santa Cruz sofreu um processo evolutivo que conduziu ao seu crescimento não só em número de irmãos, como também a nível de infraestruturas e de prestígio no meio institucional da cidade levando a que em momentos de maior dificuldade outras irmandades se tenham unido a ela.

Ao longo de todo este processo, destaca-se o seu papel como instituição promotora do encontro em torno das suas festividades que se integravam no espírito e características da religiosidade bracarense e das suas manifestações culturais vivenciadas ao longo dos séculos, mantendo esse destaque até aos dias de hoje, nomeadamente, a nível da organização das cerimónias religiosas da Semana Santa.

Capítulo 2

1. A confraria de Santa Cruz em festa

A importância dada aos momentos de festividade no Barroco deve-se ao facto destes acontecimentos se constituírem como importantes “momentos de rutura na vida do quotidiano, que afastam e distraem dos problemas reais da vida”¹ na medida em que fomentam uma alteração e interrupção na rotina diária do trabalho, permitindo e proporcionando momentos de lazer que em outras circunstâncias, que não as das festividades, seriam impossíveis de serem vividos e apreciados. Eram ocasiões de alegria e de regozijo que deixavam para trás as agruras do trabalho diário e permitiam momentos de sociabilização e confraternização livres dos condicionamentos impostos pelo labor e, em muitos casos, pela própria sociedade.

Essas cerimónias constituíam-se, muitas vezes, para as irmandades, como momentos chave na medida em que eram oportunidades para se mostrarem pelas ruas das cidades e vilas, permitindo que todos apreciassem as suas alfaias religiosas, os seus irmãos e o seu poder económico, social e religioso².

Ao levarem as suas manifestações de culto para as ruas, as irmandades envolviam toda a comunidade que as rodeava nestes momentos, uma vez, que embora em muitos casos o povo não participasse diretamente nessas manifestações, participava passivamente, assistindo e fazendo com que estas alcançassem maior brilho e imponência.

Também os confrades adquiriam maior notoriedade nestas ocasiões, uma vez que o lugar que ocupavam nessas manifestações permitia a sua afirmação perante a comunidade, demonstrando o seu prestígio no seio da confraria. Deve recordar-se que o posicionamento ocupado no desfile processional encontrava-se regulamentado, devendo ser cumprido sob pena do pagamento de multa ou mesmo da expulsão se tal não se verificasse³.

¹Leia-se para este assunto Milheiro, Maria Manuela, “Subsídios para o Estudo da Festa Barroca. A Festa Fúnebre”, in *Cadernos do Noroeste*, 4 volume, 1991, p. 369.

²Confira-se a propósito Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1789)*, Vila Verde, Caixa Agrícola de Crédito Mútuo, ATHACA, 2001, p. 60.

³Na Misericórdia de Monção em 1734 foram riscados de confrades os padres João de Caldas, António de Freitas, Manuel Lourenço e Manuel Velho Soares e o irmão Pedro Lourenço de Almeida por perturbarem a procissão de quinta-feira maior, conforme se pode verificar através da

Associações religiosas, as confrarias promoviam intensos programas festivos que decorriam ao longo do ano, ritualizando momentos importantes do calendário religioso. Procuramos surpreender a confraria de Santa Cruz, quando se abria ao exterior, em momentos de grandeza e pujança, concretizando programas ambiciosos de festas, onde o religioso se misturava com o profano. Estes momentos contribuíam de forma decisiva para reforçar a coesão grupal e a sua própria identidade.

A festa ocupava um lugar central na vida das confrarias. A comemoração do dia do padroeiro ganhava honras ao figurar nos estatutos e constituía uma das principais obrigações dos confrades. Mas esta era apenas uma das muitas cerimónias festivas que ocorriam ao longo do ano. Muitas outras tinham lugar, dando origem a uma multiplicação de cerimónias religiosas de carácter festivo. As festas constituíam momentos únicos de sociabilidade, de convívio entre todos, tornando mais sólido o sentimento de pertença. Serviam igualmente para exteriorizar a fé e demonstrar toda a capacidade organizadora da instituição, bem como a dignidade com que a realizava.

A festa era o momento em que o profano e o sagrado se interligavam e se fundiam de tal forma que, muitas vezes, se tornavam indissociáveis em virtude da integração de grande número de elementos de cariz profano nos momentos festivos relacionados com a vivência religiosa⁴. Mesmo nos mais solenes, como era o caso das procissões, em que elementos como andores, imagens de santos, música e figuras alegóricas, mitológicas e até sátiras ocupavam um lugar de relevo semelhante.

Todos esses elementos tornavam-se complementares o que permitia enriquecer o cenário e sentido do próprio acontecimento, conferindo-lhe um carácter mais vistoso e despertando um maior número de emoções.

Dessa forma, os que assistiam à sua passagem e desenvolvimento não se mantinham indiferentes⁵.

análise de Araújo, Maria Marta Lobo de, "As Misericórdias Portuguesas enquanto palcos de sociabilidade no século XVIII", in *História: Questões & Debates*, n° 45, Curitiba, Editora UFPR, 2006, p. 166. Acerca da importância da ordem no desfile processional consulte-se ainda Araújo, Rita de Cássia Barbosa de, "A Redenção dos Pardos: A Festa de São Gonçalo Garcia no Recife em 1745", in Jancsó, István, Kantor, Iris (orgs.), *Festa. Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, I Volume, São Paulo, 2001, pp. 436-437. Consulte-se ainda Gomes, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da Festa em Lisboa no Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Português de Ensino a Distância, 1985, p. 56 e Penteado, Pedro, "Confrarias Portuguesas da Época Moderna: Problemas, resultados e tendências da Investigação", in *Lusitânia Sacra*, 2° Serie, tomo VII, 1995, p. 40.

⁴Leia-se Gomes, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da Festa...*, p. 57.

⁵Milheiro, Maria Manuela, *Braga. A cidade e a Festa no século XVIII*, Guimarães, NEPS, 2003, p. 85.

Nos momentos festivos do barroco encontramos elementos comuns ao religioso e ao profano, como era o caso da arquitetura efémera, feita apenas para o momento festivo e desmantelada depois do mesmo. Também a música e o ruído se encontravam presentes nas festividades religiosas através de elementos como as matracas, chocalhos, o repicar dos sinos, o ruído dos tambores, os músicos que acompanhavam as procissões e estavam presentes nas missas cantadas, as charamelas, os pregões pelas ruas das cidades. A luz e o fogo, através das luminárias, velas e fogo de artifício, a água presente em construções efémeras como as fontes e chafarizes, e a água benta, as figuras alegóricas, mitológicas e a pintura eram igualmente outros elementos quase sempre constantes nas festas barrocas⁶.

Relativamente aos momentos religiosos de festividade é importante mencionar, para além dos aspetos e elementos já referidos, o cuidado dispensado às alfaias através do seu concerto e à preparação dos espaços sacros com destaque para a limpeza e embelezamento dos locais onde a festa se realizava ou por onde as manifestações a ela associadas se desenrolavam. Destaca-se o facto da limpeza não se restringir apenas às igrejas e adros, mas ser efetuada também nas ruas por onde acontecimentos como as procissões, cortejos ou vias-sacras iriam passar, tendo-se especial cuidado na limpeza e adorno das mesmas, utilizando-se elementos como as flores as plantas aromáticas, as colchas nas janelas e a arquitetura efémera⁷. Construía-se um cenário para o momento, que se desmontava após o desfecho da festa.

Como em todas as grandes irmandades, também na de Santa Cruz de Braga a festa desempenhava um papel importante permitindo-lhe afirmar-se na sociedade bracarense através da visibilidade e notoriedade que esses acontecimentos lhe proporcionavam.

A confraria de Santa Cruz integrava-se numa malha confraternal densa da cidade de Braga, a qual permanecia muito ativa durante o século XVIII e contava com 71 confrarias em 1764⁸.

⁶Sobre a presença de elementos profanos na entrada de D. Gaspar de Bragança na cidade de Braga consulte-se Milheiro, Maria Manuela, *Braga...*, pp. 152-161. Acerca das entradas solenes consulte-se também Cardim, Pedro, "Entradas Solenes. Rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, Séculos XVI e XVII", in Jancsó, István, Kantor, Iris (orgs.), *Festa. Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, I Volume..., pp. 97-125. Relativamente aos elementos profanos da festa leia-se Gruber, Alain Charles, *Les grandes fêtes et leurs décors à l'Époque de Louis XIV*, Paris, Librairie Droz, 1972, p. 1.

⁷Sobre a preparação das festividades na confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave. Um itinerário sobre religiosidade popular no Baixo Minho*. Braga, Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave, 2006, p. 22. Acerca da preparação do percurso processional nas Misericórdias consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "As Manifestações de Rua das Misericórdias Portuguesas em Contexto Barroco", in *Hispania Sacra*, LXII 125, 2010, p. 106.

⁸Relativamente às confrarias existentes na cidade de Braga no século XVII leia-se Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga no tempo de Pombal*, Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 127-134, dissertação de Mestrado policopiada.

Todas estas instituições realizavam festas aos seus padroeiros e outras. Este facto mantinha um calendário festivo muito preenchido ao longo do ano e alguma concorrência entre as mais poderosas, principalmente no que diz respeito às principais festividades de cada confraria.

A confraria de Santa Cruz era uma das mais possantes instituições religiosas da cidade no século XVIII. Por isso, era considerada, servindo, por vezes, de modelo às suas congéneres, mas não só. Por várias vezes a Misericórdia da cidade adquiriu paramentos e alfaias religiosas, manifestando o desejo de que fossem iguais às existentes em Santa Cruz.

Na irmandade ao longo do ano realizavam-se diferentes festividades respeitantes a distintas invocações e devoções.

Como principais festividades da confraria podem mencionar-se: a festa da “Santa Cruz” que ocorria a três de maio, as festas do “Triunfo” a vinte e seis de julho, a “Exaltação da Santa Cruz” a catorze de setembro, o dia um de Janeiro, a Senhora do Pilar, o Lausperene e os Passos da Quaresma, sendo a data da sua celebração móvel, e as celebrações de sexta-feira Santa. Estas eram as principais festas que os irmãos se encontravam obrigados a realizar segundo os seus estatutos.

Sabemos também que outras ocorriam e que para além de comemorarem alguns dias santos, contribuíam para aumentar o poder da instituição. Por força dos legados que recebia, cumpria também outros momentos festivos que engrandeciam com missas cantadas, responsos, ladainhas, entre outros.

Porém, em casos excecionais como a falta de recursos ou momentos de crise estas podiam não ocorrer. O assunto era sempre debatido em Mesa e precisava de licenças especiais das autoridades eclesiásticas⁹.

De acordo com os estatutos, existia a possibilidade de se festejarem algumas devoções particulares no templo de Santa Cruz, salvaguardando-se que para tal era necessária autorização de toda a Mesa e que as despesas inerentes a esse acontecimento corressem a cargo de quem as realizava. Especificava-se ainda que os ornamentos utilizados nessas ocasiões deviam ser “armados” e usados, de forma a não causarem impedimentos e estragos nos diferentes espaços

⁹Na irmandade de S. Vicente em reunião de irmãos datada de 16 de fevereiro de 1706 decidiu-se que a festa do padroeiro não seria feita até que as obras da igreja desta irmandade estivessem concluídas. A festividade foi retomada passados 10 anos, ou seja, em 1716. Para este assunto consulte-se Sousa, Ariana Sofia Almendra de, *Os estatutos da confraria e a São Vicente de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2011, p. 96, dissertação de Mestrado policopiada.

e ornamentos do próprio templo, como era o caso dos retábulos, azulejos, telhado, entre outros¹⁰.

¹⁰AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n.º 96, fl. 281v. Ainda relativamente à possibilidade de se festejarem devoções particulares nos templos das irmandades consulte-se Araujo, Maria Marta Lobo de, *A confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave....*, p. 231.

1.1. A “Santa Cruz”

Uma das festas que adquiria maior relevância e importância era a de “Santa Cruz” realizada em maio, como não poderia deixar de ser, uma vez que se tratava da invocação e devoção da própria irmandade¹¹.

Segundo os estatutos de 1702-1720 as celebrações relativas à Santa Cruz deveriam iniciar-se no dia dois de maio com o repicar dos sinos ao meio-dia, a que se seguiriam as “vésperas” que deveriam ser acompanhadas de música, estando todos os irmãos obrigados a assistir.

No dia seguinte, dia maior da festividade, todos os confrades tinham obrigação de se confessar e comungar assistindo de seguida, juntamente com os demais fiéis, à missa cantada e sermão¹². De tarde, a confraria deveria sair em procissão e “dando a volta pelo Campo dos Remédios se recolherá para a Igreja”, sendo de seguida dada a beijar a relíquia do Santo Lenho aos crentes presentes, ao som do toque do órgão¹³.

Desde as “vésperas” até ao final das solenidades do dia três de maio o Santíssimo Sacramento estava exposto ao lado da imagem do Senhor Crucificado. Nesse dia, toda a irmandade prestava homenagem à sua invocação.

Ao estabelecer a obrigatoriedade de que todos os confrades se confessassem nesse dia procurava-se que a assistência fosse massiva e que no templo se encontrasse sempre gente, proporcionando, dessa forma, uma maior solenidade e imponência às cerimónias que se seguiam¹⁴. A presença permanente de fiéis era fundamental para demonstrar a ligação da instituição aos crentes, mas também a promoção do culto religioso.

Também, a saída processional e a permissão para que a população beijasse a relíquia do Santo Lenho abriam a festa maior da irmandade aos crentes, envolvendo quem a rodeava captando, dessa forma, maior atenção por parte dos devotos. Assim, marcava a sua presença na

¹¹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 282.

¹²Acerca dos dias em que os irmãos terceiros franciscanos se deveriam confessar consulte-se Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2009, p. 223, dissertação de Doutoramento policopiada.

¹³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 282.

¹⁴Relativamente a este assunto sabemos que na irmandade de São Vicente no dia da festa do padroeiro “estariam na igreja 8 padres para confessarem os irmãos”, como se pode confirmar através da leitura de Sousa, Ariana Sofia Almendra de, *Os estatutos e a confraria de São Vicente...*, p. 96.

vida da cidade quando saía do seu templo e permitia que todos observassem um dos momentos mais altos da festividade que celebrava, pois embora o desfile processional tivesse um itinerário muito limitado, porquanto se circunscruvia ao Campo dos Remédios, era significativo, pois ali se encontrava a igreja do convento dos Remédios e a igreja de São Marcos, esta última pertencente à Misericórdia, para além do templo da irmandade¹⁵. Tratava-se assim de um local de forte presença religiosa, manifestada através dos templos das distintas invocações mencionadas e dos crentes que a eles se dirigiam.

¹⁵Acerca dos templos presentes no Campo dos Remédios consulte-se Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, Tomo II..., p. 182.

1.2. O “Triunfo da Sagrada Cruz” e a “Exaltação da Sagrada Cruz”

A celebração do “Triunfo da Sagrada Cruz” celebrava-se a 26 de julho. Era promovida pela irmandade de Santa Cruz e sofreu ao longo dos tempos algumas alterações muito significativas, nomeadamente a nível do itinerário do cortejo processional que se realizava por esta ocasião.

De acordo com os estatutos de 1702-1720 “costumava a confraria, quazi de seu principio fazer no dia do Triumpho da Sagrada Cruz huma procissão que vinha do Bom Jesus do monte onde os officiaes e confrades erão obrigados a hir e depois de terem la missa cantada e festa se vinhão pera a cidade ordenar a procissão a qual a horas de completa sahia da Capella de Nossa Senhora a Branca com a Sagrada Relíquia do Santo Lenho”¹⁶.

Cabe, neste contexto, mencionar que as grandes obras do Santuário do Bom Jesus do Monte datam do século XVIII, tendo sido o seu grande impulsionador o arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles (1704-1728). O templo adquiriu através dessas obras a magnificência que lhe é conhecida e que o torna num dos monumentos mais ilustres do barroco bracarense, contudo segundo o memorialista Senna de Freitas “antes do *Arcebispo* D. Rodrigo de Moura Telles, havia já Capella de Santa Cruz, com algumas mais, dispersas n’ aquelle Monte do Sanctuário”¹⁷.

Assim, uma vez que a fundação da confraria de Santa Cruz remonta ao século XVI e que os estatutos de 1702-1720, indicam que a procissão do “Triunfo da Sagrada Cruz” saía do Bom Jesus do Monte, cujas grandes obras de edificação, como já mencionado, remontam ao século XVIII, e se dirigia para a capela de Nossa Senhora-a-Branca, somos levados a pensar que os estatutos se referem neste contexto à primitiva capela de Santa Cruz situada no mesmo local onde dois séculos depois teria a sua origem o Santuário do Bom Jesus do Monte.

Depois da análise relativa ao espaço constituído como ponto de partida da procissão, cabe ainda destacar que de acordo com o mencionado nos estatutos de 1702-1720 “esse costume mais servia de moléstia para os officiaes com levarem gentares e comidas do monte do que para merecimento com Deos e Senhor pelos tumultos e excessos que se fazião accasionando a esfriarem muitos confrades de sua devoção”¹⁸. Estas palavras levam-nos a depreender que o comportamento dos confrades nos momentos antecedentes à saída do desfile processional não

¹⁶AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1702-1720*, n° 96, fl. 283.

¹⁷Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga...*, p. 238.

¹⁸AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1702-1720*, n° 96, fl. 283.

seria o mais adequado à solenidade que deveria impregnar a celebração, comprometendo, dessa forma, o sentido religioso da festividade. Tratava-se assim, de um momento em que o profano, presente através das refeições que eram levadas e consumidas no monte antes da saída da procissão, e o sagrado se interligavam através da atitude dos integrantes do desfile processional, pois os estatutos mencionados designam de forma inequívoca os confrades como culpados pelo esmorecer da devoção com que o acontecimento religioso em questão devia ser vivenciado.

Todavia, é sabido que em todas as romarias e festas era comum os populares fazerem-se acompanhar de farnéis, que comiam conjuntamente com familiares, amigos ou vizinhos, servindo a ocasião para confraternizar e estreitar laços de convivência.

Fruto da situação acima mencionada, os primeiros estatutos da irmandade proibiram que a saída processional se efetuasse a partir do monte do Bom Jesus, situação que seria confirmada pelos estatutos posteriores. Estas indicações encontram-se presentes nos estatutos de 1702-1720 através da afirmação “Estes primeiros estatutos desta irmandade se revogou já esse costume, e agora conformando-nos com elles, ordenamos que de nenhuma sorte se faça mais a dita procissão”¹⁹.

A festa do “Triunfo da Sagrada Cruz” continuou a ser realizada pela irmandade, mas com disposições diferentes, na medida em que se passou a celebrar uma missa cantada assistida por todos os irmãos. Ainda de acordo com o estipulado pelos estatutos de 1702-1720 a irmandade passou a celebrar uma festa semelhante à realizada em maio, quando comemorava e venerava a “Sagrada Cruz”.

Através da reforma dos estatutos de 1702-1720, depreende-se que a irmandade procurou que os seus atos de devoção não fossem corrompidos por eventos profanos que conduziam os irmãos à prática de atitudes adversas ao sentido religioso do acontecimento festejado, pois essa corrupção podia originar o descrédito e vergonha retirando prestígio à irmandade.

A instituição cumpria, assim, com as prerrogativas estabelecidas pelas Constituições Sinodais do arcebispado de Braga, publicadas em 1697, acerca dos desfiles processionais onde se estabelece que neles imperasse o decoro e a devoção²⁰.

¹⁹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1702-1720*, n.º 96, fls. 283-283v.

²⁰Sobre este assunto consulte-se as *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Ilustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha Anno de 1639 e mandadas imprimir a primeira vez pelo Ilustríssimo Senhor D. João de Sousa arcebispo de Braga Primas das Espanhas em Janeiro de 1697...*, pp. 300-301.

Em suma, a irmandade tomou a decisão de modificar a forma como o momento do “Triunfo” era celebrado, com vista a manter a sua reputação e impedir que os irmãos lhe conferissem um sentido diferente daquele que tentava fomentar e transmitir aos seus membros.

A “Exaltação da Sagrada Cruz” era celebrada a 14 de setembro. De acordo com o estipulado nos estatutos da irmandade de 1702-1720, os irmãos deviam ter o cuidado de arranjar o templo, de modo a que o mesmo se encontrasse com a “decência devida”²¹. A festa era celebrada com uma missa cantada e com a exposição da imagem do Santo Lenho. Todos os confrades deveriam estar presentes nesta celebração.

²¹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, n° 96, fl. 283v.

1.3. As Celebrações Quaresmais

A Quaresma ocupava um papel de destaque no conjunto das celebrações realizadas pela irmandade de Santa Cruz.

Tratava-se de um momento muito importante, no calendário litúrgico, que provocava alterações no quotidiano das populações e, conseqüentemente, na forma como os acontecimentos religiosos eram vivenciados²².

As celebrações promovidas pela confraria inseriam-se num conjunto de comemorações que tornavam a cidade de Braga, devido ao grande número de religiosos, ordens religiosas, irmandades e igrejas que albergava, uma referência em termos de cerimónias quaresmais, à semelhança do verificado ainda nos nossos dias²³.

Ao integrar-se num ciclo tão importante como o da Quaresma, a irmandade adquiria um papel significativo no seio da própria sociedade, na medida em que se constitui como agente promotor da devoção e grandiosidade que estas cerimónias alcançam na cidade minhota.

Assim, faziam parte do ciclo cerimonial e quaresmal de Santa Cruz celebrações como a procissão dos Passos e a do Enterro do Senhor, assumindo cada uma características distintas.

Segundo os estatutos de 1762 desde o seu início que a irmandade “observou sempre fazer em toda as Sextas-feiras da Quaresma huma representação por figuras dos Passos da Paixão de Nosso Senhor Jesus Christo”. O desfile era antecedido do sermão dos Passos e do salmo do “Miserere” que devia ser entoado com toda a solenidade e recurso a vários coros²⁴. Terminado o “Miserere” dava-se início aos “Mistérios da Paixão de Cristo”, ou seja, aos Passos de Cristo a caminho do Calvário. Durante estas cerimónias a relíquia do Santo Lenho estava exposta no altar-mor e no final era dada a beijar ao povo que tinha assistido a este rito, possibilitando-lhe um contacto direto com a relíquia.

²²Burke, Peter, *La cultura popular en la Europa Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, S.A, 1996, p. 270.

²³Acerca do número de confrarias presentes na cidade de Braga no século XVIII, consulte-se Vieira, Maria José de Azevedo Flores da Costa, *A Confraria do Menino Deus e a Paróquia de Maximinos (1700-1850): População, Sociedade e Assistência*, Braga, Universidade do Minho, 1994, p. 83.

²⁴AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1762*, nº 96, fl. 393.

As cerimónias dos Passos eram realizadas de noite e todos os irmãos se encontravam obrigados a assistir, arcando a confraria com todas as despesas²⁵.

A procissão do Enterro e o Descendimento do Senhor (descida do Senhor da Cruz), que se celebrava na sexta-feira Santa, eram cerimónias que devido à sua magnificência e ao elevado número de figuras e armações utilizadas causavam elevadas despesas à irmandade e aos irmãos, pelo que os estatutos de 1762 estabeleciam que estas se realizassem apenas de dois em dois anos e nunca as duas cerimónias no mesmo ano, com vista a tornar essas despesas mais fáceis de suprir²⁶.

Depois de reformados em 1773, os estatutos deixaram espaço a que a procissão do enterro se realizasse todos os anos, mas apenas se a instituição não se encontrasse em dificuldades financeiras, deixando liberdade à Mesa para decidir fazer a procissão. Todavia se desrespeitassem o estabelecido pelos estatutos, seria ela a arcar com as suas despesas²⁷. Presente-se que apesar de se apresentar ainda forte, a instituição conhecia sinais de crise que a obrigavam a refrear as despesas com as festas.

Nos estatutos de 1773 encontram-se também estabelecidas as figuras que deviam compor a procissão do Enterro: doze anjos, seis profetas, seis “centúrios”, o “centurião”, São João, Santa Maria Madalena e Nossa Senhora, desfilando a última num andor²⁸.

No templo armava-se uma urna. Os irmãos empunhavam tochas ou velas durante o percurso processional. Segundo podemos depreender pelos livros de despesa²⁹ e livros de termos³⁰ a procissão era acompanhada por música. No final da procissão era proferido o sermão da Soledade por um pregador para o efeito contratado.

A procissão do Enterro era uma cerimónia preparada pela irmandade, em alguns anos, com muita antecedência pelo facto da sua complexidade obrigar a cumprir um grande número de requisitos que deviam estar satisfeitos aquando da sua saída para as ruas da cidade.

²⁵Relativamente às despesas efetuadas pela Santa Casa da Misericórdia de Braga com as celebrações da Quaresma, leia-se Castro, Maria de Fátima, “Devoções ligadas à igreja da Misericórdia e Sé Primaz de Braga. Documentação exemplificativa”, in *Via spiritus*, 7, 2000, pp. 163-201.

²⁶AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1762*, fl. 394.

²⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1773*, fl. 475v.

²⁸A propósito das figuras que compõem a procissão do Enterro promovida pela irmandade dos carmelitas de Ouro Preto, leia-se Campos, Adalgisa Arantes, “Semana Santa na América Portuguesa: Pompa, Ritos e Iconografia”, in *Atas do III Congresso Internacional do Barroco*, Sevilha, Univesidad Pablo Olavid, 2001, p. 1209.

²⁹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, n° 60, fl. 10v.

³⁰AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiros dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 7 3, fl. 28v.

Assim, a título de exemplo, a 22 de novembro de 1720, os confrades reuniram-se para determinar a realização da procissão no ano seguinte e a reforma dos ornamentos necessários para a mesma³¹, repetindo-se o processo em outras ocasiões.

Era, pois, com antecedência, como, aliás, já referimos que a festa era preparada, pensando-se no global, mas igualmente no particular. Das grandes às pequenas coisas, tudo era equacionado para que a instituição saísse mais honrada e venerada pelas pessoas que assistiam à cerimónia.

Um dos momentos mais complexos, da preparação da procissão do Enterro, era a distribuição das figuras que cada um dos irmãos, para tal designados, devia vestir, ficando essa complexidade a dever-se ao facto deste ser um encargo muito dispendioso e estes nem sempre se mostrarem dispostos a aceitá-lo e a cumpri-lo.

A escolha dos irmãos que deveriam vestir as figuras era um encargo pertencente aos membros da Mesa que, em reunião, deviam designar os elementos da irmandade que para tivessem recursos. No entanto, deviam cuidar para que a escolha fosse rotativa, de maneira a não recair sempre nos mesmos. Quando não fosse possível, a eleição devia recair em confrades que tinham pago essa despesa há alguns anos atrás.

A estratégia procurava envolver os mais poderosos nos encargos da confraria, de maneira a não prejudicar os de menos posses.

Contudo, devido ao grande encargo financeiro que essa obrigação implicava, tal como já mencionamos, os confrades designados nem sempre se encontravam dispostos a cumpri-la. Esta situação originava condenações por parte da Mesa, de acordo com o estipulado nos estatutos, e em alguns casos a expulsão de irmãos.

Caetano Cerqueira Tinoco, vigário de Santa Maria, em reunião de Mesa de 25 de março de 1725, foi chamado a comparecer diante da mesma, com vista a explicar as razões de não ter aceitado vestir um “Profeta”, dando-se a indicação de que “no anno passado recuzara esta mesma obrigação”³². Uma vez que não compareceu foi condenado ao pagamento de dois mil réis como pena de não ter cumprido com a obrigação que lhe havia sido imposta.

³¹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acordãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1734*, n° 50, fl. 378v.

³²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acordãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1739*, n° 50, fl. 446.

Em alguns casos, a condenação podia não ser aplicada em dinheiro mais sim em cera, como aconteceu com Domingos de Araujo, sapateiro da rua dos Sapateiros, que em Mesa de 19 de Abril de 1729 foi condenado ao pagamento de uma libra de cera, por se recusar a vestir uma figura³³.

Relativamente às condenações a que os irmãos foram submetidos, podemos referir as de Diogo da Silva Costa, João Ramos e Pedro Dias Ferreira que se recusaram a fazer os “Anjos e Centúrios” e não apresentaram motivos, que no entender da Mesa, fossem convincentes. Negaram-se, ainda, a pagar as condenações anteriores pelo que foram riscados em Mesa de 6 de março de 1739³⁴. O mesmo aconteceu com o reverendo Agostinho da Silva, que se recusou a fazer “um Profeta” e depois de vários avisos e chamadas à Mesa, para explicar as causas da renúncia de tal encargo, foi riscado a 30 de março de 1746³⁵. A confraria mostrava-se pouco tolerante com o incumprimento e aplicava as sanções contidas nos estatutos, atuando pedagogicamente para desmotivar futuros prevaricadores.

Torna-se ainda, importante mencionar que, no período de tempo estudado, sempre que os irmãos se recusaram a cumprir com a obrigação imposta pela Mesa, de vestirem as figuras, nunca assumiram como razão predominante a questão monetária. Preferiam não se justificar ou então alegar motivos como a má vontade dos mesários ao lançarem-lhes as figuras ou a ausência da cidade no momento em que as celebrações de efetuavam³⁶.

Invocar falta de posses económicas era assumir dificuldades que ninguém queria expor. Por isso, aduziam-se outros motivos que nem sempre eram suficientemente convincentes.

Assim, entendemos que se vestir as figuras que desfilavam na procissão do Enterro podia ser uma forma dos irmãos assinalarem o seu poder junto da confraria, por outro lado, podia também ser um motivo de incompatibilidade quando se recusavam a cumprir essa obrigação. Como dissemos, o assumir a questão monetária como impedimento podia ser causa de desprestígio pelo que os irmãos recorriam a outras justificações para se furtarem a essa

³³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acordãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1734*, n° 50, fl. 523v. Também o reverendo Francisco Xavier Osório em termo de Mesa de 2 de março de 1745 foi condenado ao pagamento de quatro libras de cera por se recusar a vestir um “Profeta” e não alegar razões justificativas para tal recusa, conforme se pode ver em AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fl. 218v.

³⁴AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fl. 78.

³⁵AISC, AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fls. 258-258v.

³⁶Na Misericórdia de Braga, em termo de Mesa de 27 de abril de 1765, Manuel José de Faria foi riscado de irmão por não comparecer à procissão das Endoenças e não apresentar razão plausível para tal. Consulte-se Castro, Maria de Fátima, “Devoções ligadas à igreja da Misericórdia...”, in *Via spiritus*, 7, 2000, pp. 168-169.

obrigação, procurando, assim, manter a sua posição e preferindo pagar as penas impostas pelos irmãos de Mesa, fossem elas em dinheiro ou em cera.

Sublinha-se, no entanto, que muitos deles apelavam às Mesas futuras o seu reingresso para serem readmitidos como irmãos novamente.

Destacamos ainda, a preocupação da irmandade com os ornatos que acompanhavam os seus momentos festivos e neste particular os que serviam em sexta-feira Santa.

Para análise deste assunto, revelam-se muito importantes os livros de despesa, através das menções deixadas pelo tesoureiro sobre o dinheiro despendido com os diferentes ornatos que necessitavam de conserto ou tinham de ser comprados, e os livros de termos, através dos acórdãos em que se menciona o que os irmãos decidiam acerca dos ornatos a usar, fosse para a compra, conserto ou empréstimo dos mesmos.

Em 1725 quando foi tesoureiro o reverendo André Soares gastaram-se 38.337 reis no “ornamento preto” da sexta-feira³⁷, em 1751 “foi proposto, que se necessitava de um Pálio Preto para a Procissão do Enterro por o que há ser roxo, e pequeno para a dita função e se venceu andando a caixa se fizesse do dito veludo preto com galoens e franjoens de ouro fino e borlas tudo feito, e acabado com o melhor primor.”³⁸ Neste momento, a confraria adquiria bons panos e guarnecia-os de ouro, demonstrando a sua capacidade financeira.

A confraria procedia ainda ao empréstimo de ornamentos a outras entidades confraternais da cidade, às quais também recorria quando não possuía ornamentos em condições ou em número suficiente para que pudessem servir nas suas comemorações, ou mesmo, quando se encontrava em dificuldades económicas não dispo de poder monetário suficiente para fazer face às despesas inerentes a este aspeto³⁹.

Em Mesa de 5 de março de 1727 os irmãos decidiram “que se emprestasse o Santo Lenho, e mais preparos para a procissão dos Santos Passos”⁴⁰, posteriormente também as imagens dos Passos e bancos foram emprestados à Ordem Terceira, salvaguardando que tal empréstimo só

³⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz*, 1720-1802, n° 60, fl. 23.

³⁸AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz*, 1735-1753, n°73, fl. 386.

³⁹Relativamente a este assunto leia-se Cardona, Paula Cristina Machado, “Procissões sacras: arte e equipamentos no universo das confrarias”, in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, I Série, Volume VII-VIII, Porto, 2008-2009, pp. 138-139.

⁴⁰AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acórdãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz*, 1701-1734, n° 50, fl. 484v.

era possível em virtude das cerimónias inerentes aos Passos não se efetuarem em Santa Cruz, uma vez que o seu templo se encontrava em obras⁴¹.

A 30 de Março de 1745 escreveram-se cartas às irmandades da “Misericórdia e Passos para se pedirem os paramentos necessários para a procissão do enterro por não haver dinheiro para os comprar”⁴².

Como se constata, as confrarias cooperavam entre si na ajuda para as festas, fazendo circular alguns dos seus bens para abrilhantarem as cerimónias religiosas. Paramentos, objetos de prata e ouro eram emprestados sempre sob condições, contribuindo para conferir maior sumptuosidade e magnificência às cerimónias.

Ainda neste sentido, em termo de Mesa de 22 de fevereiro de 1759 tomamos conhecimento que “por ocasião desta Casa pedir emprestado à irmandade dos Santos Passos, e mais à Venerável Ordem 3^a à Casa da Santa Misericórdia e à Irmandade de S. Vicente, ornatos, e trastes para as funções della se venceo por maior número de favas brancas, se emprestasse às mesmas irmandades”⁴³. Desta forma torna-se possível constatar que a irmandade tinha uma política de empréstimos relativamente às confrarias que recorriam a Santa Cruz, e que em caso de necessidade a socorriam quando esta não possuía as alfaias religiosas e ornatos necessários para as suas celebrações⁴⁴.

Estando os irmãos reunidos em Mesa em 1767 “foi lida uma carta da mesa da irmandade dos Santos Passos e nella pediam se lhe emprestassem o gram estandarte desta casa para a procisam dos Santos Passos pellos seus não estarem com a capacidade precisa para se fazer a funçam e andando o escrotinio se venceo se lhe emprestassem os ditos estandartes por esta vez somente.”⁴⁵ Ainda no ano referido, a 13 de abril do ano acima referido, procederam ao empréstimo do túmulo “que serve na procisam de Sexta-Feira Santa” ao convento de Nossa Senhora do Pópulo⁴⁶, e no ano seguinte a 30 de março decidiu-se emprestar os castiçais de

⁴¹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acordãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1734*, n° 50, fl. 643v.

⁴²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fl. 220v.

⁴³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quarto dos Termos de Mesa e Juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1757-1772*, n° 86, fl. 89v.

⁴⁴A Ordem Terceira bracarense também pedia e emprestava ornamentos a outras confrarias da cidade, como se pode verificar através da consulta de Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos franciscanos...*, pp. 254-255.

⁴⁵AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quarto dos Termos de Mesa e Juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1757-1772*, n° 86, fl. 373.

⁴⁶AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quarto dos Termos de Mesa e Juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1757-1772*, n° 86, fl. 374.

prata e estanho, assim como capas roxas e mantos das “Marias” para a igreja dos Remédios usar na festa das Endoenças⁴⁷.

Este último empréstimo levou à expulsão do mordomo António da Costa por não ter concordado com a cedência dos ornatos e se recusar a dar a sua chave, tendo alegado que o empréstimo ia contra o estipulado nos estatutos, devido ao convento do Remédios ser feminino.

Em alguns casos a irmandade optava pelo aluguer dos ornamentos e alfaias religiosas como aconteceu em 1748 ano em que se alugaram tochas para os irmãos levarem durante a procissão e alguns objetos para a urna⁴⁸, mencionando-se no livro de contas que não havia quem fizesse a urna e, por isso, se recorreu ao aluguer⁴⁹.

A procissão do Enterro tratava-se, assim, de um importante momento de celebração promovido pela irmandade, no qual se procurava contemplar e venerar a ocasião solene da morte de Cristo. Procurava-se revesti-la de toda a solenidade possível, de forma a que os crentes que a contemplavam pudessem reter as suas imagens na memória e assim dignificar o momento mas, também a entidade promotora através das impressões que dela retiam e dos comentários que teciam a seu respeito⁵⁰. Mas a celebração era sobretudo importante em termos religiosos. A morte de Cristo e o seu enterro deviam gerar compaixão em todos os fiéis e uni-los em torno de Cristo que deu a sua vida por todos. Este era um momento de grande vivência interior, que convidava ao recolhimento e à compaixão com o próximo.

O ciclo pascal ocupava um importante papel nas celebrações promovidas pela irmandade de Santa Cruz que encontrava, neste contexto, uma das formas de se afirmar na cidade. Era também um meio de fomentar o movimento de pessoas no seu templo, através da implicação de elementos alheios ao seu corpo organizacional nas suas celebrações, sendo esta conseguida através de momentos como as saídas processionais a que a população assistia.

Outro meio usado para atrair crentes aos templos, durante o barroco, era a permissão de contactarem com as relíquias e imagens dos santos de uma forma que não seria possível fora

⁴⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quarto dos Termos de Mesa e Juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1757-1772*, n° 86, fl. 400. Em 1757 foram gastos 1845 réis no aluguer de baetas e em 1763 alugaram-se 5 varas de galão para a urna.

⁴⁸AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fl. 314.

⁴⁹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-182*, n° 60, fl. 163.

⁵⁰A propósito da importância das cerimónias realizadas fora dos templos para as irmandades leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Manifestações de Rua das Misericórdias Portuguesas...”, pp. 100-111.

dos dias festivos. Nestes dias era permitido tocar e beijar as relíquias e ver as imagens em todo o seu esplendor através da colocação em andores ou do adorno de forma sumptuosa⁵¹.

Em Santa Cruz, tinha especial destaque o Santo Lenho, o qual era dado a beijar aos fiéis nas suas principais cerimónias. Esta situação atraía um maior número de pessoas à igreja da irmandade, pois, constituía-se como uma oportunidade singular para estabelecer um contacto direto com um objeto que se acreditava ter albergado o corpo de Cristo, fator que assumia uma maior importância no ciclo litúrgico em que se comemorava a sua morte e ressurreição.

Assim, a irmandade envolvia não só os seus elementos nesta celebração mas, também, todos os crentes que viam nas suas cerimónias uma oportunidade para fomentarem a sua fé e para fugirem à rotina do quotidiano sem se sentirem culpados, uma vez que dedicando-se às cerimónias religiosas estavam a cuidar da fé e da salvação da sua alma⁵².

No entanto, como já foi mencionado e analisado anteriormente, as celebrações promovidas pela irmandade de Santa Cruz não se resumiam às que se enquadravam na Quaresma. A instituição celebrava com igual pompa e notoriedade as que se encontravam relacionadas com a sua invocação e outras. Assim, as celebrações promovidas pela irmandade desenvolviam-se ao longo de todo o ano, não se circunscrevendo apenas a um período de tempo específico e limitado.

Para realizar as festas, a confraria envolvia muita gente na sua preparação: os irmãos mas também artifices contratados para a confeção e concerto das diferentes alfaias religiosas, ornamentos, imagens e figuras para os momentos da festividade.

Principalmente através dos livros de contas, onde se descrevem as despesas inerentes às festividades, e que nos permitem perceber os ofícios nela participantes, tivemos oportunidade de conhecer os artifices que trabalhavam para as festas.

O rol dos que integravam a preparação da festa é vasto e compreendia: a engomadeira, costureira, lavadeira, cerieiro, armador, pintor, tingidor, carpinteiro, ourives, mercador, latoeiro, emxambrador, sergeiro, jornaleiro, ferreiro, serralheiro, pedreiro, entalhador, dourador, meirinhos (responsáveis por guardarem as portas da igreja durante as procissões), escrivão, cantores, músicos e ainda mulheres que transportavam e distribuíam a cera nas procissões,

⁵¹Acerca deste assunto leia-se Cardona, Paula Cristina Machado, "Procissões sacras: arte e equipamentos no universo das confrarias", in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património...*, p. 128.

⁵²Relativamente a este tema consulte-se Atanásio, Manuel C. Mendes, "O Barroco e a Cultura Religiosa", in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, I Volume..., p. 154.

para além das pessoas ligadas ao ofício religioso, como é o caso dos padres, acólitos e sacristão⁵³.

Nestes momentos, a irmandade punha em destaque os seus membros, na medida em que lhes permitia mostrarem, de forma inequívoca, a toda a sociedade à sua pertença à irmandade, assim como, o lugar hierárquico que ocupavam no seu seio, manifestado através dos cargos que nela ocupavam e das funções que desempenhavam nos momentos festivos.

Contudo, essa participação não se encontrava isenta de conflitos, de que são exemplo, a recusa dos irmãos em cumprir o estipulado pelas Mesas e as condenações que daí resultavam e que nem sempre eram aceites pelos mesmos, como já referimos.

No entanto, a situação acima analisada era encarada como sendo uma questão interna que não devia ser demonstrada nos momentos altos das festividades, assim como nos cortejos processionais ou na abertura do templo.

Como já referimos, a confraria manifestou disponibilidade para aceitar no seu templo devoções particulares e distintas das que celebrava salientando, no entanto, através dos seus estatutos que o promotor dessas celebrações devia ser o responsável pela sua organização e por todas as despesas a elas inerentes.

Em suma, na irmandade de Santa Cruz, à semelhança do que acontecia em muitos outros locais e entidades religiosas de Portugal e suas colónias, com especial destaque para as celebrações promovidas no Brasil⁵⁴, o barroco encontrava-se presente e manifestava-se na grandiosidade e pompa com que se procuravam impregnar tais momentos considerados vitais para o prestígio da Igreja.

Os momentos de festividades eram também um meio para as confrarias atraírem um maior número de pessoas e, conseqüentemente, aumentarem a sua participação na organização do calendário religioso das localidades em que se inseriam, destacando-se o impacto que estas manifestações podiam alcançar na devoção dos fiéis, o que levava a que se tornasse manifesta a

⁵³Sobre os ofícios envolvidos na preparação da Semana Santa no Brasil no século XVIII leia-se Campos, Adalgisa Arantes, "Semana Santa na América Portuguesa: Pompa, Ritos e Iconografia", in *Atas do III Congresso Internacional do Barroco*, Sevilha, Universidad Pablo Olavid, 2001, p. 1197.

⁵⁴Relativamente a este assunto leia-se, entre outros, Braga, Cláudia Mariza, "Entre Ritos e Festas: A Reactualização do Barroco na Região das Minas Gerais-Brasil", in *III Congresso Internacional do Barroco*, Sevilha, Universidade Pablo Olavid, 2001 e Campos, Adalgisa Arantes, "Aspetos da Semana Santa através do estudo das irmandades do Santíssimo Sacramento: Cultura artística e solenidades (Minas Gerais séculos XVIII ao XX)", in *I Simpósio Internacional sobre Representações Cristãs: Textos e Imagens Religiosas na América Colonial*, 2004, pp. 1-24.

preocupação para que os preceitos de religiosidade vigentes fossem respeitados ao mesmo a tempo que se procurava fomentar a adesão às irmandades⁵⁵.

⁵⁵Abreu, Laurinda Faria dos Santos, "Confrarias e Irmandades de Setúbal: Redes de Sociabilidade e Poder", in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, I Volume..., p. 5.

1.4. Outras festas

O *primeiro dia de Janeiro*, dia da Circuncisão de Jesus Cristo, era festejado pela irmandade com grande concorrência de fiéis à sua igreja, para além dos confrades.

Ao tratar-se do primeiro dia do ano era também a primeira visita que os fiéis faziam à igreja, e deste modo, a irmandade procurava que o acontecimento se revestisse de toda a solenidade possível, de forma a que os crentes que se dirigissem ao seu templo construíssem uma imagem que perdurasse na sua memória e atestasse a sua importância da irmandade enquanto elemento fundamental na vida religiosa da cidade.

O dia era celebrado com a exposição da relíquia do Santo Lenho para que pudesse ser apreciada e sufragada por todos os fiéis presentes. Segundo os estatutos de 1702-1720 procedia-se também à distribuição de “escriptos dos Santos a todos os Irmãos”⁵⁶. Relativamente à distribuição dos elementos mencionados, cabe destacar que aparecem referidos exclusivamente na celebração do primeiro dia de janeiro, e que desconhecemos do que se tratavam.

Celebrava-se ainda uma missa cantada à qual, segundo os estatutos de 1702-1720, os irmãos deviam assistir⁵⁷.

Também o *Lausperene* e a festa de *Nossa Senhora do Pilar*, cuja data era móvel, eram assinalados em Santa Cruz com pompa. Missas cantadas, música e as armações habituais da igreja eram elementos obrigatórios nestas celebrações religiosas.

Relativamente à celebração do *Lausperene*, não se circunscrevia apenas ao templo de Santa Cruz, pois tratava-se de uma cerimónia assinalada nas principais igrejas bracarenses de forma rotativa⁵⁸.

Segundo José Augusto Ferreira “uma das instituições piedosas de Braga, e que n’esta cidade se tem conservado com mais ou menos brilho, mas sempre com grande e devota concorrência de fiéis, é o *Jubileu das Quarenta horas*, vulgarmente chamado «*Lausperenne*», isto é, louvor continuo a Christo Senhor Nosso Sacramentado durante o tempo da Quaresma, estando para

⁵⁶ Leia-se Abreu, Laurinda Faria dos Santos, “Confrarias e Irmandades de Setúbal: Redes de Sociabilidade e Poder”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, I Volume..., p. 5.

⁵⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, nº 96, fl. 284.

⁵⁸Como forma de aferir as origens da celebração do *Lausperene* leia-se Milheiro, Maria Manuela, *Braga. A cidade...*, p. 332.

isso exposto, de dia e de noite, o Santissimo Sacramento, quarenta e oito horas, em cada uma das principaes Igrejas d' esta mesma cidade."⁵⁹

A sua celebração foi introduzida e impulsionada em Braga pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles, e percorria as principais igrejas da cidade, tendo o seu início na Sé, em quarta-feira de cinzas. Terminava com a designada procissão da Ressureição, no domingo de Páscoa. Desconhecemos a data exata em que era comemorada no templo de Santa Cruz⁶⁰.

⁵⁹Confira-se Ferreira, J. Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Sec.III-Sec. XX J)*, Tomo III, Famalicão, Edição da Mitra Bracarense, 1932, p. 239.

⁶⁰Relativamente ao modo como o Lausperene era celebrado na Ordem Terceira de Braga leia-se Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos franciscanos...*, pp. 251-256.

2. O tempo da festa

No contexto das festas promovidas pela irmandade de Santa Cruz de Braga interessou-nos estudar as celebrações que se inserem no espaço de tempo da Quaresma, por este ser o período em que se promoviam as maiores realizações festivas. Neste sentido, daremos realce às manifestações quaresmais ao longo do século XVIII.

Importa salientar que as designações referidas permanecem até aos nossos dias, continuando a ser celebradas como um dos momentos de maior solenidade da igreja bracarense. Apesar de hoje em dia a comissão de festas integrar outras instituições locais, promovendo uma das mais emblemáticas festas de Braga, ela tem já uma grande tradição.

Assim, começaremos por analisar o ciclo litúrgico designado por Quaresma, que se inicia imediatamente a seguir à celebração do Carnaval, em quarta-feira de Cinzas, e se prolonga durante 40 dias, terminando no sábado de Aleluia, ou seja, no dia anterior ao domingo de Páscoa⁶¹.

Segundo Edward Muir “(...) a Quaresma representa a abstinência e o piedoso auto controlo, o triunfo do intelecto e do espírito sobre os desejos da parte inferior do corpo, entendendo-se que os primeiros se encontram localizados na cabeça a metade superior do corpo”⁶².

Este período pode ser designado como sendo o oposto do Carnaval, que o precede e no qual predomina a alegria, a folia, a abstinência e o excesso.

Na Quaresma, pelo contrário, deveria prevalecer a escassez, o recato, a tristeza, a abstinência, o jejum, a penitência e a sobriedade⁶³. Era um período de tempo que convidava à oração e à introspeção, um momento que os fiéis deviam aproveitar para reforçar e afirmar a sua fé e as suas vivências religiosas, frequentando com mais assiduidade e intensidade a Igreja e deixando o trabalho para segundo plano, atividade que só seria retomada com maior intensidade depois de passada a Quaresma⁶⁴.

⁶¹Coelho, Maria Helena da Cruz, “Quaresma”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 86.

⁶²Consulte-se para este assunto Muir, Edward, *Fiesta y Rito en la Europa Moderna*, Madrid, Ed. Complutense, 2001, p. 97. Tradução nossa.

⁶³Sobre este assunto leia-se Burke, Peter, *La Cultura popular en la Europa moderna*, Madrid, Alianza Editorial, S.A, 1996, p. 270.

⁶⁴Acerca desta temática consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “As manifestações de rua das Misericórdias Portuguesas em Contexto Barroco”, in *Hispania Sacra...*, p. 10.

Durante este período, os crentes deviam cumprir algumas obrigações e preceitos que lhe eram impostos pela Igreja, como é o caso de se confessarem e comungarem pelo menos uma vez por ano, preferencialmente durante a Quaresma, dando-se especial destaque e atenção à comunhão que todos os fiéis devidamente preparados deviam receber no domingo de Páscoa⁶⁵. Deveriam também abdicar ou restringir ao mínimo possível o consumo de carne, laticínios e ovos.

Desta forma, a Quaresma era no século XVIII um período de preparação para o momento solene da Morte e Ressurreição de Cristo que todos deviam respeitar. O momento devia ainda ser aproveitado para intensificar as suas rotinas de fé, fosse através do maior número de visitas às igrejas, fosse através do jejum e abstinência e dos períodos de oração mais longos.

A Quaresma significava ainda a alteração do ritmo de vida e do quotidiano, pois todos os aspetos mundanos deviam ser relegados para segundo lugar dispensando-se especial atenção ao campo religioso.

Assim, o ritmo de trabalho embora não cessasse completamente, uma vez que os indivíduos continuavam as suas tarefas principalmente as indispensáveis e que não podiam ser abandonadas como acontecia, por exemplo, no mundo rural com os cuidados dispensados aos animais, de que é exemplificativa a sua alimentação que provinha unicamente dos campos e tinha necessariamente de ser recolhida, em muitos casos, diariamente, sofria uma significativa alteração⁶⁶.

Assim, este período marcava uma pausa na organização do tempo pela qual os indivíduos se regiam ao longo do ano.

Este facto demonstra de forma clara a importância e influência que a Igreja adquiria na organização diária e no sistema laboral das populações, levando a que as suas cerimónias e principais ritos tivessem uma implicação direta no modo de organização da vida e da sociedade, abrangendo a maior parte da população num país onde o catolicismo se encontrava fortemente enraizado como era o caso de Portugal.

⁶⁵Leia-se Coelho, Maria Helena da Cruz, "Quaresma", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 87.

⁶⁶Consulte-se Soares, Maria Ivone da Paz, *E a sombra se fez verbo. Quotidiano feminino setecentista por Braga*, Braga, Associação Comercial de Braga, 2009, p. 99.

Intimamente relacionados com todos os aspetos atrás mencionados encontramos os últimos 8 dias da Quaresma, designados usualmente por Semana Santa, por ser o tempo litúrgico em que “se comemora y se celebra la Pasión, Muerte y Resurrección del Señor”⁶⁷.

Na Semana Santa destacavam-se as celebrações do domingo de Ramos, as de quinta e sexta-feira santas e as do dia de Páscoa, por serem os dias de vivência mais intensa e nas quais se organizavam as cerimónias mais marcantes e significativas, fazendo reviver a morte e Ressureição de Cristo⁶⁸.

Estes momentos constituíam-se como um dos meios mais eficazes e importantes que a Igreja possuía para reforçar o seu poder de enquadramento das populações⁶⁹.

Concentravam-se durante a Semana Santa, as celebrações às quais devido ao seu aparato ninguém conseguia ficar indiferente e que todos presenciavam, fosse através das visitas às diferentes igrejas, fosse através das manifestações que se realizavam nas ruas, organizadas maioritariamente por entidades como as misericórdias, confrarias, cabido, as ordens religiosas e mitra.

Durante este período, celebravam-se cerimónias como a bênção dos ramos de oliveira ou palmas que os fiéis levavam às celebrações de domingo de Ramos, procedendo-se em muitos locais à realização de uma saída processional depois de finda a missa. As procissões das Endoenças ou do Senhor *Ecce Homo*, acontecia em quinta-feira Santa, a procissão do Enterro do Senho na sexta, constituindo ambas momentos altos desta semana. Intensificavam-se ainda as vias-sacras, nas quais se recriava o calvário de Cristo até à morte, e no domingo de Páscoa a tristeza dava lugar à alegria pela Ressureição de Cristo.

Tratava-se, assim, de um período de tempo em que pela maior proximidade do culminar da Quaresma e conseqüente celebração da Ressureição de Cristo, se procurava viver de forma mais profunda a religião, reforçando-se o sentimento de fé e pertença à Igreja, ao mesmo tempo que se procura a integração, de forma inequívoca no ciclo religioso que se comemorava.

⁶⁷Ayarra Jarne, José Enrique, “La música en las funciones litúrgicas de Semana Santa de la Catedral Hispalense”, in *Las Cofradías de Sevilla en el siglo de la crisis*, Sevilla, Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 86.

⁶⁸Em relação às celebrações promovidas durante a Semana Santa pela Misericórdia de Monção leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “A Santa Casa da Misericórdia de Monção (séculos XVI-XVIII)”, in Capela, José Viriato (cord), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Casa de Monção e Universidade do Minho, 2003, pp. 151-152.

⁶⁹Sobre a utilização dos momentos de festa como forma de enquadramento das populações leia-se, Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga...*, p. 69.

Desta forma, a Semana Santa enquadrava-se na Quaresma destacando-se pela intensificação das vivências religiosas e das cerimónias organizadas, tanto pelas igrejas como pelas confrarias, que proporcionavam verdadeiros momentos de exaltação da fé e vivência religiosa.

As cerimónias mencionadas contribuíam para o sentimento de pertença a uma determinada comunidade, ao mesmo tempo que desenvolviam a perceção da importância que a Igreja pretendia alcançar no modo como as populações organizavam a sua vida, chamando-as a si e reforçando a sua imagem como elemento indispensável para alcançar a aprovação divina e meio de conseguir as graças de Deus, consideradas indispensáveis para a obtenção de benesses, não só na vida terrena como também na celestial, ou seja depois da morte⁷⁰.

Contudo, embora as cerimónias quaresmais se circunscrevessem a um período de tempo específico torna-se importante salientar que a sua organização se começava a planear com antecedência. Por vezes, logo que terminavam as cerimónias de determinado ano, iniciava-se a organização das do ano seguinte.

Tratavam-se de cerimónias de elevada complexidade e de uma grande abrangência, que envolviam não só aspetos organizacionais como também monetários e civis, na medida em que se tornava necessária e indispensável a participação das populações e das diferentes autoridades, tanto da Igreja como do poder local⁷¹.

Essa participação fazia-se sentir através da assistência mas também dos trabalhos de limpeza e manutenção dos espaços e alfaias religiosas, assim como dos distintos ofícios que participavam na elaboração e conserto dos paramentos e alfaias religiosas utilizadas.

A participação das autoridades civis em atos como as procissões e as missas solenes serviam para enaltecer determinada confraria ou igreja, ao mesmo tempo que se revelavam essenciais através da permissão que facultavam para que estas manifestações pudessem deixar os espaços sagrados e percorressem as ruas das cidades, vilas e aldeias.

Dessa forma, tornava-se necessária a sua intervenção para que o espaço público reunisse as condições necessárias para o desenvolvimento de tais manifestações. Este devia encontrar-se

⁷⁰As confrarias e misericórdias constituíam-se como um importante meio de enquadramento das populações, tanto na vida como na morte, uma vez que entre os seus deveres se encontrava a assistência aos seus irmãos no momento da partida da vida terrena. Acerca da assistência prestada na morte aos confrades leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "As Misericórdias e a salvação da alma: as opções dos ricos e o serviço aos pobres em busca do Paraíso (séculos XVI- XVIII)", in Faria, Ana Leal e Braga, Isabel Drumond (coord.), *Problematizar a História- Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007, p. 384.

⁷¹Sobre as festas como forma de exaltação dos diferentes poderes consulte-se Martins, Maria Cristina Bohn, "Espetáculo e Participação: Festas Barrocas nos " 30 Pueblos de las Misiones", in *Atas do III Congresso Internacional do Barroco...*, p. 1212.

desimpedido de elementos que pudessem comprometer o seu percurso, a pompa e magnificência com que deviam decorrer.

A irmandade de Santa Cruz demonstrou ao longo de setecentos uma grande preocupação na organização das celebrações da Quaresma, procurando sempre atribuir-lhes a maior decência e solenidade possível, mesmo em tempos de crise e dificuldades económicas⁷².

A confraria apelava à participação de todos os irmãos na sua organização, estabelecendo através dos seus estatutos as regras a respeitar no que concernia às celebrações deste período litúrgico, fosse através da obrigação de vestirem as figuras para as procissões, fosse através da obrigação de participarem nas mesmas, transportando elementos como os andores, o pálido, as tochas, a cera, entre outros.

O processo exigia uma preparação com antecedência para que tudo se encontrasse perfeitamente organizado quando fosse a altura de se celebrarem as cerimónias.

Em Santa Cruz, celebravam-se os Santos Passos e o Enterro do Senhor através da realização de duas procissões, mas não só.

Nestas realizações festivas adquiriam grande importância os sermões e os seus “Misereres”, o que levava a que este processo de organização se encontrasse presente ao longo de praticamente todo o ano nas reuniões dos irmãos da Mesa, sessões que aconteciam todas as sextas-feiras.

Através dos livros de termos conhecemos as datas em que os irmãos reuniam e que assuntos tratavam, importando salientar neste contexto todos aqueles que se encontram relacionados com a Quaresma e mais especificamente com a organização das celebrações que nelas se inseriam.

Comprova-se através deles tratar-se de um processo moroso e que requeria grande atenção, na medida em que se tornava necessário responder a várias exigências relacionadas com aspetos tão diversos como as condições dos “Passos” e alfaias religiosas, entre outros.

Estas celebrações ocupavam um espaço muito significativo nas reuniões dos irmãos, na medida em que existem diversas referências às mesmas ao longo do ano, destacando-se não só aquelas que se encontravam temporalmente mais próximas da Quaresma como eram os casos referenciados nas reuniões efetuadas em fevereiro, março, abril e maio. Neste último mês encontramos principalmente referências às penas impostas aos irmãos quando não cumpriam o

⁷²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiros dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n.º 73, fl. 172.

que lhe havia sido ordenado pela Mesa ou tinham comportamentos considerados impróprios⁷³. Inserem-se ainda referências aos pagamentos efetuados a alguns elementos que ajudavam na organização das cerimónias, como por exemplo, as mulheres que distribuíam a cera nas procissões, entre outros⁷⁴.

Durante os meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro encontramos referências que dizem frequentemente respeito à tomada de decisões relativas aos sermões e a quem os devia proferir⁷⁵, concerto e compra de imagens⁷⁶, ornatos e alfaias religiosas⁷⁷, utilizadas nas cerimónias e o concerto dos Passos das ruas⁷⁸.

Percebemos que na irmandade de Santa Cruz as cerimónias relativas à Quaresma eram uma preocupação constante, na medida em que os confrades se empenhavam na sua preparação, de forma a garantir uma realização à altura da instituição promotora⁷⁹.

Assim, nas suas reuniões procediam ao tratamento dos assuntos mais pertinentes relativamente a estas cerimónias, procurando fazê-lo com antecedência, ou seja, o espaço ocupado por estas cerimónias não se limitava apenas ao período de tempo em que se realizavam, tratava-se de um período mais longo, na medida em que a sua preparação se realizava durante os meses que as antecediam.

A preocupação dos irmãos de Santa Cruz relativamente a estas cerimónias devia-se ao facto destas desempenharem um papel importante na consolidação do seu prestígio no seio da igreja bracarense, conhecida pelas suas tradições seculares em torno da propagação da fé católica⁸⁰.

Os confrades de Santa Cruz, conhecedores da importância deste ciclo litúrgico para a Igreja procuravam revestir as suas cerimónias da maior solenidade e rigor possíveis, de forma a que a irmandade se assumisse como um dos mais importantes agentes promotores de referência das mesmas, não restringindo a sua preparação apenas ao tempo quaresmal, mas levando-a a cabo durante grande parte do ano.

⁷³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acordãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1734*, n° 50, fl. 48.

⁷⁴AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quinto dos Termos de Mesa da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, n° 89, fl. 113v.

⁷⁵AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acordãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1734*, n° 50, fl. 378V.

⁷⁶AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fls. 547-547v.

⁷⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quarto dos Termos de Mesa e Juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1757-1772*, n° 86, fl. 35v.

⁷⁸AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quinto dos Termos de Mesa da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, n° 89, fl. 12v.

⁷⁹Para conhecimento da situação monetária da irmandade de Santa Cruz, comparativamente com outras confrarias bracarenses, leia-se Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades...*, p. 135,

⁸⁰Relativamente a este assunto consulte-se Vieira, Maria José Azevedo Flores da Costa, *A confraria do Menino Deus...*, p. 76.

O tempo dedicado às cerimónias mencionadas é um tempo abrangente e prolongado que vai para além do período de tempo litúrgico designado pela igreja como momento de celebração das mesmas festividades.

3. O espaço da festa

Como já foi referido, durante o período barroco, a festa assumiu um papel muito importante na sociedade.

Os espaços urbanos não ficaram indiferentes a este movimento e locais como as ruas, igrejas, palácios, casas, jardins, entre outros, eram trabalhados de acordo com as necessidades criadas pelas festividades, fosse através da colocação de elementos decorativos de que são exemplos as luminárias, as armações e arquiteturas efémeras ou simplesmente através da limpeza, distribuição de ervas aromáticas e flores espalhadas pelas ruas percorridas pelos elementos e manifestações pertencentes à festa⁸¹.

Procurava-se, assim, que o espaço correspondesse à dignidade e magnificência da festa, que alcançou durante este período o seu apogeu.

Valorizava-se de forma explícita o aspeto visual e o impacto que este provocava em todos os que observavam os espaços destinados a servir como local privilegiado para a comemoração dos acontecimentos considerados motivo de festejo pelos mais diversos indivíduos, pois, estes podiam ser promovidos não só pelas autoridades civis e eclesiásticas como também por particulares, principalmente indivíduos pertencentes aos grupos sociais mais elevados que promoviam acontecimentos de grande envergadura⁸².

As festividades, foram uma das formas encontradas pelas autoridades referidas para aumentar o seu prestígio e reforçar a sua posição social, tanto perante os seus pares como perante a população em geral a quem nos casos em que o acesso a tais festividades se encontrava vedado, como acontecia nas festividades realizadas no interior das casas nobres e palácios. Desses espaços apenas era permitido um pequeno vislumbre através de elementos como as decorações colocadas nas fachadas das casas e o fogo-de-artifício que adquiriu um lugar de honra neste tipo de festividades⁸³.

⁸¹A importância dos elementos decorativos colocados nas ruas e espaços públicos encontra-se desenvolvida em Tedim, José Manuel, "A festa e a cidade no Portugal barroco", in *Atas do II Congresso Internacional do Barroco...*, p. 317.

⁸²Relativamente às festas promovidas pela burguesia consulte-se Muir, Edward, *Fiesta e Rito en la Europa Moderna...*, p. 37.

⁸³Para análise deste assunto leia-se Correia, Ana Paula Rebelo, "Fogos de artifício e artificios de fogo nos séculos XVII e XVIII: a mais efémera das artes efémeras", in *A arte efémera em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 122.

O espaço destinado à festa era, assim, pensado e organizado de forma a criar um espetáculo que provocasse a admiração de todos, cumprindo-se, desta forma, um dos objetivos das festas durante este período. Procurava-se reforçar o poder das autoridades e o enquadramento das populações, conseguido através da alteração do seu quotidiano e da possibilidade de assistirem a momentos que lhes eram vedados no seu dia-a-dia e com cuja magnificência e pomposidade não se encontravam familiarizadas⁸⁴.

A festa servia, desta forma, um objetivo social criado pelas elites com vista a manterem o seu estatuto, demonstrando a sua capacidade de promover momentos de tal sumptuosidade que não deixavam ninguém indiferente. Ao mesmo tempo lembravam aos grupos sociais hierarquicamente inferiores o seu lugar na organização da sociedade⁸⁵.

As festividades religiosas não se encontravam isentas dessa pompa, magnificência e espetáculo. Pelo contrário, eram as mais numerosas e faziam gala de aparentar e esbanjar grandeza, brilho e sumptuosidade.

De facto, à semelhança do que acontecia com as festas profanas também as religiosas conheceram no século XVIII um elevado grau de magnificência, cujo objetivo era reforçar o papel da Igreja junto das populações, mas também junto das distintas autoridades civis, procurando assim criar laços com os diversos poderes temporais, coroa e autoridades camarárias, com vista a tornar importantes para a Igreja todos os acontecimentos da sociedade⁸⁶.

As cerimónias quaresmais não eram alheias a estes objetivos. Embora, como já referimos anteriormente, a Quaresma se tratasse de um período de tempo no qual deviam primar sentimentos e sensações como o recato, a sobriedade, a oração e mesmo a tristeza. Os espaços onde se celebravam conseguiam despertar através das suas decorações um conjunto de emoções que refletiam o momento litúrgico vivido por toda a Igreja e que se constituía como um dos seus principais dogmas, uma vez que durante este período se celebrava a Morte e Ressureição de Cristo.

Os espaços religiosos deviam primar, durante o período quaresmal pelo despojo das alfaias mais ostentosas e de elementos decorativos como as flores nos altares, assim como pela

⁸⁴Soares, Maria Ivone da Paz, *E a sombra se fez verbo...*, p. 107.

⁸⁵ Confira-se a propósito Tedim, José Manuel, "A festa e a cidade no Portugal Barroco", in *Atas do II Congresso Internacional do Barroco...*, p. 317.

⁸⁶Relativamente a este assunto leia-se Nieto Soria, Jose Manuel, *Cerimonias de a realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*, Madrid, Editorial Nerea, 1993, p. 96.

colocação de panos e cortinas de cor escura, preferencialmente roxa, carmesim ou preta⁸⁷, nos elementos que pudessem desviar a atenção dos fiéis como, por exemplo, as tribunas e altares ricamente trabalhados e cuja talha através da sua cor dourada captava de forma imediata a atenção de quem entrava nos templos barrocos.

A Igreja empenhou-se fortemente para que as cerimónias que promovia causassem impacto nas populações e reforçassem o sentido de pertença das mesmas a uma entidade superior que regulava o seu quotidiano e influenciava fortemente o seu pensamento, de tal forma, que segundo Eugénio dos Santos “o religioso envolvia cada homem deste que nascia até que baixasse à sepultura”⁸⁸.

Este tratava-se de um dos períodos mais importantes e de maior relevância no seio da Igreja, pelo que as diversas confrarias, irmandades e misericórdias não lhe ficavam indiferentes, promovendo, nos lugares em que se encontravam instituídas, cerimónias solenes que assinalavam de forma inequívoca a sua presença nas diferentes comunidades e espaços administrativos como são as cidades, vilas e aldeias.

A forte presença destas entidades, que conheceram uma expansão muito significativa durante os séculos XVI a XVIII⁸⁹, no território português, levava a que de forma mais ou menos ostentosa e aparato cénico, embora estes dois aspetos dependessem do poderio económico de cada uma, mas sempre revestidas de grande solenidade e respeito pela circunstância celebrada estas cerimónias tivessem lugar em quase todas as localidades do país.

Quando tal não se verificava, as populações não hesitavam em se deslocar às paróquias vizinhas ou circundantes onde as mesmas tivessem lugar⁹⁰.

Estas cerimónias serviam como forma de enquadramento da população, pois esta deslocava-se ao santuário ou igreja onde pudesse reforçar a sua fé, expressar a sua pertença e participar nos momentos litúrgicos mais importantes da Igreja, o que atendendo-se às dificuldades de circulação e à forte vinculação à terra vigentes durante o período em questão, tornava ainda mais evidente a importância que lhe era atribuída, sublinhando o espaço ocupado pela Igreja na vida dos indivíduos.

⁸⁷Soares, Maria Ivone da Paz, *E a sombra se fez verbo...*, p. 108.

⁸⁸Santos, Eugénio dos, “Missões Populares e Festa Barroca: um especto da sensibilidade coletiva”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, II volume..., p. 642.

⁸⁹Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 463.

⁹⁰Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias em festa: os Passos na Santa Casa de Monção (século XVIII)”, in *Território, arte, espaço e sociedade: atas do congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*, 4, Ouro Preto [s.l.], 2006, p. 1078.

A participação na festa fazia parte do seu quotidiano, porque reforçava a sua fé e demonstrava adesão às práticas católicas.

Este era um especto que lhes permitia a sua total integração num organismo superior a si que os aceitava e lhes permitia o acesso a cerimónias que pela sua elevada solenidade lhes facultavam a vivência do maravilhoso.

Era ainda, um momento aproveitado pelos organismos pertencentes à Igreja para mostrarem os seus irmãos, o seu poderio e as suas alfaias, com vista a chamarem a si um maior número de fiéis que dignificassem as suas celebrações⁹¹.

Ao mesmo tempo, procurava-se despertar nos indivíduos a consciência de que o seu ingresso como membros das confrarias lhes podia proporcionar uma maior visibilidade na sociedade. Esses ingressos permitiam a estas entidades aumentar o seu poderio económico, através das esmolas que recebiam no momento da entrada de novos membros, mas também ao longo da vida. A instituição de legados é também um aspeto não negligenciável.

Porém, era o papel que as confrarias desempenhavam na hora da morte e os benefícios conferidos aos seus membros, que constituíam as principais razões para homens e mulheres se filiarem nestas associações.

Desta forma, a organização e manutenção do espaço onde as celebrações decorriam tornava-se ainda mais importante, na medida em que, ele seria o responsável por causar o primeiro impacto de sensações nos indivíduos que assistiam às solenidades descritas.

Neste sentido, importa-nos destacar o espaço onde se realizavam as festividades promovidas pela irmandade de Santa Cruz de Braga, nomeadamente, as celebrações que diziam respeito ao período litúrgico quaresmal.

Através da análise de fontes para o século XVIII constatamos que embora estas celebrações tivessem como espaço privilegiado o templo de Santa Cruz, manifestações como as procissões desenvolviam-se no seu exterior percorrendo algumas das ruas da cidade e alargando, desta forma, o seu raio de intervenção em termos de espaço e de visibilidade.

A ocupação de um espaço exterior ao local onde habitualmente se celebravam os acontecimentos relacionados com a irmandade provocava, conseqüentemente, alterações na organização quotidiana da cidade, fruto da necessidade de se criarem condições para a

⁹¹Relativamente a este assunto leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave...*, p. 22.

passagem dessas manifestações religiosas em espaços que habitualmente não eram locais de culto.

Exigia-se, assim, uma preparação prévia não só por parte da entidade promotora da celebração com também por parte das autoridades civis.

No entanto, nas fontes consultadas, não encontramos indicações claras acerca do impacto concreto que as mesmas provocavam, assim, como das medidas tomadas expressamente acerca da intervenção da irmandade nas ruas pelo que relativamente a este aspeto apenas podemos levantar algumas hipóteses.

Sabemos contudo, e como foi acima mencionado, que as celebrações quaresmais da confraria em estudo, se deslocavam para o exterior do seu templo e em alguns momentos percorriam as ruas da cidade através dos itinerários processionais que são indicados nos estatutos da irmandade e também pela localização dos Passos utilizados para a procissão dos Santos Passos, uma das suas cerimónias mais importantes⁹².

Esses Passos encontravam-se localizados em diferentes pontos da cidade, o que nos permite adquirir uma perceção acerca dos locais onde estas manifestações se concentravam e qual o percurso que percorriam até recolher novamente ao templo de Santa Cruz.

Relativamente ao espaço exterior, nomeadamente, às ruas percorridas pelas procissões quaresmais, segundo os estatutos da irmandade datados de 1773, a imagem dos Santos Passos deveria sair do templo de Santa Cruz na véspera do domingo da Paixão, normalmente no sábado de tarde e dirigir-se para a igreja de S. Paulo passando pela rua do Anjo e Campo de Santiago⁹³. No domingo da Paixão a imagem dos Santos Passos deixava a igreja de S. Paulo e retomava ao templo da irmandade, não sem antes percorrer os sete Passos que esta tinha localizados nas diferentes ruas da cidade e que se designavam por Passo da Porta Nova (depreende-se que se situava junto ao arco da Porta Nova), Passo da Senhora do Leite do qual encontramos a referência de que se encontrava “inotido na parede da catedral”⁹⁴, Passo do Campo de S. Sebastião, Passo do Campo de Santiago, Passo da Galeria, Passo de S. Miguel, o Anjo (Rua do Anjo adjacente ao templo de Santa Cruz), e Passo do Descendimento (situado dentro da igreja de Santa Cruz).

⁹²Os passos percorridos pela irmandade de Santa Cruz na cidade de Braga, são “passos particulares” e distintos daqueles que outras instituições, como a Ordem Terceira, por exemplo, percorriam nas suas celebrações quaresmais como se pode constatar através da leitura de Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos franciscanos...*, p. 258.

⁹³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1773*, n° 96, fl. 474v.

⁹⁴AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quinto dos Termos de Mesa da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, n° 89, fl. 58v.

Relativamente à procissão do Enterro, cerimónia também de grande importância para a irmandade apenas possuímos a referência de que “será pelo mesmo modo, que determinamos na procissão do Senhor dos Passos só com a diferença de sahir do nosso Templo a horas costumadas pelas ruas”⁹⁵.

Assim, através das fontes analisadas, foi-nos possível obter algumas informações relativamente ao espaço utilizado para estas celebrações e à forma como era decorado elucidando-nos também sobre as medidas tomadas pelos irmãos relativamente à organização de tais cerimónias.

Neste contexto, destacam-se todas as referências respeitantes a aspetos como o concerto dos Passos das ruas, os ornamentos que eram precisos ou que se encontravam inadequados para serem utilizados na Quaresma, e que sabemos serem utilizados na decoração da Igreja, sendo assim reparados ou substituídos.

Tomavam-se medidas relativas às cortinas e panos roxos do altar⁹⁶, às imagens como o Senhor com a “Cruz às Costas” ou o Senhor *Ecce Homo*, que eram utilizadas nas procissões da irmandade⁹⁷, e também a substituição das suas vestes, que dependendo do estado em que se encontravam, podiam ser consertadas ou confeccionadas de novo, usando-se neste último caso, muitas vezes, os tecidos existentes na irmandade⁹⁸.

Segundo os estatutos de 1773 sabemos que os Passos que se celebram todas as sextas-feiras da Quaresma dentro do templo de Santa Cruz deviam ser armados na “capella mor para melhor comodidade e vista de todo o povo”⁹⁹.

Nos Passos que se encontravam espalhados pelas ruas da cidade deviam ser colocados, no dia da Procissão dos Santos Passos, quatro castiçais e quatro velas de cera branca, sendo, sempre que possível o ornamento dos mesmos entregue a um irmão¹⁰⁰.

Apuramos ainda que em entre 1712 e 1789 se tomaram providências em Mesa relativamente aos elementos decorativos do templo. Assim, o quadro seguinte sintetiza as providências tomadas em Mesa, entre 1712 e 1789, relativamente aos elementos decorativos do templo.

⁹⁵AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1773*, n° 96, fl. 475.

⁹⁶AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fl. 194.

⁹⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quarto dos termos e Juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1757-1772*, n° 86, fl. 314v.

⁹⁸AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fl. 76.

⁹⁹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1773*, n° 96, fl. 468v.

¹⁰⁰AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1773*, n° 96, fl. 469.

Quadro 1: Elementos decorativos do templo de Santa Cruz entre 1712 e 1789

Ano	Providências Tomadas
1712	Conserto das cortinas e ornamentos roxos da Quaresma ¹⁰¹ ;
1715	Compra de uma nova cortina para “desencerrar” os passos ¹⁰² ;
1717	Reforma da imagem do Senhor com a “Cruz às Costas” ¹⁰³ ;
1726	Pintura e “Encarnação” da Imagem do Senhor Ecce Homo ¹⁰⁴ ; Conserto da imagem do Senhor com a “Cruz às Costas” ¹⁰⁵ ;
1744	Confeção de um pano azul bordado com os martírios do Senhor para a porta ¹⁰⁶ ; Cortinas de algodão roxo ou azul para a capela-mor ¹⁰⁷ ;
1754	Nova imagem do Senhor Ecce Homo ¹⁰⁸ ; Pintura dos altares para a Semana Santa ¹⁰⁹ ;
1760	“Encarnação” da imagem do Santo Cristo ¹¹⁰ ;
1762	Cortinas roxas e cortinas vermelhas para o Senhor Crucificado ¹¹¹ ;
1770	Limpeza dos lampadários e dos castiçais de estanho ¹¹² ;
1772	Entalha para a capela do Senhor dos Passos ¹¹³ ;
1773	Cortinado para “desencerrar” os passos ¹¹⁴ ;
1784	Novos frontais para os altares para servirem nos Passos ¹¹⁵ ;
1788	Novas toalhas para os altares para servirem na Quaresma e dias festivos ¹¹⁶ ;

¹⁰¹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acórdãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1737*, n° 50, fl. 222v.

¹⁰²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acórdãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1737*, n° 50, fl. 273v.

¹⁰³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acórdãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1737*, n° 50, fl. 306v.

¹⁰⁴AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acórdãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1737*, n° 50, fl. 463.

¹⁰⁵AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo dos Acórdãos que compreende os termos de mesa e juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1737*, n° 50, fl. 465v.

¹⁰⁶AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fl. 193v.

¹⁰⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fl. 194.

¹⁰⁸AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fl. 547v.

¹⁰⁹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Terceiro dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1735-1753*, n° 73, fl. 549.

¹¹⁰AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quarto dos Termos de Mesa e Juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1757-1772*, n° 86, fl. 314v.

¹¹¹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quinto dos Termos de Mesa da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, n° 89, fl. 17v.

¹¹²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quarto dos Termos de Mesa e Juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1757-1772*, n° 86, fl. 125.

¹¹³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quinto dos Termos de Mesa da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, n° 89, fl. 22.

¹¹⁴AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quinto dos Termos de Mesa da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, n° 89, fl. 34.

¹¹⁵AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quinto dos Termos de Mesa da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, n° 89, fl. 432.

¹¹⁶AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quinto dos Termos de Mesa da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, n° 89, fl. 551.

Através dos dados analisados, depreendemos que os elementos usados para a decoração do templo aos quais se fazem mais referências são as cortinas e os consertos a efetuar nas imagens.

Desta forma, denota-se a preocupação dos irmãos relativamente ao espaço e à sua organização para as festividades, sendo importante salientar as referências expressas que se fazem às cores que deviam ter tais elementos, procurando-se garantir que tudo se encontrava de acordo com o estipulado e considerado conveniente para o tempo litúrgico celebrado.

Importa ainda salientar que não fazemos aqui referência às armações utilizadas tanto dentro do templo como nos Passos das ruas e procissões por esse ser um tema a tratar num capítulo posterior.

Constatamos que a irmandade de Santa Cruz não era alheia ao movimento criado pelo barroco em torno dos momentos festivos importando-nos focar, neste contexto, a importância dispensada ao espaço onde se desenvolviam as festividades.

Conjugando elementos como a decoração e a limpeza dos espaços era criada uma imagem distinta daquela que os mesmos apresentavam ao longo do ano. No período da Quaresma essa diferença era salientada através do escurecer dos templos.

Esse ocultar da luz, era conseguido com o recurso a elementos como as cortinas de cores escuras que tapavam as janelas e portas, assim como os elementos mais trabalhados dos templos como era o caso das tribunas e altares, que normalmente se destacavam pela sua talha, a qual era ocultada durante o período de tempo em questão.

Também a ausência de flores contribuía para conferir um maior ar de tristeza a estes elementos arquitetónicos.

O espaço revelava-se fundamental para o cumprimento dos objetivos que se pretendiam concretizar com a realização de tais festividades. Esses objetivos eram conseguidos pelas diferentes entidades que compõem a Igreja, e dentro das quais destacamos as irmandades, através da solenidade que imprimiam aos seus atos onde elementos como a decoração do espaço não podiam ser deixados ao acaso, mesmo que esses locais se localizassem no exterior dos seus templos, como eram os casos das ruas percorridas pelas procissões.

¹¹⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quinto dos Termos de Mesa da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, n.º 89, fl. 555.

Dispensava-se, desta forma, um cuidado especial ao espaço procurando revesti-lo de toda a decência e magnificência possível, recorrendo à arte efêmera ou então a obras de conserto, fosse nas ruas, ou no interior dos templos.

Em Santa Cruz, embora não tenhamos para o século XVIII elementos concretos sobre a organização do espaço exterior ao templo, sabemos que a confraria lhe dispensava cuidados através das reformas e obras que efetuava nos Passos que tinha distribuídos por diferentes pontos da cidade e aos quais encontramos referências nos distintos livros de termos.

Em suma, o espaço adquiriu durante o período mencionado uma importância muito relevante no seio dos cuidados dispensados à festa, pois constituía-se como o palco onde decorria a festa, um dos principais motivos de cuidados das entidades promotoras das celebrações.

Desta forma, fundia-se com os restantes elementos que compoñham estes momentos.

4. As Procissões

Dentro das manifestações religiosas, as procissões constituíram-se como um dos momentos auge das celebrações promovidas pela igreja católica ao longo dos séculos.

Para definir o conceito de procissão podemos usar as palavras de António Camões Gouveia que a definem como “uma forma pública, mais ou menos solene, de louvor, súplica, penitência, ou agradecimento, dirigida a Deus diretamente através de Cristo, ou indiretamente através da Virgem Maria ou dos santos”¹¹⁸.

A citação acima apresentada permite-nos aferir algumas das tipologias processionais, na medida, em que menciona certos propósitos utilizados para a realização de tais acontecimentos.

De destacar, que tais tipologias se encontram presentes nas vivências religiosas ao longo dos séculos, mantendo-se em muitos casos até aos dias de hoje, não sendo o século XVIII uma exceção neste campo¹¹⁹.

De facto, durante o período denominado barroco os desfiles processionais adquiriram uma grande magnificência e pomposidade, ao mesmo tempo que se transformavam em “momentos de pedagogia e de apelo aos sentimentos”¹²⁰.

Assim, as procissões convertiam-se num importante momento de religiosidade e sociabilidade mas, também, numa forma das entidades promotoras provocarem as mais distintas emoções nas pessoas que nelas participavam ou assistiam.

Cabe elucidar que, embora fossem momentos marcadamente religiosos, os desfiles processionais serviam também de comemoração de acontecimentos laicos e relacionados com o poder terreno como eram, por exemplo, as efemérides: nascimentos, batizados, aniversários, casamentos, morte, entre outros, quase sempre relacionadas com a família real¹²¹.

¹¹⁸Gouveia, António Camões, “Procissões”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, IV Volume..., p. 67.

¹¹⁹Relativamente às diferentes tipologias processionais vigentes na Península Ibérica durante o período barroco analise-se Flexor, Maria Helena Ochi, “Procissões na Bahia: Teatro barroco a céu aberto”, in *Atas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 521.

¹²⁰Maria Marta Lobo de, “As Manifestações de rua das Misericórdias Portuguesas em Contexto Barroco”, in *Hispania Sacra...*, p. 103.

¹²¹Acerca das celebrações, nas quais se incluem as procissões, realizadas no Porto com vista a comemorarem os acontecimentos relacionados com a família real leia-se Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira, “A festa Barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda metade do século XVIII. Subsídios para o seu estudo”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II Serie, V Volume, Porto, Universidade do Porto, 1988, pp. 9-67.

As procissões serviam, assim, objetivos religiosos mas também civis, na medida em que eram utilizadas como forma de enquadramento das populações, pois eram momentos a partir dos quais se procuravam transmitir as mais distintas mensagens de acordo com o motivo ou entidade que promovia a sua celebração.

Eram também circunstâncias que serviam para reforçar a hierarquia vigente não só na Igreja como na sociedade, na medida, em que os lugares ocupados por cada elemento no seu seio, fosse a título individual ou confraternal, eram previamente estipulados e objeto de uma distribuição minuciosa e cuidada¹²².

De facto, o lugar que cada um ocupava no desfile processional era uma forma de evidenciar perante todos o seu papel no seio da sociedade, assim como, no de instituições como as misericórdias e irmandades¹²³.

Desta forma, a aceitação e distribuição dos postos a ocupar nem sempre era pacífica e conduzia, em muitos casos, a discórdias e quezílias entre os distintos indivíduos que participavam nestas manifestações e que não aceitavam as decisões do órgão encarregado dessa distribuição, papel desempenhado habitualmente pelas Mesas de irmãos que se reuniam com esse propósito¹²⁴.

A irmandade de Santa Cruz, tal como as suas congéneres, não foi alheia ao fenómeno processional. Pelo contrário, integrou-o nas suas festas dando-lhe visibilidade e destaque.

Nas suas principais festividades as procissões eram uma constante, participando ainda conjuntamente com outras confrarias de Braga em procissões de preces¹²⁵ e nas festas mais emblemáticas da cidade das quais as cerimónias da Semana Santa eram um dos expoentes máximo. A confraria participava nestas celebrações com todo o seu empenho, constituindo-se como um dos seus principais agentes promotores e uma das entidades reconhecidamente mais emblemáticas dessas celebrações.

¹²²Sobre este assunto consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "Pedir para distribuir: os peditórios e os mamposteiros da Misericórdia de Melgaço na época moderna", in *Boletim Cultural de Melgaço*, nº.4, Melgaço, Câmara Municipal, 2005, p. 85.

¹²³Esta matéria encontra-se desenvolvido em Gouveia, António Camões, "Procissões", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, IV Volume..., p. 72.

¹²⁴Acerca das quezílias originadas nos desfiles processionais da Misericórdia de Viana da Foz do Lima leia-se Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, II Volume, Braga, Universidade do Minho, 2009, p. 941, dissertação de Doutoramento policopiada.

¹²⁵À semelhança do que acontecia na irmandade de Santa Cruz também a Misericórdia e a Ordem Terceira promoviam procissões de preces. Estas encontram-se, em muitos casos, associadas a fatores climáticos, fome, peste, guerra ou catástrofes naturais. Para este assunto leia-se Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos franciscanos...*, p. 245.

Segundo os seus estatutos datados de 1773, “Recebeo a Igreja Catholica o bom uso de se fazerem procissoens, porque se dá louvor a Deos com actos de verdadeira religião e devido culto, e para junctos os Fieis Christãos em o mesmo espirito possão alcançar a Deos e de sua Divina Clemencia a salvação, remedio dos corpos, e favor em nossas necessidades.¹²⁶”

Obedecendo às considerações acima mencionadas, a confraria empenhava-se para que as procissões em que participava e aquelas que tinham como objetivo promover os seus momentos festivos se revestissem da maior solenidade possível.

De destacar, que as procissões enquanto manifestações religiosas realizadas nos espaços exteriores aos templos, conferiam visibilidade aos irmãos e às alfaias religiosas das entidades confraternais mas também a pessoas que não se encontravam vinculadas a estas entidades, mas participavam nelas¹²⁷.

Assim, eram momentos aproveitados para que misericórdias e outras confrarias se mostrassem ao meio que as envolvia, procurando criar uma imagem que propiciasse à população assistente uma visão do seu poderio, tanto em termos económicos como espirituais. Quanto maior fosse o número de irmãos a elas pertencentes, mais elevado era o seu prestígio, assim como o impacto causado em quem assistia a estes momentos¹²⁸.

Dessa forma, as irmandades construíam uma autoridade moral que lhes permitia criar influência direta no quotidiano que as rodeava, pois as suas manifestações religiosas eram momentos a que todos queriam assistir, quer fossem seus membros, quer fossem aqueles que almejavam pertencer à mesma, ou simplesmente indivíduos que viviam estes momentos como uma ocasião de reforçarem e exteriorizarem a sua fé.

Neste contexto, as procissões promovidas no âmbito da Semana Santa, nomeadamente as procissões dos Passos e do Enterro do Senhor adquiriram especial importância¹²⁹.

Eram cerimónias nas quais os irmãos se empenhavam para que a irmandade transmitisse uma imagem de dignidade, esplendor e grandiosidade.

¹²⁶AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1773*, n.º96, fl. 479.

¹²⁷A importância das alfaias religiosas para as irmandades durante a época moderna encontra-se patente em Cardona, Paula Cristina Machado, “Procissões sacras: arte e equipamentos no universo das confrarias”, in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património...*, p. 135.

¹²⁸Para aferir a importância das procissões nas Misericórdias consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII”, in *Anais da V Jornada Setecentista...*, pp. 442-447.

¹²⁹A Semana Santa adquire grande visibilidade também em Espanha, desempenhando as confrarias da Paixão um papel muito importante nesse contexto. Relativamente às confrarias da Paixão em Málaga, leia-se Sánchez Lopes, Juan Antonio, “Comportamientos Sociales e cofradias de Pasion en la Málaga Barroca”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, II Volume..., pp. 351-374.

Assim, as reuniões nas quais eram tomadas decisões a esse respeito, realizavam-se com muita antecedência, podendo efetuar-se em meses como novembro, dezembro e janeiro.

Essa preocupação era também manifestada nos diferentes estatutos da irmandade, nos quais se encontravam estipuladas as regras a observar em tais momentos.

Assim, nos estatutos de 1702-1720 estabelecia-se que “Nos acompanhamentos e mais procissões e funções que assistem os Irmãos seguirão todos, e cada hum, o que o Juiz determinar, aliás serão multados conforme ao excesso, e o que se houverem até a expulsão inclusive”¹³⁰. Como se constata, estavam prescritas sanções para os incumpridores.

Era ainda o responsável pelo estabelecimento da hierarquia a observar pois “Havendo procissões nomeará os Irmãos, que hão-de levar as varas e Palio”¹³¹.

Desta forma, demonstra-se que o juiz desempenhava um papel fulcral em todo o processo organizativo relativo às procissões, na medida em que era o responsável por determinar o papel desempenhado pelos restantes membros da irmandade no seio destas manifestações e por garantir o cumprimento dos estatutos e o normal funcionamento do ato.

Contudo, o juiz não era o único responsável pela organização processional, nem poderia ser devido à grandiosidade que estas manifestações alcançam, estipulando-se nos estatutos as funções desempenhadas pelos distintos integrantes do corpo administrativo da confraria, que enumeramos no quadro seguinte:

Quadro 2: Funções dos irmãos nas procissões segundo os estatutos de 1702-1720.

Cargo	Função
Mordomos	“Terão ambos obrigação, juntamente com o thesoureiro de ordenarem e prepararem todo o necessário com particular diligência e cuidado nas Festas, Procissões (...) procurando sempre que o ornato da Igreja nos taes dias, e o concerto das Procissões e mais actos públicos seja com toda a perfeição” ¹³² (...). Levarão as varas e tochas nas procissões e acompanhamentos alternativamente, fazendo que os irmãos vão na ordem (...) e repartirão a cera pelos irmãos fazendo-a acender a seu tempo ¹³³ (...).

¹³⁰AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fls. 254v-255.

¹³¹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 255.

¹³²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 263.

¹³³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 263v.

	Quando a Irmandade fizer procissões, entregará por rol aos serventes maiores as tochas necessárias para as entregarem aos nossos Irmãos pelas suas casas, e pelo mesmo as tornarão a receber, não lhas tornando a entregar todas, o fará saber á Mesa” ¹³⁴ .
Tesoureiro	“Terá também obrigação de preparar todo o necessário para as festas e procissões” ¹³⁵ .
Vedor da Fazenda	“Levará o guião ou Cruz da Irmandade nas ocasiões que sahir fora quando não for necessario em falta do juiz, secretario, ou cartorário, levava vara, porque então o levava outro qualquer Irmão, como também quando elle comodamente o não possa fazer” ¹³⁶ .
Moços da casa	“Quando ouver Procissão (...) hirá um delles tocar a campainha pelas ruas costumadas” ¹³⁷ .
Secretario da Mesa	“ordenamos que (...) exponha o Santo Lenho, e o deo ao Povo, como tambem o leve nas Procissões, ou procure quem faça estas diligências” ¹³⁸ .

Fonte: AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1702-1720*.

No caso de não se cumprir o estipulado nos estatutos da irmandade, relativamente a esta temática, procedia-se à condenação dos irmãos não cumpridores das funções de que encontravam incumbidos.

Essa condenação podia-se manifestar-se em forma de multa ou então “a expulsão inclusive”¹³⁹.

Os diferentes estatutos da irmandade estabelecem ainda que durante as procissões, os irmãos tinham obrigação de usar as vestes e insígnias próprias da irmandade.

Os individuos que não fossem possuidores das vestes apropriadas não poderiam participar nas manifestações organizadas pela irmandade, cabendo elucidar que depois de serem aceites pela Mesa, os irmãos tinham um prazo de trinta dias para adquirir as suas insígnias. As opas desta confraria eram roxas contrastando com os balandraus pretos usados pelos confrades da Misericórdia.

Salvaguardava-se, no entanto, que enquanto não adquirissem as suas insígnias os irmãos não poderiam prestar juramento como tal, nem serem assentes nos livros da irmandade, ou seja, sem opas não eram considerados membros, apesar da sua aceitação já ter sido efetuada.

¹³⁴AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1762, n° 96, fls. 366v-367.

¹³⁵AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 259v.

¹³⁶AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1762, n° 96, fl. 360.

¹³⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 297v.

¹³⁸ AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 286.

¹³⁹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fls. 254v-255.

Tratava-se de um mecanismo de pressão que obrigava os irmãos a mandarem fazer as opas e a estarem prontos a participarem nas manifestações da instituição a que pertenciam.

Assim, elucida-se que a “veste, ou beca será toda de cor roxa de alguma cousa de lam, e de nenhuma sorte de se, com sua murça ou capello (...) e no lugar mais conveniente da parte esquerda da beca, levava huma cruz de cor honesta com seu calvario ao pé”¹⁴⁰.

A cera transportada pelos irmãos nas procissões era responsabilidade da irmandade, que arcava com os seus gastos.

Assim, verificamos que as procissões eram uma das manifestações nas quais a irmandade punha muito cuidado, de forma a que tudo decorresse segundo o estabelecidos nos seus estatutos.

Os desfiles processionais expunham estas instituições quando no exterior eram vistos pela população, originando comentários que podiam ser de agrado ou não.

Tratando-se de uma das mais emblemáticas e mais poderosas confrarias bracarenses, os irmãos empenhavam-se para que estes fossem momentos de exaltação e afirmação da entidade a que pertenciam.

¹⁴⁰AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n.º 96, fls. 269v.

5. Os sermões

Desde os primórdios da religião católica que os sermões foram um dos muitos elementos utilizados pelas distintas entidades religiosas, quer fossem confrarias, misericórdias, igrejas ou congregações, entre outras, para assinalarem os seus momentos de maior solenidade e importância.

Segundo Manuela Milheiro, “os sermões e a Oração Panegírica eram frequentemente ouvidas nas igrejas em honra de Cristo, da Virgem ou dos Santos. Mas eles não se limitavam a exaltar o divino e a santidade. Celebravam o Monarca e a sua Família, os Arcebispos ou alguma importante personalidade”¹⁴¹.

De igual modo, tinham especial incidência e notoriedade no contexto festivo, assim como em períodos de luto ou de maior dificuldade, como em casos de calamidades naturais ou más colheitas.

Na Idade Moderna, os sermões desempenhavam ainda um papel muito importante na difusão da mensagem que as entidades religiosas pretendiam transmitir e divulgar.

Numa época em que grande parte da população era iletrada e os meios de comunicação quase inexistentes, os sermões eram um meio muito importante em termos da veiculação de ideias e ideais, assim como dos dogmas da igreja católica, constituindo-se conseqüentemente como um meio privilegiado para influenciar os ouvintes, assim como para proceder ao enquadramento das populações.

De facto, “aos recantos rurais, chegavam pelo pregador, veículo informativo, as notícias do que se vivia, sabia e pensava, os códigos éticos e morais e um modelo a seguir.”¹⁴²

Eram assim, uma forma de divulgação das doutrinas da Igreja e de influência nos seus crentes, ao mesmo tempo, que lhe permitiam granjear honras junto das autoridades civis, pois constituíam-se como uma forma das entidades religiosas se afirmarem junto destas, nomeadamente, através dos sermões proferidos com o intuito de celebrar as efemérides relacionadas com o poder temporal, com especial destaque para aquelas que se encontravam relacionadas com a família real.

¹⁴¹ Leia-se para este assunto Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga...*, p. 332.

¹⁴² Soares, Maria Ivone da Paz, *E a sombra se fez verbo...*, p. 46.

Era considerado como um bom sermão e, naturalmente um bom pregador, aquele que provocasse um maior número de emoções nos crentes. Essas emoções podiam ir desde o terror à alegria, do medo à compaixão, do êxtase à dor ou do choro ao riso, sendo o discurso adaptado ao momento e entidade que propiciava a celebração do sermão¹⁴³.

A importância da escolha dos pregadores era tal que as Constituições Sinodais do arcebispado de Braga de 1697, estabeleciam as qualidades de que este devia ser portador. Assim eram requisitos a “madureza de idade, inteireza de vida e costumes, prudencia, piedade e devoção, qualidades que deviam estar associadas ao “talento de propor a palavra de Deus”¹⁴⁴. Os pregadores deveriam ainda ser portadores de uma voz sonora e clara, de forma que a sua mensagem chegasse e fosse entendida por todos os fiéis, mesmo aqueles que dentro do espaço onde o sermão era proferido, estivessem mais afastados do local onde o pregador se encontrava¹⁴⁵.

As irmandades procuravam para os seus serviços pregadores que respeitassem o estabelecido nas Constituições Sinodais e que gozassem de uma boa reputação em termos de oratória, pois este facto era um meio de atrair mais pessoas às suas celebrações¹⁴⁶.

Um dos objetivos dos sermões era levar as pessoas a pensar nas palavras proferidas, de forma que os ensinamentos vinculados fossem imitados no seu dia-a-dia e, assim, vivessem de acordo com as normas morais e sociais estabelecidas pela Igreja¹⁴⁷.

As igrejas eram o local privilegiado para a realização dos sermões, assumindo neste contexto especial destaque o púlpito ou altar, a partir dos quais o pregador se dirigia aos fiéis¹⁴⁸.

¹⁴³Sobre este assunto leia-se Santos, Eugénio dos, “Missões Populares e Festa Barroca: um aspeto da sensibilidade coletiva”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, II Volume..., p. 645. Leia-se também Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga...*, p. 84.

¹⁴⁴*Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Ilustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha Anno de 1639 e mandadas imprimir a primeira vez pelo Ilustríssimo Senhor D. João de Sousa arcebispo de Braga Primas das Espanhas em Janeiro de 1697...*, p. 313.

¹⁴⁵Relativamente a este ponto consulte-se Ferrare, Josemary Omena Passos, “Fé e festa em percursos urbanos e na Alagoas barroca, Marechal Deodoro-Brasil”, in *II Congresso Internacional do Barroco...*, p. 357.

¹⁴⁶Em Minas Gerais era obrigatório possuir licença diocesana para poder proferir os sermões da Quaresma. O pagamento dos mesmos dependia da “habilidade do orador e da relevância litúrgica do dia”. Sobre este assunto analise-se Campos, Adalgisa Arantes, “Aspetos da Semana Santa através do estudo das irmandades do Santíssimo Sacramento: cultura artística e solenidades (Minas Gerais séculos XVIII ao XX)”, in *I Simpósio Internacional sobre representações cristãs: textos e imagens religiosas na América Colonial...*, p. 6. Leia-se também Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave...*, p. 235.

¹⁴⁷Leia-se Casquero Fernández, José Andrés, “La cofradia de Jesús Nazareno “congregación” de Zamora: siglos XVII-XVIII”, in Aranda Doncel, Juan, (coord.), *Actas del III Congreso Nacional de Cofradías de Semana Santa*, I Volume, Córdoba, Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasar, 1997, p. 504.

No entanto, os sermões podiam também ser proferidos em locais públicos como as ruas, praças públicas ou locais onde se congregasse um elevado número de crentes.

Esta situação acontecia, a título de exemplo, nas cerimónias promovidas com vista à celebração da Semana Santa, onde os sermões eram um dos principais elementos, e podiam ser celebrados nas ruas onde decorriam manifestações como as procissões e os Passos que retratavam a Paixão de Cristo¹⁴⁹.

Também na irmandade de Santa Cruz os sermões eram frequentes, nomeadamente nas suas principais festividades, no seio das quais destacamos as cerimónias relacionadas com a Semana Santa.

Relativamente a este aspeto sabemos ser da incumbência do tesoureiro zelar para que “se faça os Sermões e Misereres das Sextas-feiras da Quaresma com a perfeição com até agora se fizeram.”¹⁵⁰

Na celebração dos Passos, onde “havia grande concurrencia de povo”¹⁵¹, o sermão antecedia a exposição das imagens que retratavam a Paixão de Cristo, tratando-se, assim, de um momento de reflexão e preparação para um dos momentos mais importantes das cerimónias quaresmais, no qual se revivia o percurso de Cristo no calvário até ao momento da sua morte.

Durante o sermão, os membros da Mesa, deveriam permanecer sentados. O seu pagamento era responsabilidade “da casa, não excedendo os Sermões a esmolla de 2400”¹⁵², segundo os estatutos de 1702-1720.

Ainda inserida nas cerimónias dos Passos, encontrava-se a procissão dos Passos, a qual percorria as diferentes estações quaresmais que a irmandade possuía na cidade.

Contudo, essa procissão tinha como ponto de partida a igreja de São Paulo na qual sabemos que era proferido um sermão antes da saída processional. O mesmo acontecia quando depois de percorridos os Passos da cidade o desfile processional recolhia à igreja de Santa Cruz¹⁵³.

¹⁴⁸Para aferir a importância dos púlpitos na organização do espaço sacro consulte-se Cardona, Paula Cristina Machado, *O perfil artístico das confrarias em Ponte de Lima na Época Moderna*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2010, pp. 97-100.

¹⁴⁹Acerca deste aspeto consulte-se Aranda Doncel, Juan, “Cofradías Penitenciales y Semana Santa en la Córdoba del siglo XVII: el auge de la etapa barroca”, in Aranda Doncel, Juan (coord.), *Actas del III Congreso Nacional de Cofradías de Semana Santa*, I Volumen..., p. 97.

¹⁵⁰AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 259v.

¹⁵¹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 285v.

¹⁵²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 286.

¹⁵³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1773, n° 96, fl. 274v.

Em sexta-feira Santa, depois de finalizado o ofício das Trevas, segundo os estatutos de 1702-1720 devia ser proferido o “Sermão das Soledades da Senhora a tempo e horas convenientes que do sermão se saia de dia”¹⁵⁴.

Os estatutos de 1773 revelam a preocupação da irmandade relativamente à escolha dos pregadores, ordenando aos elementos que compunham a Mesa que procurassem “oradores de que os fieis tirem fruto do Evangelho, que he o fim principal da prédica, e se não levem de empenhos.”¹⁵⁵.

Dessa forma, torna-se claro que em Santa Cruz se procurava que os sermões servissem como uma forma de transmitir conhecimentos, relativamente ao Evangelho, àqueles que se dirigiam ao seu templo para participar nas suas cerimónias.

Nos mesmos estatutos, estabelece-se também o pagamento dos sermões que devia ser de “dous mil e quatrocentos” réis, contudo, deixa-se ao critério da Mesa a atribuição de um pagamento mais elevado se “for Pregador Ecclesiástico de distinta sciencia, e autoridade, ou religioso mestre, ou de outro igual predicamento, se lhe poderá dar maior esmola, com tanto, que não exceda a de quatro mil e oitocentos por cada sermão”¹⁵⁶.

Assim, podemos constatar que mediante a categoria do pregador, o pagamento que lhe era atribuído podia ser distinto.

O quadro seguinte sintetiza as informações, recolhidas nos Livros de Termos e de Despesas acerca dos sermões proferidos na irmandade de Santa Cruz durante as celebrações da Semana Santa referentes ao período de tempo ente os anos de 1702 e 1793.

Quadro 3: Despesa com os sermões proferidos em Santa Cruz entre 1702 e 1787.

Ano	“Função”	Pregador	Entidade religiosa a que pertencia o pregador	Custo
1702	Quaresma ¹⁵⁷			24.000 réis
1703	Quaresma			24.000 réis
1710	Quaresma	Padre Frei João	Ordem de São Jerónimo	4 moedas de ouro
1712	Quaresma		Companhia de Jesus	

¹⁵⁴AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1702-1720, n° 96, fl. 286v.

¹⁵⁵AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1773, n° 96, fl. 451.

¹⁵⁶AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz*, 1773, n° 96, fl. 451.

¹⁵⁷Usamos a terminologia utilizada nos documentos consultados. Assim, neste contexto, Quaresma refere-se aos sermões que eram proferidos nas sextas-feiras e nos Passos da Quaresma.

1720	Soledade			1 moeda de ouro
	Quaresma			19.200 réis
1721	Enterro			1 moeda de ouro
	Quaresma			14.400 réis
1722	Encontro			1 moeda de ouro
	Quaresma			3 moedas de ouro
1723	Enterro			1 moeda de ouro
	Quaresma			19.200 réis
1724	Soledade			1 moeda de ouro
1725	Quaresma e Soledade			19.200 réis
1727	Quaresma			19.200 réis
1728	Quaresma			14.400 réis
1737	Quaresma e Enterro			19.200 réis
1738	Quaresma e Soledade			9.600 réis
1739	Quaresma	R. José de Oliveira		21.600 réis
1741	Quaresma			14.400 réis
1742	Enterro			19.200 réis
1744	Quaresma			2.400 réis
1745	Quaresma			14.400 réis
	Soledade			4.800 réis
1746	Enterro			4.800 réis
	Quaresma			14.400 réis

	Soledade			4.800 réis
1747	Quaresma			14.400 réis
1751	Quaresma			16.800 réis
1753	Quaresma			16.800 réis
1754	Quaresma			19.200 réis
1755	Quaresma			15.200 réis
1757	Quaresma			19.200 réis
1758	Quaresma		Companhia de Jesus	
1759	Quaresma	Frei João Duarte de Faria		19.200 réis
1761	Quaresma			19.200 réis
1763	Quaresma			14.400 réis
1764	Quaresma	R. Manuel de Santa Gertrudes	Ordem de São Francisco	14.400 réis
1766	Quaresma		São Frutuoso	
1769	Enterro	P. Manuel Dias da Mota		
1770	Quaresma			14.400 réis
1774	Quaresma	P. Manuel Fernandes Dias	Ordem Carmelita	3.600 réis
	Passos			4.600 reis por cada um
1775	Passos	R. Dr. Manuel Antonio de Santa Maria	Congregação de São João Evangelista	4.800 réis
1776	Passos		Ordem dos Capuchos	9.600 réis
1777	Quaresma			3.840 réis
1780	Passos		Ordem de São Francisco	6.400 réis
1781	Passos	Padre Manuel Serpins	Ordem dos Capuchos	6.400 réis
1784	Quaresma	R. Francisco Xavier	Ordem Dominicana	

1786	Passos			8000 réis
1787	Passos			9.600 réis
1797	Passos			9.600 réis

Fonte: AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livros Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto dos Termos da Irmandade de Santa Cruz e Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz.*

Desta forma, sintetizamos a informação contida nos livros mencionados, de modo, a perceberem de forma clara os dados relativos à temática em análise¹⁵⁸.

Constatamos assim, que mediante os dados apresentados, os pregadores chamados a proferir sermões em Santa Cruz pertenciam às Ordens religiosas de São Jerónimo, São Francisco, São Frutuoso, Dominicana, Carmelita, dos Capuchos, Congregação de São João Evangelista e Companhia de Jesus. Como se verifica, os preços pagos eram variáveis constituindo a Quaresma um período de grandes despesas com os pregadores.

¹⁵⁸Relativamente aos anos de 1740, 1748, 1749, 1756, 1760, 1768, 1770 a 1773, 1788, 1782, 1783 e 1785, não dispomos de informações relativamente aos sermões pelo que não são contemplados no quadro apresentado.

Capítulo 3

1. As despesas da festa

Como já mencionamos em capítulos anteriores, durante o período barroco as festividades eram um dos pontos auge em termos da organização da vida em sociedade.

As entidades religiosas, não eram indiferentes a essa realidade e procuravam que os momentos de festividade por si promovidos se revestissem de toda a pompa e solenidade possível.

Para tal, não poupavam esforços e colocavam uma parte significativa dos seus rendimentos à disposição desses momentos, de forma que, de acordo com as suas possibilidades, as festividades que impulsionavam ficassem retidas na memória de todos os que a elas assistiam.

Cabe lembrar, que as irmandades procuravam obter um retorno tanto moral como económico desses momentos, pois eram uma forma de atrair um maior número de crentes e de indivíduos dispostos a fazer parte das suas fileiras.

Neste contexto, importa-nos analisar as despesas efetuadas na irmandade de Santa Cruz com as cerimónias da Semana Santa, um dos momentos mais importantes e destacados do seu calendário festivo.

Como fonte privilegiada para essa análise utilizámos o Livro Segundo de Despesas da confraria que contém os gastos efetuados pela mesma entre 1720 e 1802, para além dos Livros dos Termos.

Uma vez, que a Semana Santa era um dos momentos auge das festividades promovidas pela irmandade, as despesas que se efetuavam eram registadas anualmente pelos tesoureiros, em grande parte, de forma detalhada, o que nos permite a sua análise.

1.1A música

A festa barroca tinha na música um elemento essencial, pois esta enaltecia e solenizava o momento celebrado¹.

O quadro seguinte apresenta as despesas efetuadas pela irmandade com a música que contratava para as celebrações quaresmais.

Quadro 4: Despesas com a música das celebrações quaresmais entre 1720 e 1793.

Ano	“Função”	Quantia
1720	Miserere	7000 réis
1721	Miserere	7000 réis
	Procissão do Enterro	8000 réis
1722	Sermão do Enterro- Trombeta	120 réis
1726	Miserere	7000 réis
	Procissão do Enterro	8000 réis
1727	Misereres	7000 réis
	Procissão do Enterro	8000 réis
1737	Passo do Encontro- Trombeta	240 réis
1738	Sermão do Encontro- Trombeta	240 réis
1742	Sermão do Encontro- Trombeta	180 réis
1744	Quaresma	4 320 réis
	Procissão do Enterro	8000 réis
1745	Miserere	7000 réis
	Sermão do Encontro- Trombeta	240 réis
1746	Miserere e Procissão do Enterro	15 000 réis
1747	Miserere	7000 réis
	Procissão do Enterro	6000 réis
1748	Miserere	6000 réis
1749	Miserere	7000 réis

¹Relativamente à importância da música nas celebrações religiosas relacionadas com Semana Santa analise-se Aranda Docel, Juan, “Cofradías Penitenciales y Semana Santa en la Córdoba del siglo XVII: el auge de la etapa barroca”, in Aranda Doncel, Juan (coord.), *Atas del III Congreso Nacional de Cofradías de Semana Santa*, Córdoba, Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur, 1997, p. 95. Leia-se também Ayarra Jarne, José Enrique, “La musica en las funciones litúrgicas de Semana Santa de la Catedral Hispalense”, in *Las Cofradías de Sevilla en el siglo de la crisis*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1999, pp. 85-102.

1750	Miserere e Procissão do Enterro	15 000 réis
1751	Miserere e Procissão do Enterro	15 000 réis
1753	Miserere e Procissão do Enterro	15 000 réis
1754	Miserere e Procissão do Enterro	15 000 réis
1755	Miserere	7000 réis
1756	Passos e Procissão do Enterro	15 000 réis
1757	Miserere e Procissão do Enterro	15 000 réis
1758	Miserere e Procissão do Enterro	15 000 réis
1759	Miserere	5830 réis
	Procissão do Enterro	3120 réis
1760	Miserere e Procissão do Enterro	15 000 réis
1761	Miserere e Procissão do Enterro	15 000 réis
1762	Sermão do Encontro- Trombeta	120 réis
	Miserere e Procissão do Enterro	15 000 réis
1763	Miserere	7000 réis
	Sermão do Encontro- Trombeta	120 réis
1764	Miserere	7000 réis
1767	Sermão do Encontro- Trombeta	120 réis
1770	Miserere	7000 réis
1777	Miserere e Procissão do Enterro	12 280 réis
1782	Santos Passos- Trombeta	1200 réis
1784	Sermões e Procissão do Enterro	12 000 réis
1787	Passos	13 000 réis
1789	Passos	13 000 réis
1792	Passos	6000 réis
1793	Novena do Senhor dos Passos	3 480 réis
Total		361 610 réis

Fonte: AISC, Fundo da Confraria de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*.

Nos anos de 1722, 1723, 1724, 1725, 1728, 1729, 1737, 1739, 1742, 1767, 1770, 1772, 1773, 1775, 1785, 1788 e 1793 algumas das despesas relacionadas com a música encontram-se junto a outros itens, apresentando-se a despesa total e não se especificando o valor concreto gasto com a música pelo que optamos por não as contabilizar neste contexto.

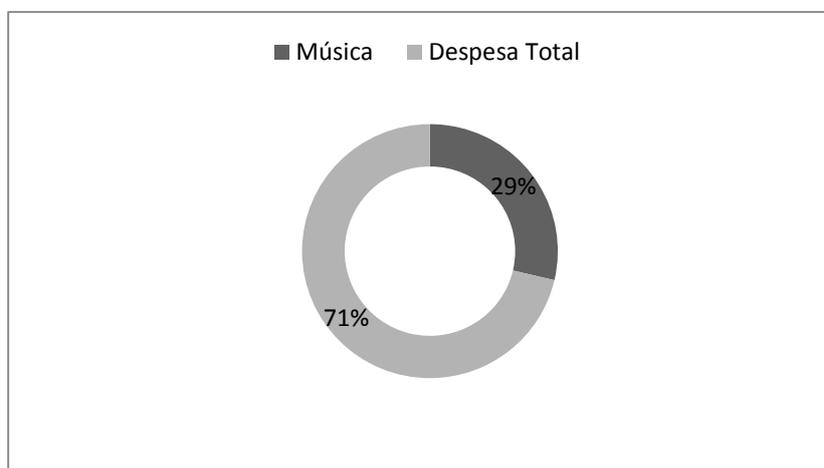
Verificamos que, em média, o valor mais alto é o correspondente ao pagamento dos músicos que atuavam na entoação do salmo “Miserere” e na Procissão do Enterro, seguindo-se os músicos que tocavam nas cerimónias dos Passos².

Assim, o valor mais alto referenciado é o de 15 000 réis, nos anos de 1746, 1750, 1751, 1753, 1754, 1756, 1757, 1758, 1760, 1761 e 1762 para as solenidades referenciadas.

O valor mais baixo é o de 120 réis, nos anos de 1722,1762,1763 e 1767, correspondentes ao pagamento do encarregado de tocar trombeta no sermão do enterro, sendo esse facto justificado por ser apenas um individuo o responsável pela música no momento cerimonial mencionado, o que não acontecia tanto na entoação do “Miserere” como com as procissões, nas quais se encontravam presentes mais do que um elemento.

A música correspondia, assim, a um valor significativo nas despesas da irmandade com as celebrações quaresmais. No gráfico seguinte, encontra-se expressa a percentagem ocupada pelos gastos com a música no global das despesas que a irmandade efetuou com a Quaresma no ano de 1727.

Gráfico1: Percentagem ocupada pelas despesas relativas à música em 1727



Fonte: AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*.

²Acerca da música na Misericórdia de Monção leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias em festa: os Passos na Santa Casa de Monção (século XVIII)”, in *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*, Ouro Preto [s.l.], 2006, pp. 1087-1088. Relativamente à presença musical nas cerimónias litúrgicas no Brasil consulte-se Castagna, Paulo, “O ‘estilo antigo’ no Brasil, nos séculos XVII e XIX”, in / *Colóquio Internacional A Música no Brasil Colonial*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 171-215.

Depreendemos, pela análise do gráfico apresentado que a música, correspondeu a 29% dos gastos da irmandade com as celebrações quaresmais em 1727, o que perfaz uma percentagem significativa.

A irmandade não se coibia de chamar a si os músicos mais conceituados, disponibilizando para isso somas elevadas de dinheiro.

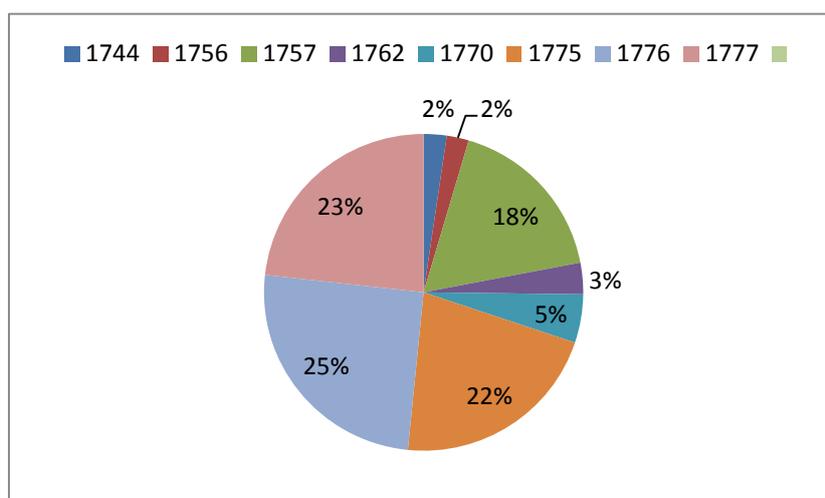
Revela-se, dessa forma, a preocupação e o cuidado com a música contratada, com vista ao engrandecimento e solenização do cerimonial quaresmal.

1.2 Os sermões e a urna

Relativamente aos sermões da Quaresma, já analisados, verificamos que aqueles em que era gasta uma maior quantia de dinheiro eram os correspondentes às sextas-feiras da Quaresma. Segundo os estatutos da irmandade deviam anteceder o “desencerrar” dos Passos que retratavam a Paixão de Cristo³, sendo o valor mais alto de 24.000 réis nos anos de 1702 e 1703 e o mais baixo de 2400 réis, em 1744.

Nos livros de despesa da irmandade encontramos referência aos gastos efetuados com a urna e “trastes da urna” do Senhor. Este móvel era usado nas procissões do enterro promovidas pela irmandade⁴. Era nele que seguia destacada a imagem se Cristo. Como estava sujeito a desgaste, foi objeto de conserto em várias ocasiões⁵.

Gráfico 2: Dinheiro gasto nas reparações e guarnições da urna



Fonte: AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*

³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1702-1720*, n.º 96, fl. 259v.

⁴Também a Ordem Terceira bracarense usava uma urna nas cerimónias que promovia com o intuito de celebrar a Semana Santa, conforme se pode constatar em Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos Franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2009, p. 272, dissertação de Doutoramento policopiada.

⁵O mesmo acontecia na Misericórdia de Viana da Foz do Lima, conforme se pode constatar em Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (Séculos XVI-XVIII)*, II Volume, Braga, Universidade do Minho, 2009, p. 945, dissertação de mestrado policopiada.

Analisando o gráfico 2, torna-se claro que, o ano no qual se efetuaram mais despesas relacionadas com a urna foi no de 1776, quando se compraram “algumas madeiras para as urnas do Senhor e da Senhora”⁶.

No pólo oposto, foi nos anos de 1744 e 1756 que se registaram as despesas mais baixas, representando os dois anos 4% do total das despesas efetuadas com a urna.

Em 1744, foram gastos com Manuel da Costa por “fazer a urna mil novecentos e vinte reis”⁷, enquanto que a despesa de 1756 correspondia ao “aluguer das baetas para a urna”⁸, cujo custo foi de 1845 réis.

Dessa forma, é possível depreender que a irmandade procedia de igual modo à compra e aluguer dos elementos que considerava necessários para que a urna estivesse decente nos momentos em que era utilizada.

⁶AISC, Fundo da Confraria de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, n° 60, fl. 382.

⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, n° 60, fl. 140.

⁸AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, n° 60, fl. 233.

1.3 Os Passos

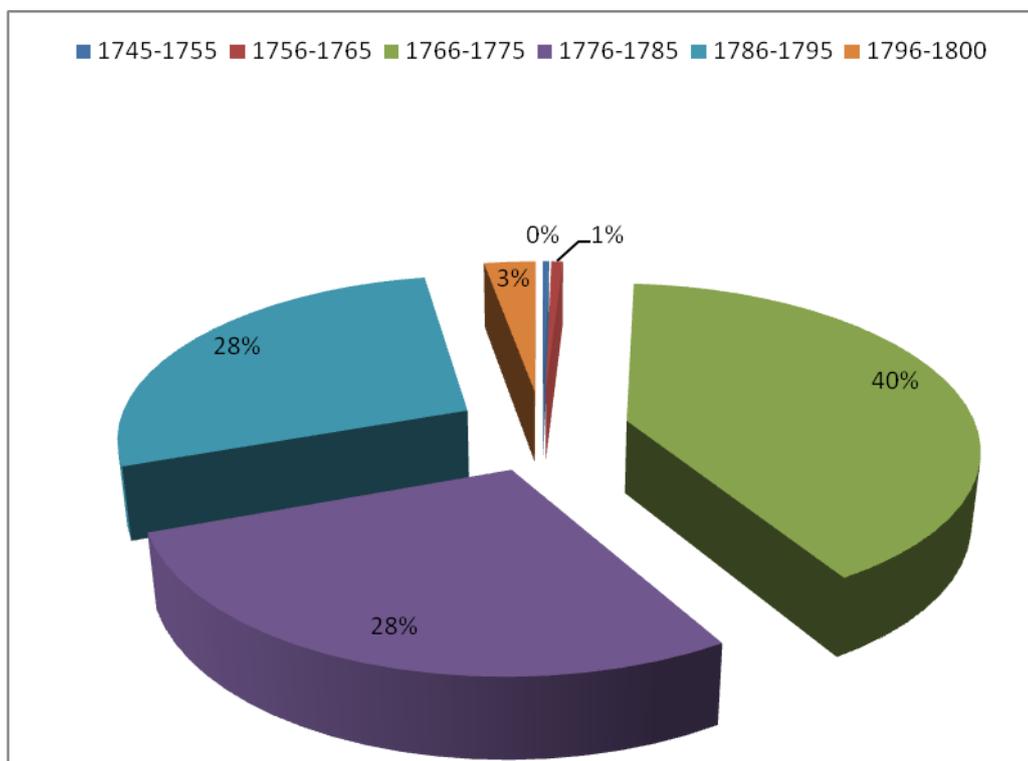
Os Passos eram uma das celebrações mais importantes da irmandade inseridas na Semana Santa.

Para além dos quadros dos Passos que existiam no templo de Santa Cruz, e que eram expostos em todas as sextas-feiras da Quaresma, a irmandade possuía ainda Passos nas ruas da cidade, onde prestava culto através da realização de uma procissão solene.

A existência dos Passos tornava necessária a sua manutenção, pois a via-sacra constituía-se como uma das cerimónias que maior número de crentes atraía.

Assim, não eram poupados esforços para que chegada a Quaresma se encontrassem com a maior decência possível, recorrendo-se para tal a expedientes como o restauro, a manutenção e armação dos mesmos.

Gráfico 3: Despesas efetuadas com os Passos da Semana Santa



Fonte: AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*.

Torna-se evidente, através da análise do gráfico 3, que o volume mais elevado de despesas corresponde ao período de tempo compreendido entre os anos de 1766 e 1775, representando 40% do total da despesa efetuada.

Também os anos de 1776-1785 e 1786-1795 apresentam percentagens de despesa elevadas.

Para a percentagem de despesas efetuadas em 1766-1775, contribuem de forma muito significativa as correspondentes ao ano de 1772, devido à encomenda a Manuel de Sousa, pintor, de novos quadros para os Passos, o que leva à passagem de 7 “bilhetas” com os gastos relativos a esta obra⁹.

Assim, nesse ano, gastaram-se no total 66 580 réis nos novos quadros, despesa na qual entrou o dinheiro gasto com o serralheiro (3.580 réis), com o “caixilhamento” (14.400 réis) e “pintura dos caixilhamentos dos mesmos quadros” (4800 réis)¹⁰.

Ainda no mesmo ano, efetuaram-se obras nos Passos da Porta Nova e de S. Miguel o Anjo, que a irmandade visitava aquando da procissão dos Passos.

Relativamente ao Passo da Porta Nova, procedeu-se a uma mudança do mesmo para a “porta nova encostado as casas em que mora a família de Santos Mendes”, ficando essa mudança a dever-se a uma obra realizada a mando da Câmara no local onde se encontrava a representação cénica da Bíblia¹¹.

Mediante tal situação, os confrades decidiram usar a pedraria proveniente do Passo da Porta Nova, que não podia ser reutilizada novamente no mesmo por “ser mais baixo e estreito o âmbito em que ha-de ficar”¹², para proceder à reforma do Passo de S. Miguel o Anjo. Dessa forma, gastaram-se, na obra de mudança e reforma dos dois Passos, 46 480 réis.

No intervalo de tempo entre 1745-1755, em que se regista a percentagem de despesas mais baixa, encontram-se descritos no Livro de Despesas da irmandade os gastos ocorridos em 1747 e que foram 300 réis “por comprar as madeiras para os passos das sextas feiras”¹³. Registam-se

⁹Na Santa Casa de Monção, em 1769, foram gastos 31 200 réis na armação das capelas dos Santos Passos, conforme se depreende da leitura de Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias em festa: os Passos na Santa Casa de Monção (século XVIII)”, in *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano...*, p. 1802.

¹⁰AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fls. 342-342v.

¹¹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quinto dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, nº 89, fls. 12v-13v.

¹²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Quinto dos Termos da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, nº 89, fl. 13.

¹³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 163v.

ainda os dados relativos ao ano seguinte, no qual, foram despendidos 480 réis na armação dos Passos.

Assim, verificamos que o cuidado da irmandade com os Passos da Quaresma, se manifestava não só nas armações utilizadas, como também nas obras de restauro e conservação que se efetuavam nos mesmos.

1.4 A cera

A cera, intimamente relacionada com a simbologia da luz, era um dos elementos mais importantes nas celebrações litúrgicas, encontrando-se presente em todas as cerimónias de cariz religioso¹⁴.

Podia ser apresentada de diversas formas, de que eram exemplo as velas colocadas nos templos, em locais privilegiados como os altares, e as tochas, entre outros, nas procissões, ganhando esta última modalidade especial destaque nas celebrações que se efetuavam de noite e que serviam para solenizar o momento mas também para o assinalar, pois permitiam a sua visibilidade, que de outra forma não seria possível.

Na irmandade de Santa Cruz, encontramos referências à compra e aluguer de cera para as suas festividades, destacando-se também alusões às mulheres que a “[a]carretavam” durante as procissões, nomeadamente nas dos Passos e na procissão do Enterro.

No Livro de Despesas da irmandade a primeira referência que encontramos relacionada com esta temática remonta a 1720, ano em que se gastaram 1964 réis com “a cera que se alugou para a procissão”¹⁵.

No ano seguinte, gastaram-se 5 190 réis no aluguer de cera. Nesse ano, encontramos ainda alusão ao pagamento efetuado à mulher responsável por transportar a cera, no entanto, essa descrição encontra-se junto de outros gastos, pelo que não possuímos a indicação exata da quantia gasta.

Em 1722 foram pagos a três mulheres, responsáveis por carregarem e guardarem a cera, 720 réis, gastando-se a mesma quantia em 1724¹⁶.

Ainda em termos de aluguer, em 1741 este foi efetuado junto de entidades diferentes, sendo o valor despendido distinto. Assim, com a cera alugada a Bernardo Pinheiro gastaram-se 7 110 réis, e com a Santa Casa da Misericórdia 3 775 réis, o que perfaz a quantia de 10 885 réis. No

¹⁴Consulte-se Silva, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2011, p. 552, dissertação de Doutoramento policopiada.

¹⁵AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 6.

¹⁶No ano de 1737 foram gastos com a cera 27 975 réis, correspondendo 800 réis ao pagamento da “mulher que carrou a cera” e 27 175 ao aluguer de cera para a procissão do Enterro conforme se pode verificar em AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 102.

entanto, ainda no mesmo ano gastam-se 7 550 réis na compra de cera para a procissão do Enterro.

Relativamente ao ano de 1744, encontramos a referência ao pagamento efetuado Miguel da Silva Cação de 9072,5 réis para “cera que veio da Irmandade do Senhor dos Passos”¹⁷, foram ainda gastos com Violante Maria 1200 réis por a carregar, pagando-se a mesma quantia nos anos de 1755 e 1762¹⁸.

No ano de 1786 a soma da despesa com cera foi de 13 480 réis, sendo correspondente à procissão dos Passos.

Em relação aos gastos efetuados com as tochas usadas nas procissões, encontramos referência ao gasto de 11 183 réis em 1761, de 4 330 réis em 1762, e de 28 315 réis em 1777¹⁹.

Nos anos de 1757, 1758, 1759, 1772, 1781 as despesas relacionadas com a cera são apresentadas juntamente com o rol de outras despesas, não tendo o tesoureiro especificado a quantia exata que gastou para iluminar as procissões.

Mediante os dados apresentados, verificamos que os valores gastos com a cera oscilam, contudo, a apresentação de despesas relacionadas com a cera juntamente com outros elementos, não se especificando a quantia exata gasta com cada um, condiciona essa análise, na medida em que a sua junção às quantias elucidadas altera os valores mencionados.

Sublinha-se, no entanto, que a preocupação com a iluminação das procissões quaresmais era grande e envolvia várias pessoas, quer no que tocava ao fornecimento, quer no que respeitava à sua distribuição e carregamento

¹⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 147v.

¹⁸Em 1775, a quantia gasta foi de 2 320 réis.

¹⁹Na Ordem Terceira de Braga, durante a procissão das Cinzas, inserida na liturgia quaresmal, a partir de 1747 os confrades substituíram o transporte de cera pelo de tochas. Para este assunto analise-se Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos Franciscanos...*, p. 274.

1.5 Outras despesas

Na confraria de Santa Cruz efetuavam-se ainda outras despesas inseridas na Quaresma, destacando-se as correspondentes a aspetos como os concertos das imagens religiosas usadas essencialmente no período litúrgico mencionado, mas também as efetuadas em elementos como os pálios²⁰ e os guiões da irmandade²¹.

Assim, em 1720 “com hum paleo novo de tafeta pra [sic] a procissão e concerto das couzas velhas e mais aprestos necessários e algumas diligencias que se fizeram a carreiras”²² gastaram-se 14 990 réis. Ainda no mesmo ano, foi apresentado pelo mordomo Bento de Correia, um rol de despesas relativas à Semana Santa, não se especificando de forma exata onde foi gasto o dinheiro, cuja soma era de 7 990 réis²³.

Em 1724, foi comprado um “beo para o Santo Lenho”, cujo custo foi de 1400 réis tendo-se também entregue a António de Miranda 240 réis “por estar na igreja em Sexta-feira maior a noute”²⁴.

A imagem do Santo Cristo foi alvo de reparações, em 1725, procedendo-se à sua pintura. Assim, a irmandade pagou por esse trabalho 7 200 réis. Ainda no mesmo ano foram gastos com a “tingidura dos mantos das Marias” 240 réis²⁵.

No ano de 1725, foi alvo de atenções por parte da irmandade, a imagem do Senhor com a “Cruz às Costas”, tendo-se procedido à sua “incarnação” e pintura. Dessa forma foram gastos 5180 réis, no entanto, foi também necessário proceder à compra de óleo para a mesma imagem, sendo essa despesa apresentada juntamente com a correspondente ao pagamento das missas, pelo que não é possível aferir a quantia gasta com o óleo.

²⁰Acerca das alfaias litúrgicas leia-se Guerreiro, Jacinto Salvador, “Alfaias Litúrgicas”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, I Volume, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 83-43.

²¹A definição e função do guião encontra-se sintetizada em Sánchez López, Juan Antonio, “Comportamientos sociales y cofradías de Pasión en la Málaga Barroco”, in *Atas do II Congresso Internacional do Baroco*, II Volume, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, p. 357.

²²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 5v.

²³No ano seguinte, foi também apresentado pelo mordomo, um rol de despesas relativas a Sexta-Feira Santa com a quantia de 10 165 réis.

²⁴AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 23v.

²⁵AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 30v.

Ressalta-se, no entanto, a preocupação com a imagem solene, de forma que no momento de a mostrar pelas ruas da cidade esta se encontrasse em condições decentes e pudesse ser visionada com todo o seu esplendor.

Novamente, em 1727, efetuaram-se reparações na imagem, nomeadamente na sua Cruz, tendo-se gasto 1400 réis para “o casco” e 480 na pintura da Cruz que carrega.

Em 1751, o pintor Manuel de Almeida pintou a túnica que vestia a imagem, tendo recebido pelos seus serviços 2400 réis.



Figura 4: Imagem do Senhor com a “Cruz às Costas”.

Os “anjos” eram um dos elementos presentes nas procissões quaresmais durante o período barroco, sendo representados por crianças vestidas para esse efeito. Assim, a irmandade era responsável pela prestação de alguns cuidados com estes elementos, nomeadamente, a compra de confeitos ou doces que eram distribuídos pelas crianças que participavam²⁶. Era uma forma de presentear os jovens que participavam nos desfiles.

Neste contexto, em 1727, o tesoureiro, o padre Inocêncio de Oliveira, facultou a quantia de 1200 réis para a compra de “dez arrateis de confeitos”²⁷..

Em relação ao pálio da irmandade, em 1738 procedeu-se à pintura das suas varas, pagando-se a Jácome de Matos 480 réis. Foram ainda gastos com as “borlas do palio, franjas do mesmo palio, presilhas, cordoens da roda, e linha para elles para as abas e do pescoço”²⁸ 25 680 réis. Ainda com a compra de damasco roxo para o mesmo pálio o tesoureiro pagou 32 900 réis. Como se verifica, e considerando o valor dos tecidos, com o pálio despendiam-se somas elevadas de dinheiro²⁹.

Em 1750 foram gastos com o pálio “de veludo e guarnecido de ouro e forrado de damasco”³⁰ 384 360 réis. Volvidos dois anos, foi a vez das varas do pálio serem substituídas, tendo recebido o vedor da fazenda, para esse efeito, 6380 réis.

Aquando das principais cerimónias por si promovidas ou nas quais participava a irmandade, o guião era um elemento muito visível, pelo que devia estar nas melhores condições, tornando necessária a sua manutenção, de forma que nos momentos em que era necessária a sua presença se encontrasse apresentável.

Mediante tal situação, em 1747 foi encomendada a Francisco de Barros uma vara, o qual pela sua confeção e por “a fazer meter nos canudos”³¹ recebeu 1200 réis. No ano seguinte são gastos também com uma vara 480 réis.

²⁶Também na Ordem Terceira bracarense se distribuíam doces pelas crianças que participavam na procissão das Cinzas, que iniciava o período litúrgico da Quaresma, conforme elucida Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos...*, p.266.

²⁷AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 30v.

²⁸AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 109v. No ano seguinte, foram gastos para a mesma função 2 320 réis. Em 1737 a quantia gasta foi inferior relativamente à de 1728, ficando-se pelos 800 réis. No ano de 1741 a confraria pagou pelos confeitos 900 réis. É novamente feita referência aos confeitos para os “anjos” em 1756, quando são gastos 1440 réis. Em 1762 são gastos com “vinte e oito arrateis de confeitos para os anjos e mais figuras da prosição” 3360 réis.

²⁹Na Misericórdia de Viana da Foz do Lima, em 1632 gastaram-se 2 500 réis em doces para os participantes das procissões da Semana Santa. Consulte-se Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (Séculos XVI-XVIII)*, II Volume..., p. 944.

³⁰AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 183v.

³¹AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 166.

Em 1749 foram novamente substituídas as varas do guião tendo a irmandade gasto 1440 réis.

Pelo “custo do guião roxo senatos ropu e guarnecido de ouro”³², João Carneiro, tesoureiro da irmandade, pagou 178 680 réis, em 1750. Também o “guião grande” foi alvo de uma reforma tendo sido gastos 39 262 réis, foram ainda dispendidos 22 400 réis com Francisco Lopes, por ter bordado as letras e feito o remate do guião. Como se depreende, a confraria dispunha de mais do que um guião. O maior era o que normalmente abria as procissões, identificando a instituição presente. Estes aprestos estavam sujeitos a desgaste, pelo que periodicamente tinham de ser reparados.

Passados sete anos encontramos menção a consertos efetuados no guião correspondentes à quantia de 1200 réis.

Em 1761, foram consertados os guiões vermelho e roxo, correspondendo ao primeiro a quantia de 600 réis e ao segundo a de 480 réis.

Em 1770 a quantia gasta com o guião foi de 2 200 réis. Em 1788 procedeu-se à compra de uma cruz de prata para o guião o que reportou a quantia de 52 546 réis, ainda com o respetivo guião foram gastos mais 42 770 réis.

A irmandade procedia à manutenção das suas principais insígnias e alfaias de forma cuidada, pois estas adquiriam grande visibilidade nos momentos de celebração solene e eram uma das formas de causar impacto nos assistentes às suas cerimónias.

³²AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, nº 60, fl. 183v.

2. O balanço das despesas quaresmais

Em termos de globalidade percentual relativamente aos gastos da confraria as cerimónias relacionadas com a Quaresma ocupam lugares distintos ao longo de setecentos.

O quadro seguinte sintetiza o valor total das despesas efetuadas com o cerimonial quaresmal, o total das despesas da irmandade e a percentagem que as despesas das cerimónias da Quaresma representavam na despesa total.

Quadro 5: Resumo das despesas quaresmais efetuadas pela irmandade entre os anos de 1720 e 1799.

Ano	Despesas com as festas quaresmais (em réis)	Despesas totais da irmandade (em réis)	% das despesas das festas quaresmais nas despesas totais da confraria
1720	59 544	4 866 440	1,2%
1721	55 165	4 414 408	1,2%
1722	43 942	2 212 474	2,0%
1723	25 840	4 646 735	0,6%
1724	2360	3 416 440	0,1%
1725	28 440	2 557 728	1,1%
1726	39 380	3 634 200	1,1%
1727	37 320	2 864 877	1,3%
1728	18 640	1 577 928	1,2%
1729	17 760	1 537 928	1,2%
1737	48 215	5 407 984	0,9%
1738	68 900	2 615 872	2,6%
1739	21 600	3 6000 175	0,1%
1740	7000	1 790 668	0,4%
1741	51 315	1 856 263	2,8%
1742	19 380	2 31000 177	8,9%
1744	24 277,5	3 462 642,5	0,7%
1745	28 866	1 704 925	1,7%
1746	34 200	1 428 272	2,4%

1747	37 300	1 874 232	2%
1748	6 960	2 224 613	0,3%
1749	8 440	2 49000 253	3,4%
1750	639 722	2 259 112	28,3%
1751	34 200	1 870 358	1,8%
1753	67 180	1 913 193	3,5%
1754	34 200	2 23000 400	0,01%
1755	24 810	2 15000 902	0,01%
1756	37 805	2 3000 310	0,2%
1757	42 280	1 848 304	2,3%
1758	39 920	1 592 827	2,5%
1759	54 045	1 899 342	2,8%
1760	16 200	2 526 35	6,4%
1761	50 663	2 63000 767	0,01%
1762	47 060	2 151 488	2,2%
1763	71 280	2 230 996	3,2%
1764	21 400	2 227 904	1%
1765	93 110	2 59000 849	0,03%
1766	4 570	1 837 377	0,2%
1769	30 410	2 63000 455	0,01%
1770	70 190	3 753 346	1,9%
1772	235 5510	6 435 423	36,6%
1773	116 435	2 910 867	4%
1774	23 890	4 494 863	0,5%
1775	46 385	2 376 181	2%
1776	77 135	3 87000 752	0,01%
1777	152 030	3 89000 916	0,03%
1778	56 660	2 804 109	2%
1779	17 880	2 974 10	6%
1780	23 200	2 391 941	1%
1781	49 600	3 729 958	1,3%
1784	78 780	2 585 107	3%
1785	42 175	2 648 83	15, 9%
1786	39 860	3 627 841	1,1%
1787	59 580	2 787 880	2,1%
1788	154 610	3 5000 764	1,2%

1789	43 440	2 613 328	1,7%
1790	78 9000	2 989 386	26,4%
1791	1 380	3 713 982	0,03%
1792	23 700	2 841 690	0,8%
1793	24 480	3 64000 206	6,7%
1795	34 900	3 144 884	1,1%
1797	284 645	2 846 546	10%
1798	33 700	3 187 504	1,1%
1799	32 500	3 40000	9,6%

Fonte: AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz*, 1720-1802.

Mediante a análise do quadro 5, permite constatar que as despesas com as festas quaresmais não eram lineares, ocupando distintos lugares ao longo do século XVIII.

Cabe salientar que as despesas apresentadas em relação à Quaresma correspondem apenas às inscritas no Livro de Despesas de forma isolada, não se contabilizando as apresentadas juntamente com outros elementos que não dizem respeito a esse acontecimento, e sobre as quais não é possível aferir de forma exata a quantia gasta, encontrando-se, assim, os valores apresentados sujeitos a oscilações.

Nos anos de 1754, 1755, 1761, 1769, 1776, 1777 e 1791 a soma das despesas é praticamente nula, correspondendo assim ao dispêndio de quantias muito baixas quando comparadas com o cômputo geral, ou à existência de reduzidas descrições de gastos.

Em termos percentuais ocupam um lugar menor as despesas relativas aos anos de 1723 (0,6%), 1724 (0,1%), 1737 (0,9%), 1739 (0,1%), 1740 (0,4%), 1744 (0,7%) e 1748 (0,3%).

Relativamente aos gastos mais elevados estes verificam-se nos anos de 1750, correspondendo a 28,3%, e ocorrendo os gastos mais significativos com as alfaias religiosas, nomeadamente com os pálios e guiões, que foram alvo de substituição e reparação³³, em 1772 regista-se a representatividade 36,6%, o valor mais alto aferido. Tal situação deve-se à compra de novos quadros para os Passos e por obras realizadas nos Passos da Porta Nova e de S. Miguel o Anjo, como já referenciamos anteriormente.

³³AISC, Fundo da Irmandade de Santa Cruz, *Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz*, 1720-1802, nº60, fls. 182-184.

Em 1785 regista-se também uma elevada percentagem com as despesas quaresmais a representarem 15,9% das despesas totais da irmandade, assim como em 1790 em que se registam 26,4% dos gastos.

Apesar de grandiosas e faustosas, as festas da confraria de Santa Cruz da Quaresma não representavam muito nas suas despesas totais.

Com exceção dos anos já assinalados em que as somas foram invulgarmente elevadas, nos restantes as percentagens atingiram números sem grande significado. Convém, no entanto recordar que as festas estudadas não correspondem à totalidade das cerimónias festivas da confraria.

Conclusão

O presente trabalho destaca a importância dos momentos de festividade da Quaresma na irmandade de Santa Cruz, cujo momento da fundação datado do século XVI, devido à devoção do mestre escola Jerónimo de Portilho, com uma cruz situada no campo de S. Marcos, se encontra descrito nos Livros de Memória, assim como nos preâmbulos dos distintos Livros dos Estatutos, o que nos permitiu aceder facilmente a essas informações.

Mencionamos o surgimento do movimento confraternal, destacando os seus principais momentos de apogeu e declínio, assim como o papel que desempenharam no enquadramento das populações e a ajuda que facultavam nos momentos de vida mais difíceis, como a prisão, a doença, a viuvez, a orfandade e a morte, para os membros que integravam suas fileiras.

Analisamos a fundação da irmandade e a grande aceitação por parte das gentes da cidade de Braga, o que lhe permitiu alcançar um grande crescimento, levando à construção de um templo próprio. Contudo, esse facto não foi aceite de forma pacífica por outras instituições, nomeadamente, pela Misericórdia bracarense, detentora do Hospital a quem pertencia a igreja de São Marcos, onde a irmandade estava desde 1581.

No entanto, devido à tenacidade dos seus confrades mas também ao forte apoio das gentes da cidade, foram reunidas as condições necessárias para a construção do templo de Santa Cruz, sendo a mesma apoiada pelo arcebispo D. Afonso de Furtado Mendonça, que em 1625, procedeu à bênção do local onde este se iria localizar. Em termos de pedraria a construção só foi finalizada em 1653, necessitando ao longo das centúrias seguintes de várias obras de restauro e manutenção.

O templo, acompanhando a importância e crescimento da irmandade, constituir-se-ia com o passar dos séculos como um dos mais emblemáticos monumentos barrocos da cidade de Braga, destacando-se neste contexto elementos como a sua fachada e a talha dourada que compõe os seus altares.

Relacionada com a Paixão de Cristo, a invocação da irmandade, à semelhança do que acontecia com as festividades dos patronos das mais diversas confrarias, foi sempre celebrada pelos irmãos com toda a pompa e solenidade possível, promovendo-se festividades em honra da sua Exaltação e Triunfo e comemorando-se a sua padroeira a 3 de maio.

Contudo, também o Lausperene, o Dia da Circuncisão de Cristo (1 de Janeiro), assim como a Senhora do Pilar e as cerimónias quaresmais eram festejadas de forma solene pela confraria.

Optamos por destacar de forma particular, os ritos cerimoniais relacionados com a Quaresma, nomeadamente, momentos como as Procissões do Enterro e Passos do Senhor, mas também a *Via Crucis*, por serem as cerimónias que maior destaque alcançavam no entorno citadino no qual se inseria a irmandade e das quais era um dos agentes promotores mais importantes, mantendo esse papel até aos dias de hoje.

Dessa forma, analisamos o estabelecido nos estatutos relativamente à realização das cerimónias quaresmais, o papel desempenhado pelos irmãos na sua organização, assim como o lugar hierárquico ocupado por cada um em momentos como as procissões e os sermões, e o impacto destes na sociedade setecentista.

Percorremos os livros de termos de forma a podermos conhecer quais as medidas tomadas pelos mesários, relativamente ao cerimonial e à sua preparação.

Como uma fonte preciosa, estes livros revelaram-nos que nem sempre as medidas tomadas pela Mesa eram acatadas de forma pacífica pelos membros da irmandade, que se recusavam a aceitar o estipulado e, por isso, eram sujeitos ao pagamento de multas chegando, em alguns casos, a ser expulsos da irmandade.

Essa situação era originada, em muitos casos, por indisponibilidade financeira por parte dos confrades, contudo, devido à importância desses momentos no seio da sociedade e à visibilidade que alcançavam, estes não admitiam esse facto preferindo alegar outras razões que não as económicas. Dessa forma, procuravam evitar a vergonha de não conseguir cumprir com os preceitos da irmandade por falta de poder económico.

Assim, os momentos festivos podiam realizar-se num clima de união ou discórdia entre os irmãos, salientando-se a soberania da Mesa, como órgão máximo responsável pela tomada de decisões relativas ao funcionamento da irmandade e à expulsão ou atribuição de coimas aos seus membros.

Permitiram-nos ainda percorrer as celebrações levadas a cabo pela irmandade ao longo de setecentos e conhecer as medidas tomadas com vista à sua realização, quer fosse o concerto das alfaias, a compra de novos ornamentos ou a construção e manutenção dos Passos.

Analisámos ainda o tempo e o espaço das festividades, destacando a antecedência com que eram tomadas as decisões relativamente à integração de vários elementos, o que acontecia em meses como novembro, dezembro e janeiro.

Relativamente ao espaço, tudo deveria ser cuidado de forma que chegada a data da celebração, se encontrassem todos os elementos do templo e Passos da rua com os devidos concertos e elementos de decoração preparados.

Dessa forma, nos meses antecedentes procedia-se ao levantamento das necessidades existentes para que estas pudessem ser supridas da melhor forma possível, e para que existisse um período de tempo suficiente para as prover de todas as alterações e concerto existentes.

Destacavam-se neste contexto os cuidados tidos com as imagens sacras utilizadas nas procissões e saídas públicas da irmandade, como era o caso do Senhor com a “Cruz às Costas” ou a imagem do *Ecce Homo*, as atenções dispensadas às cortinas e panos, obrigatoriamente teriam de ter as cores da simbologia da Paixão, ou seja, roxo ou vermelho, que deviam encobrir os dourados das tribunas, púlpitos e altares.

Também os espaços envolventes do templo, nomeadamente, os adros e ruas onde passavam as procissões, constituídas como uma das mais importantes manifestações religiosas, eram alvo de atenções, procedendo-se ao seu embelezamento e limpeza, usando-se para tal elementos como as flores e as ervas aromáticas. Em Santa Cruz ganhava especial vigor o cuidado tido com os Passos que a irmandade possuía na cidade e que visitava por ocasião da procissão dos Passos.

De facto, as procissões eram um dos elementos mais importantes promovidos pelas confrarias, na medida em que eram uma ocasião em que se tornavam visíveis os seus irmãos e as suas alfaias religiosas, permitindo uma perceção do seu poderio económico e da sua influência no meio em que se encontravam inseridas.

Eram momentos aproveitados, para suscitar, junto dos que ainda não pertenciam à irmandade, o desejo de ingressarem nas suas fileiras e de propagar os ideais da igreja católica.

De igual importância revestiam-se os sermões, utilizados como forma de transmissão da mensagem vinculada pela Igreja.

Numa época em que a iliteracia era muito elevada, estes constituíam-se como uma forma da aprendizagem da vida de Cristo e influenciavam as populações de forma muito significativa. Assim, as entidades religiosas tinham um grande cuidado na entrega dos sermões, procurando para os seus serviços pregadores de fama e mérito reconhecidos com o dom de provocar as mais diversas emoções, que podiam ir do choro ao riso, da apatia à exaltação, entre outros, junto dos crentes que assistiam à oratória.

A preocupação com esta temática era tal que as Constituições Sinodais bracarenses, publicadas em 1697, dedicavam-lhe um capítulo, estabelecendo as qualidades e requisitos exigidos aos pregadores.

Depois de analisadas as festividades da confraria, procedemos ao estudo do seu papel na economia da irmandade, nomeadamente, as despesas efetuadas na Semana Santa ao longo do século XVIII.

Uma vez, que os gastos são apresentados no Livro de despesas da irmandade juntamente com outros itens que não correspondem à temática analisada, efetuamos cálculos aproximados.

Assim, podemos constatar que elementos como a música, os sermões e a urna utilizada em sexta-feira santa na procissão do Enterro, os Passos, a cera, as alfaias religiosas, as imagens sacras e as figuras integrantes da procissão são alvo de referências em termos de gastos por parte dos distintos tesoureiros.

Destaca-se a relação estabelecida entre as despesas totais da irmandade e o dinheiro gasto com a Semana Santa, que verificamos ser elevada nos anos em que se procede à reparação de elementos como os Passos, ou à reparação e pintura ou ao conserto de quadros e imagens.

Desta forma, estudamos as festividades da Semana Santa promovidas pela confraria de Santa Cruz de Braga, olhando para o passado através do seu arquivo e tentando apreender o esplendor e magnificência de que estas cerimónias revestiam.

Fontes

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Braga (ADB)

Registo Geral, Livro n° 17.

Registo Geral, Livro n° 75.

Registo Geral, Livro, n° 76.

Registo Geral, Livro n° 99.

Registo Geral, Livro n° 125.

Registo Geral, Livro n° 139.

Registo Geral, Livro n° 141.

Registo Geral, Livro n° 149.

Registo Geral, Livro n° 150.

Registo Geral, Livro n° 153.

Registo Geral, Livro n° 226.

Arquivo da Irmandade de Santa Cruz (AISC)

Fundo da Irmandade de Santa Cruz

Livro da Compilação dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz, 1664, 1702, 1720, 1762, 1773, n° 96.

Livro Primeiro das Memórias da Ereção da Irmandade de Santa Cruz, 1581-1790, n° 6.

Livro Segundo dos Acordãos que compreende os termos de mesa e de juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1701-1734, n°50.

Livro Terceiros dos Termos da Irmandade De Santa Cruz, 1735-1753, n° 73.

Livro Quarto dos termos de mesa e Juntas da Irmandade de Santa Cruz, 1757-1772, n° 86.

Livro Quinto dos Termos de Mesa da Irmandade de Santa Cruz, 1772-1790, n°89.

Livro Segundo das Despesas da Irmandade de Santa Cruz, 172-1802, n° 60.

FONTES IMPRESSAS

Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Ilustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha Anno de 1639 e mandadas imprimir a primeira vez pelo Ilustríssimo Senhor D. João de Sousa arcebispo de Braga Primas das Espanhas em Janeiro de 1697, Lisboa, Na Officina de Miguel Deslandes, 1697.

Bibliografia

Abreu, Laurinda Faria dos Santos, “Confrarias e Irmandades de Setúbal: Redes de Sociabilidade e Poder”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, I Volume, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, pp. 3-15.

Abreu, Laurinda Faria dos Santos, “Uma outra visão do Purgatório: uma primeira abordagem aos breves de perdão e redução”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, 1999, pp. 715-736.

Abreu, Laurinda Faria dos Santos, “A política religiosa do Marquês de Pombal: algumas leis que abalaram a igreja”, in *Revista Século XVIII*, I Volume, tomo 1, Lisboa, SPES XVIII, 2000, pp. 223-233.

Afonso, Belarmino, “Confrarias e mentalidade Barroca”, in *Atas do Congresso Internacional do Barroco*, I Volume, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, pp. 17-53.

Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira, “A festa Barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda metade do século XVIII. Subsídios para o seu estudo”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, V Volume, Porto, Universidade do Porto, 1988, pp. 9-67.

Aranda Docel, Juan, “Cofradías Penitenciales y Semana Santa en la Córdoba del siglo XVII: el auge de la etapa barroca”, in Aranda Doncel, Juan (coord.), *Actas del III Congreso Nacional de Cofradías de Semana Santa*, Córdoba, Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur, 1997, pp. 65-118.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1789)*, Vila Verde, Caixa Agrícola de Crédito Mútuo, ATHACA, 2001.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “As traves mestras da confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Misericórdia de Vila Viçosa: o compromisso de 1612”, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 41 (3-4), 2001, pp. 137-150.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “A Confraria de S. Pedro da Gafanhoeira entre a aurora e o entardecer”, in *Cadernos do Noroeste: Série História*, 2001, pp. 359-376.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII”, in *Anais da V Jornada Setecentista*, Curitiba, CEDOP/ CNPq/ Editora UFPR, 2003, pp. 438-454.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “A Santa Casa da Misericórdia de Monção (séculos XVI - XVIII)”, in Capela, José Viriato (cord.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Casa de Monção e Universidade do Minho, 2003, pp. 137-152.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Pedir para distribuir: os peditórios e os mamposteiros da Misericórdia de Melgaço na época moderna”, in *Boletim Cultural de Melgaço*, n.º.4, Melgaço, Câmara Municipal, 2005, pp. 75-90.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave. Um itinerário sobre religiosidade popular no Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave, 2006.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias em festa: os Passos na Santa Casa de Monção (século XVIII)”, in *Território, arte, espaço e sociedade: atas do congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*, 4, Ouro Preto [s.l.], 2006, pp. 1075-1089.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias e a salvação da alma: as opções dos ricos e o serviço dos pobres em busca do Paraíso (séculos XVI- XVIII)”, in Faria, Ana Leal e Braga, Isabel Drumond (cord.), *Problematizar a História- Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 383-402.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Manifestações de Rua das Misericórdias Portuguesas em Contexto Barroco”, in *Hispania Sacra*, LXII 125, 2010, pp. 93-113.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Rituais festivos nas Misericórdias do Alto Minho (séculos XVII-XVIII)”, in *Atas das I jornadas de estudos da Misericórdia de Arcos de Valdevez. Génese e organização das Misericórdias*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez, 2011, pp. 45-57.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Entre o conflito e a cooperação: as relações da Misericórdia de Braga com a confraria de Santa Cruz na Idade Moderna”, in *Culto, Cultura, Caridade. Atas do II Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2012, pp. 77-93.

Araújo, Rita de Cássia Barbosa de, “A Redenção dos Pardos: A Festa de São Gonçalo Garcia no Recife em 1745”, in Jancsó, István, Kantor, Iris (orgs.), *Festa. Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, I Volume, São Paulo, 2001, pp. 419-444.

Atanásio, Manuel C. Mendes, “O Barroco e a Cultura Religiosa”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, I Volume, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, pp. 152-157.

Ayarra Jarne, José Enrique, “La música en las funciones litúrgicas de Semana Santa de la Catedral Hispalense”, in *Las Cofradías de Sevilla en el siglo de la crisis*, Sevilla, Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, 1999, pp. 85-102.

Beirante, Maria Ângela, *As confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, Ed. Da autora, 1990.

Beirante, Maria Ângela, “Ritos Alimentares em algumas confrarias medievais portuguesas”, in *Atas do Colóquio Piedade Popular- Sociabilidades- Representações e Espiritualidade*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 559-589.

Braga, Cláudia Mariza, “Entre Ritos e Festas: A Reactualização do Barroco na Região das Minas Gerais-Brasil”, in *III Congresso Internacional do Barroco*, Sevilha, Universidade Pablo Olavid, 2001, pp. 1232-1243.

Burke, Peter, *La cultura popular en la Europa Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, S.A, 1996.

Campos, Adalgisa Arantes, “Semana Santa na América Portuguesa: Pompa, Ritos e Iconografia”, in *Atas do III Congresso Internacional do Barroco*, Sevilha, Univesidad Pablo Olavid, 2001, pp. 1197-1212.

Campos, Adalgisa Arantes, “Aspetos da Semana Santa através do estudo das irmandades do Santissimo Sacramento: Cultura artística e solenidades (Minas Gerais séculos XVIII ao XX)”, in *Simpósio Internacional sobre Representações Cristãs: Textos e Imagens Religiosas na América Colonial*, 2004, pp. 1-21.

Capela, José Viriato, *O Município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira*, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1991.

Capela, José Viriato, *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Fundação para a Ciência e Tecnologia e Universidade do Minho, 2003.

Capela, José Viriato; Ferreira, Ana Cunha, *Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, ICS, 2002.

Cardim, Pedro, “Entradas Solenes. Rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, Séculos XVI e XVII”, in Jancsó, István, Kantor, Iris (orgs.), *Festa. Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*, I Volume, São Paulo, 2001, pp. 98-125.

Cardona, Paula Cristina Machado, “Procissões sacras: arte e equipamentos no universo das confrarias”, in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, I Série, Volume VII-VIII, Porto, 2008-2009, pp. 127-149.

Cardona, Paula Cristina Machado, *O perfil artístico das confrarias em Ponte de Lima na Época Moderna*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2010.

Cardoso, José, *O IV Concílio Provincial Bracarense e Frei Bartolomeu dos Mártires*, Braga, Publicações APPACDM Distrital, 1994.

Casquero Fernández, José Andrés, “La cofradía de Jesús Nazareno “congregación” de Zamora: siglos XVII-XVIII”, in Aranda Doncel, Juan (coord.), *Actas del III Congreso Nacional de Cofradías de Semana Santa*, I Volumen, Córdoba, Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur, 1997, pp. 497-510.

Castagna, Paulo, “O ‘estilo antigo’ no Brasil, nos séculos XVII e XIX”, in *I Colóquio Internacional A Música no Brasil Colonial*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 27-42.

Castro, Maria de Fátima, “Devoções ligadas à igreja da Misericórdia e Sé Primaz de Braga. Documentação exemplificativa”, in *Via spiritus*, 7, 2000, pp. 163-201.

Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, II Volume, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003.

Coelho, Maria Helena da Cruz, “Quaresma”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 86-87.

Correia, Ana Paula Rebelo, “Fogos de artifício e artificios de fogo nos séculos XVII e XVIII: a mais efémera das artes efémeras”, in *A arte efémera em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 101-142.

Costa, Luís, *O Templo de Santa Cruz. Elementos para a sua história e da Irmandade de Santa Cruz da Cidade de Braga no seu 400º aniversário*, Braga, Irmandade de Santa Cruz, 1982.

Enes, Maria Fernanda, “As confrarias do Santíssimo e das Almas no âmbito da cultura barroca (um caso na diocese de Angra)”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, I Volume, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, pp. 275-298.

Ferrare, Josemary Omena Passos, “Fé e festa em percursos urbanos e na Alagoas barroca, Marechal Deodoro-Brasil”, in *II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 356-361.

Ferreira, J. Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Sec.III-Sec.XX)*, Tomo III, Famalicão, Edição da Mitra Bracarense, 1932.

Flexor, Maria Helena Ochi, “Procissões na Bahia: Teatro barroco a céu aberto”, in *Atas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 521-534.

Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, Tomos I, II, III, IV,V, Braga, Imprensa Catholica, 1890.

Gomes, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da Festa em Lisboa no Antigo Regime*, Lisboa, Instituto Português de Ensino a Distância, 1985.

Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e Confrades em Braga no tempo de Pombal*, Braga, Universidade do Minho, 2002, dissertação de Mestrado policopiada.

Gouveia, António Camões, “Procissões”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, IV Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 67-72.

Gruber, Alain Charles, *Les grandes fêtes et leurs décors à l'Époque de Louis XII*, Paris, Librairie Droz, 1972.

Guerreiro, Jacinto Salvador, “Alfaias Litúrgicas”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, I Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 38-43.

Heras Santos, José Luís de las, “La assistência a los presos pobres de las cárceles en la Edad Moderna”, in Araújo, Maria Marta Lobo de, Ferreira, Fátima Moura, Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 83-125.

Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995.

Marques, João Francisco, “Festa Barroca. As celebrações do Colégio das Artes na aclamação de D. João IV”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, I Volume, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, pp. 515-530.

Marques, João Francisco, “Rituais e Manifestações de culto”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, II Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 517-601.

Marques, José, “Os pergaminhos da confraria de São João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXVI, nº 81-82 (94-95), 1982, pp. 71-103.

Martins, Maria Cristina Bohn, “Espetáculo e Participação: Festas Barrocas nos “ 30 Pueblos de las Misiones”, in *Atas do III Congresso Internacional do Barroco*, Sevilha, Univesidad Pablo Olavid, 2001, pp. 1211-1225.

Milheiro, Maria Manuela, “Subsidios para o Estudo da Festa Barroca. A Festa Fúnebre”, in *Cadernos do Noroeste*, 4 volume, 1991, pp. 369-380.

Milheiro, Maria Manuela, *Braga. A cidade e a Festa no século XVIII*, Guimarães, NEPS, 2003.

Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2009, dissertação de Doutoramento policopiada.

Muir, Edward, *Fiesta y Rito en la Europa Moderna*, Madrid, Ed. Complutense, 2001.

Nieto Soria, Jose Manuel, *Cerimonias de a realeza. Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*, Madrid, Editorial Nerea, 1993.

Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal: 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

Penteado, Pedro, “Confrarias Portuguesas da Época Moderna: Problemas, resultados e tendências da Investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2º Serie, tomo VII, 1995, pp. 15-52.

Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470.

Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, II Volume, Braga, Universidade do Minho, 2009, dissertação de Doutoramento policopiada.

Sá, Isabel dos Guimarães, “As confrarias e as Misericórdias”, in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do poder local: [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 136-142.

Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

Sá, Isabel dos Guimarães, “A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490 - 1600)”, in *Cadernos do Noroeste. Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período Moderno*, vol.11 (2), 1998, pp. 31-63.

Sá, Isabel dos Guimarães, Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Sánchez López, Juan Antonio, “Comportamientos sociales y cofradias de Pasión en la Málaga Barroco”, in *Atas do II Congresso Internacional do Baroco*, II Volume, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, pp. 351-374.

Santos, Eugénio dos, “Missões Populares e Festa Barroca: um aspeto da sensibilidade coletiva”, in *Atas do I Congresso Internacional do Barroco*, II volume, Porto, Reitoria da Universidade do Porto e Governo Civil do Porto, 1991, pp. 641-648.

Silva, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2011, dissertação de Doutoramento policopiada.

Soares, Maria Ivone da Paz, *E a sombra se fez verbo. Quotidiano feminino setecentista por Braga*, Braga, Associação Comercial de Braga, 2009.

Sousa, Ariana Sofia Almendra de, *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2011, dissertação de Mestrado policopiada.

Tedim, José Manuel, “A festa e a cidade no Portugal barroco”, in *Atas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 319-323.

Vieira, Maria José de Azevedo Flores da Costa, *A Confraria do Menino Deus e a Paróquia de Maximinos (1700-1850): População, Sociedade e Assistência*, Braga, Universidade do Minho, 1994, dissertação de Mestrado policopiada.

